

A Defesa Nacional



REVISTA
DE
ASSUNTOS MILITARES
E
ESTUDOS BRASILEIROS

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

ANO
54º

Rio de Janeiro, GB — Jan/Fev 1968

Número
617

As idéias e opiniões dos artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores.

A publicação dos mesmos não significa nenhuma solidariedade por parte da Revista.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais publicados em nossas páginas, desde que citada a fonte.

Accéita-se intercâmbio.

PREÇOS

Assinatura anual:

Brasil NCr\$ 3,00
(Desconto em folha autorizada, mensal: NCr\$ 0,60)

(As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal, correndo as despesas de remessa por conta do assinante.)

Exterior NCr\$ 12,00

(Registro e via aérea comportam acréscimos.)

Número avulso:

Mês NCr\$ 0,50
Atrasado NCr\$ 0,50

ENDEREÇO

Ministério do Exército
Ala Marcelllo Dias

Caixa Postal: 17 (DO MEX)
ZC — 55
Tel. 43-0563

Rio de Janeiro, GB
Brasil

SUMÁRIO

	Págs.
<i>O Oficial Arregimentado</i> — Gen Ex Aurélio de Lyra Tavares	3
<i>Generalidades sobre as Leis da Guerra</i> — Prof. Mário Pessoa	11
<i>27 de Novembro de 1967 (Homenagem das Forças Armadas)</i> — Gen Ex Orlando Geisel	15
<i>Segurança Nacional</i> — Ten-Cel Antônio Erasmo Dias	19
<i>Amazônia Brasileira</i> — Mistérios e Incompreensões versus Economia e Segurança — Gen Frederico Rondon	27
<i>A Amazônia e a Bacia do Rio Negro</i> — Cap Gélvio Augusto Barbosa Fregapani	49
<i>Atrativos da Carreira Militar</i> — Gen Bruce C. Clarke	55
<i>Bases Racionais para o Exercício da Direção e do Comando</i> — Maj Brig Godofredo Vidal	61
<i>De Brack, um Mestre na Guerra Moderna</i> — Cel Mollot (Trad. do Maj P. Marcos)	71
<i>Reorganização da Cavalaria Brasileira</i> — Maj Zolá Pozzobom	81
<i>O Reconhecimento no Exército Brasileiro</i> — Como é, como pode vir a ser — Maj Cezar Marques da Rocha	103
<i>Artilharia — Sua Importância em Qualquer Tipo de Guerra</i> — Cel Sylvio Octávio do Espírito Santo	113
<i>O Ataque de Noite</i> — Cap J. Della Santa	119
<i>A Cia e o Pel de Fuzilheiros nas Operações Antiguerrilhas</i> — Cap Ismael Schiavinato	135
<i>Plano Nacional de Viação</i> — DNER (Conclusão)	151
<i>O Processo da Emancipação Política da Venezuela</i> — Maj Hélio Costa ..	155
<i>Um Chefe: Gen José Leovigildo Alves Faiva</i> — Gen Pedro Augusto Menna Barreto	163
<i>Coffea "Robusta" é Café?</i> — Prof. Victor Zappi Capucci	169
<i>Carta à Redação</i> — Marechal T. de Alencar Araripe	173
<i>Publicações recebidas</i>	175

O OFICIAL ARREGIMENTADO

Gen Ex AURÉLIO DE LYRA TAVARES

Palestra para a 1ª Sessão de instrução dos
aspirantes do 3º BE

Meus camaradas:

O 3º BE tem-se como verdadeiramente honrado pelo fato de ter sido selecionado para receber-vos. Ele é a vossa Unidade de primeiro destino, e nunca mais havereis de esquecê-lo porque aqui vivereis a primeira fase da vossa vida de oficial. Assim sendo, vossas primeiras impressões como oficiais arregimentados, as lições que aqui aprenderdes, o ambiente que encontrardes, o entusiasmo profissional de que partilhardes, os exemplos que receberdes e o ambiente de camaradagem com que fordes acolhidos repercutirão, sem dúvida, de maneira marcante, em toda a vossa carreira militar. Daí a responsabilidade que o Batalhão assume, não só em receber-vos, como em ter pleiteado a vossa vinda para as suas fileiras. Todos nós, os que aqui já nos encontrávamos, temos a perfeita noção do papel que a cada um nos toca para que sintais, como nós sentimos, um grande orgulho e um grande prazer em servir no 3º BE e ao BE.

Nem tudo, porém, depende de nós, porque a vida de quartel é cheia de problemas por assim dizer rotineiros, que desafiam, todos os dias, os nossos esforços, ao mesmo tempo que estimulam e educam a nossa vontade de trabalhar. Está precisamente nisso a primeira diferença fundamental entre a realidade da vida na tropa e os textos regulamentares que traçam normas gerais a nossa conduta e definem os objetivos a serem atingidos e os princípios a que devemos obedecer. Por mais que se estudem e se apliquem os regulamentos — e isso constituirá o objeto do Curso que ides receber — há certos deveres e certas normas que não se encontram escritas expressamente, mas que a experiência aconselha que não se percam de vista, sob pena de nos aprimorarmos no cumprimento da letra dos dispositivos regulamentares sem lograrmos atingir os fins essenciais que eles collmam.

A MISSÃO DO OFICIAL ARREGIMENTADO

O oficial arregimentado deve cuidar, essencialmente, de três coisas: do quartel, dos seus homens e de si mesmo.

I — O QUARTEL

A apresentação de um quartel, o seu estado de conservação, o cuidado com os bens móveis e imóveis, que êle abrange, definem, quase sempre, o padrão da officialidade que nêle serve. Assim como o decôro militar se revela no apuro do uniforme, caracterizando uma virtude individual do militar, o aspecto geral de um quartel dá uma primeira idéa do espirito de corpo, definindo uma virtude coletiva da sua officialidade. E, pelo menos, o resultado lógico do interesse coletivo pelo bom nome da corporação. Está claro que um official que preza a sua Unidade, seja, ou não, o responsável direto, há de empenhar-se para que o seu quartel esteja, a todo momento, pronto para receber qualquer inspeção ou visita, inclusive no que toca ao estado do material (carga) que, representando bens da Fazenda Nacional, constitui um patrimônio sob sua guarda. E com o dinheiro do Povo que se adquire o material com que trabalhamos. E o Povo que o confia ao Exército, e o Exército no-lo entrega para o fim único de que possamos preparar com eficiência os homens incorporados à nossa Unidade. Nestas condições, qualquer negligência na conservação do material sob nossa guarda significa, antes de tudo, falta de compreensão de um dever que se assume para com a Pátria.

Nosso quartel e o material que nêle se encontra devem, por isso, merecer o nosso maior zelo. São bens da Fazenda Nacional, são bens do Povo que contribuiu com impostos tirados do seu suor. O grau de compreensão dessa responsabilidade que nos cabe define o caráter do official. Seria desabonador, para qualquer um de nós, se fôssemos zelosos para com os nossos bens pessoais e displicentes para com os bens do Estado. O Regulamento n. 3 define a responsabilidade disciplinar e financeira do detentor dêsses bens, mas essa responsabilidade é, antes de tudo, de ordem moral porque, de qualquer forma, nós somos os defensores da Fazenda Nacional e até mesmo seus agentes.

Assim compreendendo, podemos nos traçar uma norma a seguir: cuidar do que pertence ao quartel pelo menos com o mesmo zelo com que cuidamos do que é nosso, do que custou o nosso dinheiro. Em outras palavras: considerar o Batalhão como se fôsse uma nossa segunda casa.

Para que assim seja, torna-se necessário que inculquemos essa mesma idéa nos nossos subordinados, sem cuja colaboração consciente quase nada poderíamos fazer. Eles são também responsáveis e devem

ser, a todo momento, advertidos dessa responsabilidade. Não nos percamos, porém, na teoria. Sejam objetivos. Citemos um exemplo concreto. Nosso quartel é situado numa coxilha descampada, sem proteção, e, de vez em quando, açoitada por ventos fortíssimos, que penetram com violência em todos os vãos dos pavilhões. As janelas dos alojamentos, se não estão fechadas ou calçadas, são as primeiras vítimas. Daí os vidros quebrados e as despesas permanentes com a sua reposição, somente por falta de cuidado do plantão da hora, do cabo de dia, etc., os quais seriam, certamente, mais zelosos se estivessem em casa, em dias de ventania. Não é moral essa negligência nem razoável que a Fazenda Nacional pague por ela. Outro exemplo: o de um fim de instrução, principalmente à noite. É comum que se percam ou se esqueçam, no terreno, pequenas peças do material, pela sofreguidão de regressar ao quartel. Esquece-se, muitas vezes, o cuidado essencial de recolher e conferir o material distribuído. Aliás, a distribuição do material merece a maior atenção para que fiquem bem definidos os responsáveis por uma eventual perda ou avaria. Numa Unidade motorizada, como é a nossa, o aspecto mais importante desse problema é a conservação das viaturas, pelo alto preço que elas representam e pelas dificuldades de repará-las. Não somos um País financeiramente rico nem temos ainda a produção de viaturas automóveis nacionais. Daí o cuidado que merece de nós todo esse material, a começar pela formação do motorista, pela fiscalização do seu trabalho, que deve ser orientado e assistido com o maior cuidado.

É necessário, para isso, que cada motorista seja responsável pela sua viatura e somente pela sua viatura. O Comando do Batalhão tem procurado e conseguido que cada viatura tenha a sua garagem separada, o que permite tal divisão de responsabilidade. Por outro lado, não é permitido usar numa viatura, mesmo por empréstimo temporário, acessórios de outras. Tal prática é perniciosa e proibida pelas Instruções em vigor. Pelo fato de uma viatura estar sem pneus não se justifica, por exemplo, que sua bateria seja empregada em outra viatura que tem pneus mas não tem bateria. É essa a orientação das Instruções sobre o assunto.

II — DEVERES PARA COM OS HOMENS QUE COMANDAMOS

Comandar não é apenas dar ordens. Em primeiro lugar, é necessário saber dar ordens. Não basta que a ordem seja clara, concisa e precisa, quer escrita, quer verbal. Ela deve ser, antes de tudo, executável, no que respeita aos elementos de execução: meios, tempo e capacidade do executante. Ela deve ser dada e controlada, sob pena de o executante poder fugir à nossa ação de comando, o que conduz, progressivamente, ao enfraquecimento da autoridade.

Há vários processos de contróle da execução de uma ordem. Cada um de nós pode, mesmo, criar processos próprios. De um modo geral, porém, é conveniente adotar as seguintes normas:

— o militar que dá uma ordem deve fiscalizar, direta ou indiretamente, a sua execução, e não deve deixar de fazê-lo em tempo oportuno;

— na execução de um serviço por mais de um homem, sempre um deles é o responsável. Na falta de um graduado, será o mais antigo;

— no caso de dificuldade de enquadramento, é preferível prescrever o serviço como tarefa, isto é, fixar o trabalho a ser executado e o tempo limite da sua execução. Qualquer antecipação sobre esse tempo será destinado ao repouso dos executantes.

A maneira de dar ordens requer muito cuidado. Devemos tratar com afeição os nossos subordinados e, ao mesmo tempo, devemos exercer sobre eles autoridade de comando. Essa autoridade não implica, de maneira nenhuma, rispidez, arrogância, austeridade, pois não são tais maneiras ou atitudes que definem o Chefe. Ao contrário, ninguém pode comandar sem ter certeza de ser obedecido conscientemente, sem considerar os limites do razoável, seja na exequibilidade da ordem, seja na natureza humana do executante. Além disso, a afeição e o respeito dos comandados, em todos os escalões, constituem a essência da disciplina militar, que deve ser consciente e consentida. Na vida de campanha, em situações difíceis, há, mesmo, momentos em que a afeição pelo Chefe e a confiança nas suas aptidões têm significação mais decisiva do que a expressão simbólica da sua graduação. Na hora da dificuldade e do perigo — e eu teria muitos exemplos a vos citar nesse sentido — a coesão militar e a subordinação hierárquica repousam, principalmente, nos laços morais que ligam, entre si, comandantes e comandados, passando para segundo plano tôdas as considerações de ordem convencional.

O homem incorporado merece tudo de nós, como seus educadores, como seus camaradas mais experimentados, como seus chefes eventuais, durante o serviço militar que eles são chamados a prestar no cumprimento do dever de cidadãos.

Devemos tornar ao mesmo tempo eficiente e agradável a aprendizagem que ele fará sob a nossa direção. O processo principal de comandá-los é o do exemplo. O exemplo é tudo. É claro que ninguém poderá exigir pontualidade sem ser pontual. O mesmo princípio se aplica às demais exigências da disciplina militar: correção do uniforme, dedicação ao trabalho, amor à Unidade, respeito hierárquico, etc.

A instrução é o ato mais importante do serviço diário, como finalidade principal que traz o homem à caserna. Ela não deve, de modo

algum, ser improvisada. A respeito disso, quero fazer duas recomendações principais:

1ª) A hora da chamada matinal, já deve estar previsto o destino dos homens, seja na instrução, seja nos serviços;

2ª) A qualquer momento do dia, um oficial que comanda conhece a situação dos seus homens, sabe onde eles estão e o que estão fazendo.

Dai resulta que o bom comandante sabe, de véspera, o destino que terá cada um dos seus homens depois da chamada da manhã, e está capacitado a apurar, no fim do dia, a falta de qualquer um, para impedir que ela se repita. Assim enquadrado, o homem sente que está sendo comandado, principalmente quando não é desviado, no meio de um serviço ou de uma instrução, para outro trabalho que não era o previsto. Essa falta de previsão denota deficiência de comando e prejudica seriamente o ambiente disciplinar do quartel. Se todos trabalham e repousam dentro do mesmo horário é porque estão sendo comandados.

Ninguém comanda sem prever. Isso, no que respeita ao pessoal e ao material. É um sinal de negligência participar, à última hora, à autoridade superior, que tal serviço não foi feito ou tal instrução não foi dada por falta disso ou daquilo. É também falta de compreensão admitir-se que o simples fato de dar partes semelhantes importa, para o oficial, em exonerar-se das suas responsabilidades funcionais. Dificilmente se apresenta um problema urgente para o oficial diligente. Na maioria dos casos, não se trata de urgência, mas de falta de previsão. Assim acontece, por exemplo, quando se deixa terminar o estoque de determinado material de uso imprescindível para, em seguida, participar a ocorrência. Está em nós, ao nosso alcance, evitar tais situações que, a bem dizer, resultam do descaso.

Na maneira de nos conduzirmos quanto aos homens que comandamos, tenhamos sempre presente que eles são tirados das atividades civis para serem entregues aos nossos cuidados. A sua preparação, em tudo o que interessa à eficiência militar — instrução, disciplina, preparo moral e físico, conforto, alegria, etc. — constitui a missão por excelência dos oficiais arregimentados, que nós somos. Eles devem sentir a nossa ação em todos esses aspectos, porque tudo isso é comandar. Se ele não a sente; se logra ausentar-se de um serviço sem ser controlado; se está passando mal no hospital e não é visitado; se é mal alimentado sem que seja tomada qualquer providência; se lhe ocorre uma desgraça na vida privada, e não recebe do seu chefe uma palavra amiga, de conforto; se incorre numa falta e não é ouvido com atenção antes de ser punido; em tôdas essas situações, o homem tem a impressão de não estar sendo comandado. Porque comandar não é apenas exigir, dar ordens, exercer a autoridade. Comandar é, sobretudo, orientar, dirigir, ensinar, educar, assistir.

Quem comanda tem, sob sua guarda, um quartel (ou dependência) e uma carga, e tem sobre os ombros, sobretudo, a responsabilidade de formar reservistas num tempo e com um material limitados. Daí não desperdiçar tempo nem material, e isso implica, principalmente, o cumprimento exato dos programas de instrução e o zelo pelo material. A pontualidade é, também, um preceito essencial na vida do quartel, tanto na parte dos comandados como da dos comandantes, que lhes devem dar o exemplo. Ela não atende, apenas, a uma exigência do Regulamento Disciplinar, mas à eficiência da instrução e da educação dos homens.

Não basta que exista o comandante: é necessário que exista a ação de comando. Uma coisa é ser comandante — decorrência automática do grau hierárquico; outra coisa é comandar, isto é, acionar os homens, dirigi-los, controlá-los. Um aspirante-a-oficial está legalmente habilitado a ser comandante, e o seu primeiro dever é habilitar-se a comandar, isto é, a exercer a ação de comando, com a consciência das prerrogativas e, sobretudo, dos deveres que ela implica. Tendes os conhecimentos profissionais imprescindíveis para a execução das missões inerentes aos postos iniciais da carreira. Eles assentam, porém, numa base escolar. Falta-vos o que ides ter, agora: o tirocínio prático, no quartel, o trato dos problemas reais de administração e de comando; o conhecimento direto dos homens, na sua multiplicidade de tipos mentais, psicológicos, físicos e morais. Tendes muito o que aprender, e eu espero que aprendais o máximo na vossa passagem por esta Unidade. Em primeiro lugar, tereis à vossa disposição a nossa experiência de oficiais mais antigos e as tradições deste quartel, que são fruto do trabalho de muitos outros oficiais que por ele passaram. Depois, tereis a vossa própria experiência, que será adquirida através do estudo, das observações pessoais e, sobretudo, da vossa dedicação ao trabalho profissional.

III — CONDUTA DO OFICIAL ARREGIMENTADO

Os principais deveres do oficial arregimentado são os contraí, diretamente, perante a Unidade e perante os homens que nela servem. O conceito que cada um conquistará dos seus superiores e camaradas vai decorrer da sua conduta nesse duplo sentido.

Nossa Unidade é uma unidade de elite. Ela constitui um Batalhão de Engenharia de Combate. Pertence e está subordinada à 3ª Divisão de Infantaria, cujo QG está localizado em Santa Maria, e daí a sua designação numérica: terceiro. Para efeito de administração e instrução, em tempo de paz, acha-se adida ao nosso BE uma Cia. Eq Pnt., que não pertence organicamente nem ao BE nem à Divisão de Infantaria. É órgão de escalão superior. As companhias orgânicas do Batalhão são três: 2 de Engenharia de Combate e uma de comando e serviços. O conhecimento exato da organização, das mis-

sões e do material dessas companhias constitui o dever inicial dos oficiais que vêm servir no Batalhão. Em especial, devem os oficiais subalternos estudar o emprêgo da Cia. de Engenharia, e nesse sentido nós vos daremos a necessária orientação.

O coroamento da instrução do contingente comportará um "Exercício de combinação das Armas" a ser organizado pelo Comando da 3ª DI. Será o teste decisivo da instrução do nosso Batalhão, e o resultado desse teste dependerá do preparo dos quadros e dos homens. Esse preparo deve ser vossa preocupação de todos os dias, pois não pode ser improvisado à última hora. Sereis chamados a dirigir os homens que ides preparar, e isso vos obriga a instruí-los muito bem. Sereis chamados, também, a tomar decisões e dar ordens, e isso vos obriga a estudar as prescrições regulamentares sobre o emprêgo da tropa da Engenharia — pelotão e companhia. Daí, um outro cuidado que não deveis esquecer: estudar bem e instruir bem.

Para instruir, é necessário conhecer a instrução, o objetivo por ela visado e o homem. A instrução que ides ministrar está toda padronizada. Lede os "programas padrões" em vigor, que discriminam os objetivos a atingir em cada fase, os assuntos a serem tratados e o tempo que deve ser atribuído a cada um deles, dosado de acôrdo com a sua importância relativa. O homem é que é a variável. Os instruendos que ides receber vêm de origens diferentes e são de tipo muito variável. Pobres e ricos, lavradores, estudantes, pedreiros, católicos e protestantes, inteligências vivas ou retardadas, compleções fortes ou fracas, etc., etc. Para bem prepará-los convém conhecê-los bem. Isso eu vos recomendo muito, sobretudo a vós que ides ter um contato mais direto com os soldados do Batalhão. Sereis, assim, mais eficientes na instrução e mais justos nas medidas disciplinares, e as vossas observações diretas servirão de precioso subsídio à orientação do comando da Unidade. Os homens também vos observarão, em todos os aspectos da vida do quartel. Assim, o vosso exemplo influirá muitíssimo no aperfeiçoamento militar, moral e disciplinar do nosso Batalhão. Vosso entusiasmo profissional, vossa exata compreensão da disciplina, vossa dedicação ao trabalho e vosso amor ao 3º BE constituirão, para os homens incorporados, o melhor meio de aprimorar nossa Unidade.

No que respeita aos esportes, ela tem títulos excepcionais a conservar no futuro Campeonato Olímpico Regional. São tradições que devem ser defendidas e serão defendidas com a ajuda de todos nós. É preciso, primeiro, preparar fisicamente todos os homens, sem distinção, porque o objetivo inicial é obtenção de um padrão médio apreciável. Depois, e somente depois, devemos selecionar os mais aptos, para submetê-los a um treinamento especial intensivo. E é preciso, também, que o oficial pratique os esportes, para manutenção do seu estado físico e para participação eventual nas equipes do Batalhão.

No que respeita à disciplina, bem sabeis que é nela que repousa a coesão e a eficiência de qualquer organização militar. Vós mesmos, como futuros chefes, colhereis, nesse terreno, os frutos que plantardes. É do vosso dever, não só praticá-la aprimoradamente, como ensinar-lhe e estimular-lhe a prática. O estudo meditado dos regulamentos respectivos vos servirá de guia na compreensão e na prática da disciplina, principalmente em face das ocorrências rotineiras da vida arregimentada. Um dos aspectos exteriores da disciplina é, no militar, o apuro nos uniformes. Estou certo de que assim o compreenderéis, tanto mais que esse apuro constitui, em regra, uma virtude característica dos aspirantes formados pela Escola Militar. Ele revela, aliás, o gosto e o entusiasmo pela profissão militar, que ninguém adota a não ser por vocação, por vontade própria.

* * *

Eis aí, meus prezados camaradas, alguns conselhos iniciais de quem vai ter a responsabilidade de preparar-vos para a confirmação do oficialato. Para que eles não se percam e possam ser recordados, eu vo-los darei por escrito.

Estou certo de que ides ser felizes no 3º BE e de que, em toda a continuação da vossa carreira militar, aqui iniciada, a lembrança desta temporada em que estamos trabalhando juntos, numa das melhores e mais tradicionais unidades do Exército, não será nunca esquecida por nenhum de vós.



G. R. Schmid & Cia. Ltda.

**PAPELARIA — TIPOGRAFIA — MATERIAL
DE DESENHO — MATERIAL DE LIMPEZA**

Rua Teófilo Otoni, 113-3º — Tel. 43-9462

RIO DE JANEIRO

GENERALIDADES SÔBRE AS LEIS DA GUERRA

Prof. MARIO PESSOA

As leis da guerra disciplinam os comportamentos dos beligerantes, estabelecendo, notadamente, o *processus* de condução das hostilidades.

Os autores, em geral, afirmam que as leis da guerra visam coibir excessos inúteis e se inspiram no sentimento de humanidade. Essa interpretação coincide com o espírito das convenções internacionais relativas à matéria.

Todavia, é visão parcial do grande problema.

A guerra é má por natureza. Mesmo os ordinários instrumentos de prejudicar o inimigo, hoje utilizados, são de espantosa crueldade. Reflita-se sôbre o poder das metralhadoras; elas seccionam corpos humanos. Pense-se no sofrimento do atingido pelo lança-chamas. Cogite-se do horror das minas e dos bombardeios aéreos, despedaçando soldados e civis. A guerra, para Stegemann, tem suas raízes no Demônio.

Logo a guerra quanto mais desumana mais se integra com a sua própria índole. Os autores aludem às crueldades inúteis. Logo, admitem as crueldades úteis. O próprio sir Winston Churchill dogmatizou em 1942: "o moral dos civis é também um objetivo militar." A frase vem transcrita em Delbez: O difícil é distinguir, no fragor dos combates, o que é útil ou inútil na crueldade.

Não tem sentido falar em humanidade, quando o moderno fogo dos morteiros e a surpresa do terrorismo rugem nas atuais guerras limitadas materiais.

As leis da guerra disciplinam a crueldade.

Essa é a verdade dogmática. Só sob esse aspecto é que se pode admitir a participação indireta da humanidade no acontecimento bélico. O humano aí é humano só por ser menos desumano. O humano, na guerra, está na Cruz Vermelha.

Outra não fôra a opinião de Karl von Clausewitz, citada por H. Stegemann: jamais se poderia incorporar à filosofia da guerra um princípio de moderação sem cometer um absurdo.

Mas, a crueldade persiste. As leis da guerra existem sem que essa existência dependa da sua boa ou má aplicação.

Qual, enfim, a verdadeira fonte, material e profunda, das leis da guerra.

As leis da guerra só se explicam por uma estratégica motivação política e não como o aparente resultado da harmonia, um tanto teórica, entre a necessidade e a humanidade, muito embora convenha, sob o aspecto estritamente formal, apelar para aqueles dois fatores.

Daí resulta a aceitação, quase didática, dos princípios que informam o direito da guerra.

As leis da guerra justificam-se pelo objetivo político de tornar possível, após o conflito armado, a reconciliação efetiva entre os antigos adversários. Enfim, elas têm a sua fonte material no cálculo político da paz durável, segundo os termos do vencedor.

A prática desumana da guerra, através de ações típicas da crueldade pura, conduz a ódios inextinguíveis.

O receio desse resultado, no campo psicossocial das relações entre os ex-inimigos, leva estes aos conhecidos temperamentos bélicos.

Assim, a guerra ou é de extermínio (o clássico exemplo é o de Roma *versus* Cartago) ou tem que ser conduzida dentro das limitações impostas pelos costumes e convenções. Nos dois casos, fala o argumento político: — no primeiro, nada há que temer; no segundo, possibilita-se a harmonia futura, uma vez que faltam os meios para alcançar a *debellatio*. Esse é o quadro geral suscetível das modificações impostas pelas situações particulares.

Havendo causado ao Japão os mais cruciantes sofrimentos através das atomizações, no errôneo pressuposto de que a União Soviética seria o grande fator de harmonização no pós-guerra, para o que contribuiriam as conquistas territoriais que fizera no aplacamento de uma sede de expansão jamais vista, os Estados Unidos não previram a guerra fria nem os grandes antagonismos e pressões atuais. Por isso, perderam a paz. Agora, é necessário atenuar junto a Tóquio os acontecimentos do passado. Daí a devolução de territórios insulares, porque urge contar com o ex-inimigo na área do Pacífico, caso rebente a terceira conflagração.

A bomba atômica foi lançada também no pressuposto da amizade soviética duradoura. Se não tivesse havido tal pressuposição, não teria ocorrido o holocausto nuclear de Horishima e Nagasaki.

Completando esse raciocínio político, é preciso aduzir que os Estados Unidos contam menos com a redução dos antagonismos nipônicos do que com o choque de interesses entre a União Soviética e aqueloutro país.

Assim, as leis da guerra disciplinam as ações bélicas para cimentar as bases psicossociais da paz. Esse é o maior dos objetivos político-estratégicos da guerra que se manifesta, formalmente, através da combinação dos princípios da guerra, dentre os quais se sublinham o *princípio da necessidade* e o *princípio da humanidade*.

Ainda as leis da guerra se formalizam porque o interesse comum dos beligerantes as quer como meio de evitar o excesso inútil. Isso ocorre quando há um certo equilíbrio das forças em presença e o re-

sultado da luta é duvidoso. Verificando-se o desequilíbrio das forças, o comum é o emprêgo, por parte do mais forte, de meios condenáveis de prejudicar o adversário. Um exemplo basta: — os italianos utilizaram gases na última guerra etiópica (1935) a fim de apressar o término do conflito. Além disso, as sanções econômicas da antiga Liga das Nações já faziam sentir os seus efeitos.

Numerosos autores ainda incluem, na definição das leis da guerra, as normas de tratamento não só entre os beligerantes mas entre estes e os neutros.

Conceitualmente, em face das modernas noções de agressão e legítima defesa, agressão e execução coletiva, agressão e ação de polícia internacional, a invocação da neutralidade não tem sentido.

A neutralidade sempre caminhou ao lado da guerra. O direito internacional chegou a repartir-se entre Paz, Guerra e Neutralidade. Proscrevendo-se a guerra, a neutralidade não se justifica.

Desde o momento em que até o termo *Guerra* praticamente saiu da letra dos tratados-leis (vejam-se as cartas das organizações internacionais do tipo ONU ou OEA), criando-se para os Estados fora dos conflitos a obrigação jurídica de nêles intervirem a fim de salvaguardar a paz, sem importar tal ingerência no cumprimento de cláusula de aliança militar, é concludente que a neutralidade já não existe. Mas, forçoso é ressalvar que a neutralidade é sempre possível no tumulto dos fatos internacionais. Até agora, ela não ressurgiu do seu antigo esplendor formal, mesmo porque tôdas as nações dizendo-se "amantes da paz" tecnicamente fogem do *estado de guerra* para não recordar que o ato da declaração de guerra é sempre evitado.

Aconselhável, pois, seria falar em Estados não-beligerantes ao invés de Estados neutros, muito embora o conceito de não-beligerância situe-se entre a beligerância propriamente dita e a neutralidade.

A não-beligerância é situação intermédia que, privando o Estado da prática dos atos de guerra, permite-lhe contudo assistir a um dos contendores.

Mas, a não-beligerância aqui seria aquela que se abstém da luta armada, direta ou indiretamente, exceto a hipótese da ação conjunta de organização internacional da qual participe o Estado até então não-beligerante. Nesse caso, cessa a não-beligerância e sobrevém a execução coletiva.

As leis da guerra, expressas nos costumes e nas convenções internacionais, não se confundem com as leis da guerra, de sentido estritamente militar e que explicam as linhas naturais de ação da própria guerra, como típico fenômeno de dominação material, para alcançar o êxito.

O Marechal Castello Branco citou essas leis: 1) A Lei da Fôrça; 2) A Lei do Movimento; 3) A Lei da Ofensiva; 4) A Lei da Segurança; 5) A Lei das Contingências (v. a conferência intitulada "Aspectos Modernos da Guerra").

Ai faltou a *Lei da Defensiva*, pois sem defesa ou hostilidade recíproca não há guerra. O ato unilateral de força pode, quando muito, equivaler a um *ato de guerra* sem que tal, ato, isoladamente considerado, possa significar a guerra. Esta, para configurar-se, exige o mínimo de dois.

De resto, a defensiva, embora esporadicamente, pode ocasionar vitórias para quem a adota. O exemplo da frustrada ação napoleónica, em São João d'Acre, ilustra a afirmativa.

Obviamente, não será dessas leis que se vai tratar aqui e sim daquelas que limitam os procedimentos das partes em ações de guerra, sem esquecer as regras orientadoras do começo, da suspensão e do fim das hostilidades.

Algumas convenções internacionais, disciplinadoras da maneira de fazer a guerra, inclusive as de Haia, trazem consigo a famosa cláusula de solidariedade ou *si omnes*. Essa cláusula significa: — qualquer das citadas convenções só vale entre as partes contratantes. Além disso, exige-se que todos os beligerantes estejam a ela obrigados, dando-se o caso da sua aplicação. Os demais Estados beligerantes se julgam desvinculados da convenção se um só dentre os seus adversários não fôr signatário da mesma ou, sendo signatário, não a tenha ratificado. Nesse caso, a convenção não se aplicará durante o conflito, ficando todos os combatentes desobrigados quanto à sua observância.

Correta a interpretação no sentido de que a cláusula é invocável apenas para a convenção que formalizar direito novo. Excluídas desse entendimento estão as convenções que apenas expressam regras costumeiras de caráter geral.

As demais recentes convenções não incorporaram a cláusula *si omnes*. As convenções de Genebra, de 1949, rejeitam-na expressamente.

A cláusula de reciprocidade é reserva feita por um Estado no momento em que assina a convenção. Ela quer dizer: — o signatário se considerará futuramente desligado das suas obrigações se o adversário, também signatário, violá-la antes.

Os princípios gerais do direito, na opinião de Delbez, desempenham, no direito da guerra, um papel quase tão importante como no direito da paz.

El menciona o adágio romano: — *Fides etiam hosti servanda est* — para concluir que a pedra angular do direito da guerra é a boa fé.

Do resto, os acórdos militares, a exemplo de uma suspensão de armas para cuidar de feridos ou enterrar os mortos, bem como as tréguas natalinas, têm o mesmo teor de obrigatoriedade que os tratados dos tempos de paz. Em ambos, é invocável a regra *pacta sunt servanda*.

As lacunas das leis da guerra podem ser preenchidas pela invocação dos princípios gerais de direito e em particular pelos princípios do direito da própria guerra.

27 DE NOVEMBRO DE 1967

(Homenagem das Forças Armadas)

Oração pronunciada pelo Gen Ex ORLANDO GEISEL, Chefe do Estado-Maior do Exército — em nome das Forças Armadas — em 27 de novembro de 1967, no Cemitério de São João Batista, em homenagem aos militares tombados, na defesa da democracia e da liberdade, no motim comunista de novembro de 1935.

Companheiros de 1935!

"Felizes os mortos que, uma semana depois de sepultados, ainda têm amigos na terra!"

Seja o lamento da alma sofrida de Humberto de Campos, no tema da inconstância do afeto humano, a primeira palavra da oração que, em nome das Forças Armadas, o Chefe do Estado-Maior do Exército vem dizer-vos à beira do túmulo sagrado. A oração de saudade e de agradecimento — dos que prosseguiram e dos que vieram depois que vos fôstes — aos imolados em meio à caminhada, no cumprimento do dever legítimo. A oração há trinta e dois anos renovada, que nos alenta e nos renova para a defesa dos ideais por que morrestes.

Vimos trazer-vos as flôres desabrochadas hoje na cidade onde tombastes. Dizer-vos o passado na longa ausência. E nos oferecemos, em voto e compromisso de fidelidade ao vosso sangue.

Aqui estamos, companheiros, ao vosso lado, ouvindo ainda a algaravia e a girândola de nossa imprensa — tão ciosa de sua liberdade — festejando, na cornucópia do dinheiro fácil, a perda total da liberdade, onde o comunismo brotou do caos ou da ponta das baionetas, desmentindo o seu profeta.

Nunca tanto se escreveu e por tanto tempo em louvor do estrangeiro e de ideologia hostil à filosofia de vida democrática, substância do sangue de nossa gente livre.

Jornais e revistas, os mais equilibrados, dias e semanas seguidos, entregaram o melhor de suas colunas, de seus articulistas, de suas seções especializadas, de seus cadernos e de suas edições, aos cinquenta anos vermelhos.

É certo que, em meio a tanta palavra e talento descaminhados, muita voz se ergueu serena, isenta e justa, dizendo a verdade e o preço. O preço de meio século de comunismo, qual o do outro totalitarismo que, no genocídio e no liberticídio, na órbita de apenas

doze anos, foi da humilhação ao apogeu, ao desafio e, finalmente, à destruição.

Mas poucos terão dito a verdade com cruza. Muitos omitiram o preço de duas gerações sucumbidas na esperança malograda. Dos que se foram — traídos como vós — na violência dos meios que justificariam os fins. Dos milhões que morreram no expurgo, na fome e no trabalho escravo. Dos desvarios do "culto da personalidade". O preço da religião perseguida e proscrita. Das lutas pela transmissão do poder. Dos talentos arrebanhados como presas de guerra. O preço da arte acorrentada aos designios dos senhores burocratas do Partido. E, pior do que tudo, as crianças crescendo inteiramente alienadas da liberdade, nem sabida, nem pressentida, sem ao menos terem quem lhes diga: "meninos, eu vi..."

O vosso sacrifício foi a amostra do preço que tínhamos de pagar. Bem o disse o Presidente Vargas: "Padrão eloquente e insofismável do que seria o comunismo no Brasil, tivemos-lo nos episódios de baixa rapina e negro vandalismo de que foram teatro as ruas de Natal e de Recife durante o surto vergonhoso dos implantadores do credo comunista, assim como na rebelião de 27 de novembro, nesta Capital, com o registro de cenas revoltantes, de traições e, até, de assassinio frio e calculado de companheiros confiantes e adormecidos". "Alicerçado no conceito materialista da vida, o comunismo constituiu-se o inimigo mais perigoso da civilização cristã".

E tudo por que e para quê? Anos mais tarde, o cabeça da intentona da Praia Vermelha tentaria justificá-la como esforço tenentista de dar alguma conseqüência revolucionária à vitória de 30 e como desencanto com o líder de outubro, assim estigmatizado: "Galgara as escadas do Catete. Estavam, pois, plenamente servidos seus velhos sonhos e aspirações despóticas". (...) "O resto não importava ou importava muito pouco. Seu único objetivo daí por diante se concentrou num objetivo único: ficar".

A verdade era bem outra. Ultrapassados quatro anos de efervescência e de desmonte da chamada República Velha, com o esbanjamento de heroísmo de 32, a Revolução de 30 se institucionalizara, na Carta de 34 e na eleição de Vargas pelo Congresso Nacional. Era tempo de paz e de trabalho. Só a cega obediência aos ditames do Imperialismo comunista conduziria a tanto contra-senso.

Depois, o mecanismo de ação e reação agularia o surto do fascismo crioulo, que a mentalidade subserviente e as fáceis vitórias de Hitler e Mussolini estimulavam. Da radicalização das posições internas e da ameaça de guerra mundial haveria de beneficiar-se o caudilhismo no poder para a triste aventura de 37, que somente o maior conflito da história da humanidade e o magnetismo pessoal de um líder popular poderiam ter prolongado por oito anos.

Mesmo assim, nesse longo e escuro "curto período" não adorceu a consciência democrática do povo brasileiro. Nos quartéis,

sua expressão mais alta foi a famosa vaia do Corpo de Cadetes do Realengo, repelindo a propaganda do adido militar nazista, na hora em que, por astúcia ou erro de cálculo, o governo parecia inclinar-se em favor das potências do Eixo. Nas ruas, essa consciência vibrou e exigiu a presença do Brasil na luta pela democracia e pela liberdade, não só a ameaçada no mundo, mas a sufocada em nossa própria casa.

Com os vitoriosos da FEB, ganhamos de novo a vida democrática. Mas, paradoxalmente, na bem-aventurança da retomada, viria também a maior ameaça à democracia — a ameaça comunista — substituída a estratégia da violência pela guerra psicológica, pretendendo-se agora tomar o poder sem dar um tiro.

O proselitismo marxista não se beneficiou, apenas, da presença do Exército Vermelho entre os aliados, da timidez das potências ocidentais no fim da guerra, e das novas fronteiras até onde chegara o expansionismo soviético em dois continentes. No Brasil, o continuísmo, no melancólico episódio "queremista", também seria habilmente explorado pelos vermelhos. E o que testemunha o chefe executante do motim de 35: "A liberdade de Prestes e, nas suas águas, a de nós outros, presos políticos, foi o resultado de uma barganha: Prestes apoiaria Getúlio em suas pretensões continuístas e, em compensação, o ditador mandaria pô-lo em liberdade".

A partir de então — de 1945 a 1964 — apesar das dissensões internas e do desassombro com que o enfrentou o Presidente Dutra, o comunismo estaria em ascensão, em ofensiva de guerra subterrânea, na imprensa, na cátedra, no grêmio, na oficina, no sindicato, no campo, na tribuna, no tribunal e até no púlpito. O processo acelerou-se quando o velho caudilho — consagrado "pai dos pobres" pela legislação social ideada por Lindolfo Cólór e pelas trombetas de oito anos de DIP — aprendeu os "slogans" ditados pelo comunismo internacional e fêz deles seu escudo derradeiro. E mais ainda quando seus herdeiros políticos diretos deram o braço, aos atôres da tragédia de novembro, para, juntos, tentarem pela solércia e pela desagregação paciente, o que a traição e a violência não haviam conseguido.

Sabe a Nação brasileira com que angústia os oficiais do ofício da segurança — cuja missão é prover a paz para o progresso — acompanharam a anarquia e o caos, esperando e arriscando-se a perder a oportunidade decisiva e a confiança da Nação.

É que, integradas e fiéis a seu povo — o povo a que servem — as Forças Armadas somente agiram em 64, "in extremis", acudindo ao clamor da opinião pública brasileira.

E aqui estamos para dizer-vos, companheiros de 35, que, inspirados no dever bem cumprido e no vosso sacrifício, temos a consciência de haver evitado tragédias piores do que a vossa e a calamidade da derrocada nacional.

Sem que se chegasse aos excessos de 30 a 34 e sem a sangria de 32, nos unimos, como nunca, nestes duros quatro anos, para permitir ao poder civil nascido da Revolução de Março a recuperação nacional.

E unidos estamos, e unidos haveremos de seguir, inteiramente dedicados aos nossos misteres profissionais, capacitados a repelir quaisquer tentativas de anarquia e determinados a assegurar, ao povo brasileiro, paz e confiança para o trabalho construtivo.

E, unidos, continuamos a dar a nossa contribuição à integração nacional, no levantamento e na vigilância do oceano, nas asas benfazejas do Correio Aéreo, na guarda das fronteiras, na ocupação da Amazônia, na consolidação de Brasília, na redenção do Nordeste e na silenciosa construção de caminhos nos ermos do Brasil.

E, unidos, ajudaremos nosso povo a desmentir o vaticínio agoureiro dos deterministas da raça, da história ou da posição geográfica, a que se veio juntar recentemente Arnold Toynbee. Haveremos de negá-lo, provando que os governos autocráticos de cunho militar ou comunista não são necessidade fatal entre os países subdesenvolvidos. E haveremos de alcançar, na liberdade e na democracia, com a energia e o amor de nossa gente, adotando soluções brasileiras e não as copiadas ou ditadas do estrangeiro, as etapas superiores do desenvolvimento. Este é o desafio que nos une e deve unir os brasileiros de todas as idades.

Convencidos de que no cumprimento de nossa missão nenhum de nós se desviará do caminho do dever, apontamos às novas gerações o drama e o castigo do chefe comunista de 35.

Depois de 22 anos de militância ininterrupta, abandona o Partido ao tomar conhecimento do Relatório Kruchev sobre o culto da personalidade: "o relatório significava que a propaganda soviética não era tão-somente mentirosa; ela dizia o oposto da verdade". E, veemente: "O choque era tremendo. Desmarravam-se, de um golpe, velhos sonhos e ilusões que enchiam, há mais de 20 anos, toda a minha imaginação de admirador entusiasta e incondicional de Stalin e daquilo que eu supunha ser sua grandiosa obra."

Heróis de 35!

Há dias, disse o grande Guimarães Rosa, entrando na imortalidade, por onde, pouco depois alcançaria a vida eterna:

"A gente morre é para provar que viveu".

"As pessoas não morrem, ficam encantadas".

Vós que vos sacrificastes pela Pátria, em novembro de 35, haveis vivido realmente. E porque bem vivestes e bem servistes, e porque servistes cumprindo o vosso dever, e porque cumpristes o dever até o sacrifício de morrer por ele, ficastes encantados — não morrestes — nem morrereis jamais na recordação dos brasileiros.

SEGURANÇA NACIONAL

Ten-Cel Art (QEME)
ANTONIO ERASMO DIAS

1. INTRODUÇÃO

A interpretação do quadro político-social do Brasil de hoje, ainda que falte perspectiva histórica para uma completa avaliação, há que ser buscada na Revolução de 31 de Março de 1964. Revolução que deve ser interpretada em suas causas e conseqüências, em seus propósitos e objetivos, enfim, em sua filosofia, dentro do quadro geral do mundo contemporâneo e do Brasil atual.

A Revolução de 1964 não pode nem deve ser analisada, no tempo e no espaço, no quadro adstrito de nossas fronteiras e no âmbito restrito de nossos dias; suas raízes são mais profundas. Ela tem sua filosofia, a "democracia da liberdade com responsabilidade" calcada no "Estado servo do Homem" e tendo o "Homem, matéria e espírito" como meta fundamental.

A Revolução de 1964, dentro da conjuntura internacional e nacional, fato histórico irreversível, pela vontade de todos os brasileiros, se impôs com a finalidade precípua de ditar novos rumos ao Brasil, para o que estabeleceu sua Política, dentro da qual se situa, como necessidade imperiosa e inadiável, a Lei de Segurança Nacional (Decreto-lei n. 314, de 13 de março de 1967). A Lei de Segurança Nacional nada mais representa que um instrumento da Revolução de 1964 destinado a garantir ao Governo a consecução de seus objetivos. Dentro dessas premissas fundamentais é que deverá ser analisada e interpretada a Lei de Segurança Nacional. Quando a Carta Magna estabelece que o Presidente da República, em caso de interesse público relevante, pode legislar sobre Segurança Nacional e que os Atos da Revolução de 1964 independem de apreciação judicial, tais dispositivos reafirmam a perenidade dos Ideais de Março de 1964, tudo com a finalidade precípua de garantir a consecução dos objetivos a que a Nação aspira.

2. A CONJUNTURA INTERNACIONAL E NACIONAL

A bipolarização ideológica do mundo contemporâneo é fato incontestável. Tal premissa é fundamental em qualquer análise que se pretenda fazer. A conjuntura internacional, com reflexos imediatos em todos os recantos do Universo, dia a dia, demonstra e afirma tal

assertiva. O Universo não mais tem fronteiras; ideologicamente, o Mundo está repartido e essa divisão se manifesta em todos os quadrantes independentemente do espaço geográfico e em todos os campos de manifestação humana, em que pêsse aparências outras.

A bipolarização ideológica traduz-se em filosofias de vida antagônicas em todos os campos, a que as nações e os indivíduos, quer queiram quer não, mais dia menos dia, terão que optar! E não há dúvida, a fé dos que sempre venceram o afirma, vencerá aquela que comunga com Deus!

O "Homem-Matéria" e o "Homem-Matéria e Espírito" são a expressão mais simples do que seja a bipolarização ideológica e acreditamos sinceramente que assim o seja: o mundo de hoje está repartido ideologicamente e a não aceitação dessa verdade meridiana, por si só é tomada de posição, se não contrária aos princípios que defendemos, pelo menos de convívio com os antiprincípios defendidos pelo comunismo. Mesmo quando um Gagarin ou um Shelman conquistam o espaço interplanetário rompendo as fronteiras do éter, temos certeza de que o primeiro afirmará que "procurou e não encontrou Deus no Espaço" e de que o segundo afirmará que "não procurou Deus porque de há muito já o encontrou"! Duas idênticas façanhas, dois métodos e dois objetivos completamente antagônicos, dentro do amplo quadro da bipolarização ideológica que se vem manifestando mesmo no espaço além-terreno!

A aceitação tácita da bipolarização ideológica, para nós, não só é pacífica, como fundamental; não nos foi imposta; razões objetivas e subjetivas nos dão essa convicção e certeza e cremos que os bem intencionados de espírito — logicamente não os materialistas — conosco comungam!

A bipolarização ideológica tem transformado o mundo, material e espiritualmente. Rompeu fronteiras, mobilizou pensamentos, desequilibrou mentes, enfim, abriu frentes em todos os quadrantes em uma guerra nova, mascarada, sorrateira, fria e implacável. Se o conceito de guerra convencional já evoluiu para o de guerra total, o conceito de guerra fria toma vulto de maior amplitude, pois, além do aspecto material, envolve o espiritual. A guerra fria é luta psicológica, luta titânica e maliciosa, sorrateira e traiçoeira; conturba, intranquiliza, pois o próprio conceito de inimigo, respeitável de frente a frente na trincheira, foi mudado; o inimigo está ao nosso lado, é nosso "amigo", nosso "parente", come do nosso pão na nossa mesa, tem nas suas veias o nosso sangue, pisa o mesmo solo da pátria comum, porém, é inimigo. A guerra é total e diferente, com novas armas; é invisível, é diuturna. É luta de matéria contra espírito! Não resta dúvida que este vencerá, porém, é necessário que se combata, que se lute, que se usem as mesmas armas! Não há vitória sem luta; para se vencer há primeiramente que identificar o inimigo, conhecê-lo e batê-lo em tôdas as frentes.

E a guerra fria ou psicológica nada mais é que a ante-sala da guerra revolucionária ou subversiva. Guerra fria, psicológica, revo-

lucionária, subversiva, nada mais são que sinônimos e fases da guerra comunista e mercenária de fanáticos e paranóicos financiados pelo extremismo internacional. Haverá quem duvide da dinâmica atual da marcha comunista de domínio de mentes e nações? Os episódios de Cuba, do Vietnã e da Bolívia estão presentes e não admitem outras interpretações. O mundo de hoje é um extenso campo de batalha sob as mais diversas formas, em que a Guerra Psicológica, numa paz aparente, apenas prepara o campo da subversão para a fase definitiva, a guerra revolucionária. Essa é a técnica do inimigo e como tal deve ser incessantemente combatida sem desfalecimento. Seja preventivamente, através do elucidamento sincero e honesto dos reais propósitos a que se destinou o Movimento de 1964 e dos reais propósitos a que se destina a revolução comunista: seja repressivamente com ações enérgicas e decididas contra o inimigo que deve ser combatido sem quartel.

Dentro desse quadro, a conjuntura nacional sofreu e sofrerá o impacto da bipolarização ideológica e de suas conseqüências. De 1935 a 1963, a nação brasileira tem assistido com maior e menor intensidade, manifestações várias de tentativas de mudar seus rumos. A Revolução de 1964 frustrou definitivamente os seguidores de "Che" Guevara, porém é preciso não ensarilhar as armas e as mentes, pois a Guerra continua.

Fundamentalmente, aceitamos e reconhecemos a bipolarização ideológica e comungamos com a filosofia do Homem-Espírito-Matéria, símbolo da tradição democrática e cristã do mundo ocidental, e repudiamos a tudo e a todos que, com sua dialética marxista fria e calculista se oponham a tais conceitos, conceitos estes fruto de tradição e convicção que nos são caros e que defenderemos em qualquer campo! Tudo é questão de acreditar e ter fé; acreditamos em nós e em nossa fé! Repudiamos os omissos conscientes e inconscientes, pois a eles não cabe lugar no mundo de hoje; combateremos o inimigo e seus apaniguados em qualquer campo, a despeito de qualquer outra consideração, pois isso é imperioso e necessário sob pena de negarmos a nós próprios; acreditamos nos bons propósitos da Revolução e do Governo e, para atingir o objetivo, é imprescindível bater o inimigo.

3. OBJETIVOS NACIONAIS PERMANENTES

A Revolução de 1964, alijando o perigo iminente da comunização, se propôs a longo prazo a dar novos rumos ao Brasil dentro de uma filosofia de alto gabarito moral e espiritual: "Democracia com Liberdade e Responsabilidade". O combate à "subversão e à corrupção" assim tem que ser interpretada, pois são as duas chagas que corromperam — e ainda corrompem — o âmago da pátria.

Para atingir tal propósito é imprescindível renovar e alevantar o "homem matéria-espírito", mola mestra do sistema, dentro dos padrões de dignidade e moralidade.

Tarefa difícil, em virtude dos vícios e da ação solerte e diuturna do inimigo ateu, porém possível a longo prazo, desde que se reformule a mentalidade dos brasileiros bem intencionados. Aos jovens de hoje, à juventude brasileira, caberá em gerações futuras atingir os objetivos da Revolução. Serão atingidos, não temos dúvidas, pois representam unicamente a dignificação e a perenização dos valores morais e espirituais do homem dentro de padrões de dignidade e probidade que serão alcançados em clima de paz e justiça social, anseios naturais e inalienáveis. Assim se fortalecerá a democracia, não com conceitos e chavões ultrapassados de esquerdistas e comunistas marginalizados que apenas lutam por posições, que sabem, não as alcançarão. Não tenhamos dúvida em afirmar bem alto os nossos propósitos e apontar à execração os inimigos e sua camorra, alcerçados em anos e anos de locupletação farta e criminosa: os subversivos e os corruptos. Devemos dar condições ao governo da Revolução, a fim de que atinja sua meta e para isso a Lei de Segurança Nacional é um de seus instrumentos.

Assim deve ser entendida e não com apreciações outras de qualquer ordem. Concitamos todos os brasileiros a se irmanarem a seus irmãos militares no sentido de levar a bom termo a meta proposta e reafirmar a Revolução de Março! E que Revolução! Revolução que trocou o "paredón" pela cassação. Cassação?! Políticos e figurões detentores de fortunas ganhas como só Deus sabe, filhos difetos da corrupção e da subversão "snobando" dólares e rublos nos quatro cantos do Mundo! Da Terra sagrada que não suberaram dignificar, dia a dia ainda esbulham e se locupletam, em gozo de faustoso "exílio" em Montevideú, Washington, Londres, Lisboa e alhures enquanto seus apaniguados denunciam "a exploração do Capitalismo Internacional".

A Revolução de 1964 foi "sui-gêneris"! Fôsse ela do tipo comunista...!!! Não tirou uma vida de muitos que não hesitariam em tirar a de seus irmãos;! Não tirou um vintém de muitos que não titubearam em dilapidar a Nação! Cassou? Apenas tirou o "direito" de maus brasileiros de gerirem os destinos da Pátria que não souberam dignificar subvertendo-a e corrompendo-a! A Revolução! Se mal ela teve, foi ser branda, pacífica e ... brasileira, o que lhe dá uma reserva moral de alta rentabilidade.

4. LEI DE SEGURANÇA NACIONAL

A Lei de Segurança Nacional, Decreto-lei n. 314, de 13 de março de 1967, "define os crimes contra a Segurança Nacional, a ordem política e social e dá outras providências".

Foi baixado pelo Presidente da República em 13 de Março de 1967, "usando das atribuições que lhe confere o artigo 30 do Ato Institucional n. 4, de 7 de dezembro de 1966".

Pelo intróito do citado dispositivo é a Lei de Segurança Nacional autêntica legislação revolucionária, não há que negar, portanto, dentro do espírito da Revolução de 1964 e de seus objetivos.

Tendo a Revolução e o Governo que a representa, como meta fundamental, a consecução dos objetivos a que se propõe, imprescindível reformular a legislação a respeito, pois com isso ganha autenticidade definindo o inimigo sorrateiro pronto a impedir com sua técnica e suas armas o atingimento do fim colimado.

4.1 — Disposições Preliminares (Capítulo 1)

As Disposições Preliminares conceituam a Segurança Nacional dentro da realidade Internacional e Nacional:

Artigo 1º — "Tôda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei". O disposto no presente artigo nada mais é que o reconhecimento do que já se citou: a conjuntura Internacional dentro da Bipolarização Ideológica desfez fronteiras, gerou a guerra fria psicológica e deu vazas ao inimigo interno.

O inimigo interno, traiçoeiro e apátrida, braço do comunismo ateu, está infiltrado sob os mais diversos matizes, não há que desconhecer. Se o atingimento dos objetivos a que se propõe o Governo é meta que interesse a tôda Nação com um todo; se o inimigo é presente diuturnamente sob tôdas as formas, nada mais lógico e coerente do que dividir a responsabilidade com todos os brasileiros! É dever comum! Assim, Segurança Nacional é conceito de ampla envergadura a que todo brasileiro está indissolúvelmente ligado, sob pena de formar em outras frentes! A cada brasileiro, democrata e cristão, cabe na guerra fria e total de nossos dias ampla parcela de responsabilidade no combate ao comunismo: deve ser uma sentinela vigilante, a fim de que a Nação Brasileira, com liberdade e responsabilidade, a despeito de suas limitações e antagonismos, atinja os objetivos a que se propôs. A própria Lei Magna preceitua em seu artigo 89: "Tôda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional nos limites definidos em lei."

"Artigo 2º — A Segurança Nacional é garantia da consecução dos objetivos nacionais contra antagonismos, tanto internos como externos". Define os objetivos da Segurança Nacional dentro do quadro geral exposto. Assim, a segurança nacional é conceito vasto, intimamente ligado ao atingimento dos objetivos a que o Governo da Revolução se propôs. Não se deturpe pois, o seu conceito, quando

na própria Lei sua definição é clara e sem margem a outras interpretações:

“Artigo 3º — A segurança nacional compreende, essencialmente, medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva.

§ 1º — A segurança interna, integrada na segurança nacional, diz respeito às ameaças ou pressões antagônicas, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestem ou produzam efeito no âmbito interno do País”.

§ 2º — A guerra psicológica adversa é o emprêgo da propaganda, da contrapropaganda e de ações nos campos político, econômico psico-social e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais.

§ 3º — “A guerra revolucionária é o conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia ou auxiliado do exterior, que visa à conquista subversiva do poder pelo contróle progressivo da Nação”. Conceitua a moderna definição não só de guerra psicológica como de guerra revolucionária. Fatos notórios de que o Mundo em todos os quadrantes dá provas diárias e de que o inimigo tem lançado mão.

Cabe pois preservar a segurança interna, dando ambiente de paz e trabalho, ao mesmo tempo que prevenir e reprimir a guerra psicológica e revolucionária em tôdas as suas manifestações.

“Artigo 4º — Na aplicação dêste decreto-lei o juiz, ou Tribunal, deverá inspirar-se nos conceitos básicos da segurança nacional definidos nos artigos anteriores”.

Se devem, o Juiz ou Tribunal, conceituar a Segurança Nacional dentro dos princípios expostos, nada mais necessário que tôda a Nação assim o considere. Aliás, a modesta dissertação sôbre o tema proposto tem por escopo exclusivamente mais esclarecer a opinião pública.

4.2 — Dos Crimes e das Penas (Capítulo II)

Dentro do espírito da nova conceituação de segurança nacional são enquadrados como crime as diversas manifestações de guerra psicológica e de guerra revolucionária, técnica de que lança mão o inimigo claramente identificado no âmago da lei, inclusive a ação subterrânea de seus apaniguados. E, se a lei é perfeita em seu enquadramento, liberal por demais tem sido a sua aplicação, pois, diuturnamente verificam-se manifestações sob os matizes mais vários do inimigo infiltrado em todos os setores. O inimigo e sua técnica estão

perfeitamente identificados nos artigos definidores dos crimes contra a segurança nacional; a infiltração de doutrinas e idéias contrárias ao Regime (Art. 11); as associações espúrias orientadas e financiadas pelo extremismo internacional (Art. 12); as tentativas de subversão da ordem (Art. 21, 22 e 23); a incitação pública e a propaganda por todos os meios de divulgação pregando subversão (Art. 23 e 39).

4.3 — Do Processo e Julgamento (Capítulo III)

Conforme capitula a Lei de Segurança Nacional é o Foro Militar a quem caberá o Processo e Julgamento dos crimes definidos nessa Lei.

O Fóro Especial é decorrência tácita da real compreensão em que se deva conceituar a segurança nacional.

5. CONCLUSÃO

A Lei de Segurança Nacional, dentro da Conjuntura Internacional e Nacional nada mais representa que um dos instrumentos destinados a dar novos rumos à Democracia Brasileira dentro de clima de Paz e Trabalho. Identificando de modo claro e insofismável o inimigo e sua técnica, ganha autenticidade e objetividade. Segurança Nacional é conceito que deve ser interpretado à luz do que realmente representa: Garantir a consecução dos objetivos nacionais, e estes são os mais puros e cristalinos dentro de nossa tradição democrática e cristã. Quaisquer outras interpretações serão falhas por omissão deliberada ou por ação contrariada. E, quando o Executivo baixou a Lei de Segurança Nacional por imperiosa necessidade, e o legislador concorde se tomou a ela, nada mais fizeram que comungar com a maioria esmagadora dos brasileiros que a 31 de Março de 1964 lançou nova semente que a despeito de tudo e de todos germinará sob a presença de Deus.

**A DEFESA NACIONAL é a sua Revista
de estudos e debates profissionais. É a sua
tribuna.**

MANDE-NOS SUAS COLABORAÇÕES!



A menor distância entre um Gálexie e você é a Sto. Amaro.

Ser carioca é um estado de espírito, certo? Agora, ser carioca e ter um Gálexie já é um estado de graça!

Ou você ainda não reparou no sorriso-de-orelha-a-orelha de quem vai de Gálexie? E sabe quem está contribuindo para ter cada vez mais carioca em estado de graça?

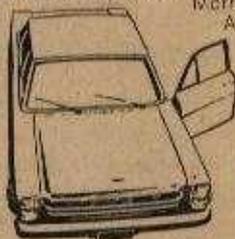
A Santo Amaro, irmão. E, se você não dorme de touca, já deve ter ligado o desconfortômetro para perguntar ao seu travesseiro: "qual é o babado da Santo Amara pra ter gente assim levando Gálexie?"

Elementar, meu caro Watson, elementar. A Santo Amaro tem uma loja ali na curva

do Morro da Viúva, com estacionamento próprio. Recebe você de braços abertos para um diálogo sem jogo-de-esconde. Se você é comodista e ainda acha que ali é longe, a Santo Amaro dá a volta por cima e manda em seu escritório, ou residência, um cara que não enrola e tem cada plano que eu vou te contar!

Assim, só não faz negócio mesmo com a Santo Amaro quem não quer, se Mãe não vai ao Morro da Viúva, o Morro da Viúva vai a Mãe.

Ah, você não se chama Mãe, né? Então, telefone para a Santo Amaro dando o seu nome certo. Tá?



St.ºA CIA. SANTO AMARO DE AUTOMÓVEIS

Av. Oswaldo Cruz, 73/87 - Rio



O MAIOR REVENDEDOR
FORD DO BRASIL

AMAZÔNIA BRASILEIRA

Mistérios e Incompreensão versus Economia e Segurança (*)

Gen (Res)

FREDERICO RONDON

São, realmente, animadoras as notícias sobre os propósitos e ação governamental que visam o desenvolvimento de nossa maior "área-problema".

Em que pese ainda a certa perplexidade gerada, em parte, pela imprecisão do conhecimento geográfico mas, sobretudo, pela falta de uma doutrina política, na apreciação da realidade econômico-social, os esforços assim desenvolvidos poderão conduzir ao domínio cabal e definitivo dos problemas amazônicos, desde que tenhamos a necessária humildade, para reconsiderar errôneas convicções, à luz dos ensinamentos hauridos nos trabalhos de nossos antecessores, na investigação da natureza e no eqüacionamento dos problemas regionais, dando àqueles esforços o sentido de continuidade que deve caracterizar toda obra nacional.

O levantamento estratégico da área, considerando-a nos campos geográfico, psicossocial, político e econômico, previstas as influências do campo militar, atribuído às Forças Armadas, especialmente, nos campos psicossocial e econômico, seria a providência primordial, a fim de se fixarem as diretrizes de um grande plano regional e a doutrina política, face à conjuntura e aos objetivos nacionais permanentes.

* * *

A preocupação da homogeneidade das Unidades Federadas, pela redivisão compulsória do País, em Unidades equivalentes em área, chegou, contemporaneamente, a ser objeto de conspícuos estudos. Em relação à Amazônia Brasileira, persiste, em nossos meios intelectuais, a idéia de assim estruturar-se o País, pela cúpula, através de uma redivisão territorial que transforme, como por milagre, em novos Estados os vazios demográficos. Antes do povoamento, o Estado, como se este fôsse apenas o território.

(*) De uma palestra na sessão comemorativa do 23º aniversário do Instituto de Colonização Nacional, a 12 de outubro de 1967.

Divergimos, respeitosamente, de tais alvitre, continuando em busca de solução mais consentânea à realidade brasileira e conciliatória dos interesses nacionais, segundo as Diretrizes Rondonianas, fixando nossa preferência por uma estruturação nacional que, partindo da base municipal e procurando, pelo método direto da colonização, vivificar as áreas despovoadas, faria surgir em suas glebas condições primordiais à vida social e econômica que, somente, a municipalidade pode consubstanciar, como estímulo constante ao desenvolvimento.

Um relance ao quadro da divisão territorial da Amazônia Brasileira leva-nos à conclusão de que nenhum critério fisiográfico, econômico ou geopolítico presidiu a essa divisão, na esfera municipal. E, justamente, a falta da municipalidade presente e efetiva, como estímulo aos grupos pioneiros, é que se deve, ao nosso ver, atribuir a existência dos vazios demográficos resultantes daquele empirismo que, aliás, igualmente, verifica-se, na divisão municipal de outras regiões do País.

Comportando ainda Municípios desproporcionados, pelo excesso de territórios, em relação às possibilidades de assistência às populações, especialmente, aos mencionados grupos pioneiros, os Estados e Territórios amazônicos sugerem uma redivisão que, reduzindo as áreas municipais a padrões compatíveis com aquelas possibilidades, dê ensejo a que se instalem novas municipalidades melhor distribuídas e proporcionadas, em áreas e situação geográfica, em vista dos interesses do desenvolvimento regional.

O movimento municipalista de redivisão territorial propiciado pela Constituição Federal de 1946, vinha, embora empiricamente, isto é, sem a necessária planificação regional, tentando uma solução para o mencionado problema. Voltando aos nossos anteriores estudos, citar-nos-emos, data venia:

"Aliás, o movimento de multiplicação por cissiparidade, das Unidades municipais, que se verifica em todos os Estados, estimulado por um discreto dispositivo constitucional — o § 4º do art. 15 — não poderia passar despercebido aos observadores de nossa evolução política.

Destinando aos Municípios (excluídos os das Capitais) dez por cento do total que arrecadar do imposto de renda e proventos de qualquer natureza, em partes iguais, para aplicação pelo menos da metade da importância em benefícios de ordem rural, criou a União interesses antagônicos entre os Estados e Distritos, de um lado, e os Municípios, doutro.

Assim, diretamente interessados, por óbvios motivos, na emancipação do maior número de Distritos e criação de novos Municípios, o Estado facilita-lhes a eclosão, reduzindo ao mínimo as exigências legais, para essa elevação no quadro político-administrativo.

fendo omitido uma conceituação mais nítida que a simples declaração de autonomia do Município, como célula da vida republicana, unidade fundamental da Federação, o legislador constituinte deferiu, implicitamente, ao Estado aquela tarefa. Mas por inspiração, senão por sabedoria, sem perder de vista os objetivos nacionais permanentes, entre os quais avulta a Integração nacional, éle sintetiza, por assim dizer, no citado dispositivo constitucional, tôda uma política municipal cujos frutos não se fazem esperar, gerando antes certa impaciência pela evolução progressista, até nos mais longínquos e obscuros Distritos da hinterlândia.

No movimento de integração nacional assim desencadeado, emerge um princípio normativo da política regional, em perfeita consonância com os interesses gerais pelo desenvolvimento harmônico das cidades e dos campos, pela vitalização da zona rural, pela valorização da terra e habilitação do sertanejo a um padrão de vida compatível com a dignidade humana, princípio que, data venia, assim enunciaríamos: A comunidade rural pioneira, na qual se integra o trabalhador com sua família, sem a possibilidade da assistência efetiva do Município, deve fazer jus à emancipação, a fim de receber a assistência direta do Estado e da União e gozar da necessária autonomia, na gestão de suas rendas e solução dos problemas locais, sem que haja mister tenha alcançado foros de cidade.

Constituída a comunidade, definida a área de suas atividades econômicas, prevista a natural expansão, até limites compatíveis com a natureza das explorações predominantes e o incremento populacional, caberia ao Estado consolidá-la, removendo as dificuldades administrativas, implantando a ordem e a justiça, abrindo-lhe vias de comunicações, instalando, enfim, os serviços públicos de sua alçada. A cidade viria ao depois, como resultado do desenvolvimento da comunidade rural e natural aspiração social.

Uma planificação, naturalmente, se impõe, tanto para disciplinar, a emancipação dos Distritos rurais, como para a judiciosa aplicação das rendas, tarefa de um departamento de administração municipal, em colaboração com as novas edilidades.

Caberia ao Estado, na mesma ordem de idéias, através do necessário planejamento, orientar as correntes pioneiras, facilitando o acesso às glebas, numa ordem de prioridade que concilie o interesse geral com o das comunidades, atendendo ao senso econômico peculiar à iniciativa privada.

Assim fixado o conceito de território municipal, como área de ação econômica de uma comunidade, dotada de administração autônoma e serviços públicos, teríamos, como consequência dos planos de desenvolvimento regional, a redução progressiva das áreas dos grandes Municípios segundo o mesmo critério de capacidade e eficiência dos serviços públicos, de assistência efetiva às comunidades rurais, de modo que abranjam aquelas áreas apenas os Distritos satélites, cujas distâncias às respectivas sedes possibilitem aquela assistência.

Teríamos, assim, a sede municipal, com seus distritos industriais, suburbanos, e o "cinturão verde" dos distritos rurais, como elementos integrantes do Município em pleno desenvolvimento, dentro de sua missão política, econômica e social, pondo ao alcance do homem, através da família e da comunidade, os elementos indispensáveis ao trabalho, à vida, à civilização, enfim.

A observação dos fatos cotidianos que enchem o noticiário, refletindo a geral insatisfação, tanto dos grandes como dos pequenos centros populosos, nas cidades como nos campos, em face das dificuldades crescentes da vida brasileira, e a meditação em suas causas profundas levam-nos à convicção de que algo de fundamental deve ser modificado, na estrutura política do País, além do que, geralmente, se espera de uma reforma agrária.

A redivisão política dos Estados, em moldes rigorosamente constitucionais, como se processava, tanto pela emancipação de antigos Distritos como pela criação de Municípios pioneiros, seria, talvez, um bom início daquela reforma de base, tão necessária quanto oportuna para toda a nação."

Em nosso estudo intitulado "quadro demográfico do Norte e Centro-Oeste", podemos apreciar em números, não somente a evolução populacional da grande região assim definida, como também a redivisão territorial verificada, pela criação de novos Municípios, no período de 1940-60.

O Estado do Pará, com a criação de 10 Municípios e a perda de 3 — Amapá, Macapá e Mazagão — que passam a constituir o Território de Amapá, eleva de 53 a 60 o número de seus Municípios. Dessa quase abstenção do Estado, na subdivisão territorial ensejada pela Lei Magna, resultou que perdure nêta a maior diversidade de áreas municipais verificada no País, gerada pela irregularidade de povoamento, apresentando os contrastes de Belém, o mais populoso dos Municípios, com 402.000 hb e 718 km², e os de Altamira, no Xingu, com 12.000 hb e 279.000 km²; Itaituba, no Tapajós, com 1.200 hb e 186.996 km²; Orximiná, no Baixo Amazonas, com 15.000 hb e 107.040 km².

A título de curiosidade assinalamos que o maior dos Municípios brasileiros, Altamira, equivalente, como expressão territorial, ao conjunto dos Estados de São Paulo, Alagoas e três vezes o da Guanabara.

O Estado do Amazonas passa por mais sensível modificação, em sua divisão territorial, com a criação de 19 Municípios e, a perda de 2 — Boa Vista e Porto Velho — que passam a integrar, respectivamente, os Territórios de Rio Branco (atual Roraima) e Guaporé (atual Rondônia), e a extinção do de Moura, elevando o número total a 44. Concorre, assim, para corrigir de algum modo a grande disparidade de áreas de seus Municípios. Não obstante, 15 destes ainda figuram entre os maiores Municípios brasileiros, inclusive 5 dos novos: Ilha Grande, com 75.453 km²; Atalaia do Norte, com

73.088 km²; Nôvo Aripuaná, com 58.254 km²; Airão, com 50.936 km²; e Japurá, com 49.777 km². Dos antigos, Barcelos, com 122.429 km²; Uaupés, com 88.530 km², e Coari, com 70.327 km², destacam-se entre aqueles, como verdadeiros Estados.

O Acre manteve inalterada sua divisão territorial em 7 Municípios, com os contrastes de Sena Madureira, com 45.750 km² e 22.500 hb, e Brasília, com 6.232 km² e 10.500, hb na Zona do Alto Purus.

No Território de Roraima, não é menos chocante a diversidade de áreas e populações, com Boa Vista — 26.200 hb e 96.501 km² — e Caracará — 3.300 hb e 133.603 km².

Relativa proporcionalidade verifica-se no Território de Rondônia, em que pese ao gigantismo das Unidades municipais, com Pôrto Velho — 51.100 hb e 154.136 km² e Guajará-Mirim — 19.700 hb e 88.938 km².

No Território do Amapá, são extremos nas escalas de áreas e populações, Mazagão — 7.700hb e 45.454 km² — Calçoene — 2.400 hb e 16.956 km².

O Estado de Mato Grosso, tendo criado 38 Municípios e perdido 2 — Alto Madeira e Guajará-Mirim, incorporados ao Território do Guaporé — apresenta-se, em 1960, com 64 Municípios, entre os quais figuram ainda 4 dos maiores Municípios brasileiros:

Barra do Garças, com 172.066 km², Chapada do Guimarães, com 157.159 km², Aripuanã, com 142.222 km², e Diamantino, com 139.226 km². Com populações entre 4.100 hb (Diamantino) e 15.200 hb (Barra do Garças), estes Municípios fazem contraste com os mais populosos: Dourados, com 85.000 hb e 13.244 km²; Campo Grande, com 74.300 hb e 8.297 km²; Cuiabá, com 57.800 hb e 13.759 km².

O Estado de Goiás foi, dentre as Unidades amazônicas, o que melhor aproveitou o política municipalista de 1946, tendo elevado de 52 para 179 o número de seus Municípios, no período de 1940-60. Contudo, ainda apresenta, como anomalias, os Municípios de Cristalândia, com 30.045 km² e 11.200 hb, e Goiânia, a capital, com 1.312 km² e 153.500 hb, trinta vezes menor e quinze vezes mais populoso que o primeiro.

A redivisão territorial assim iniciada não terá, infelizmente, segundo parece, a desejada seqüência, em vista da supressão dos anteriores estímulos financeiros. Cumpre ainda assinalar a incompreensão revelada por certas esferas governamentais, em relação ao alcance geopolítico daquela concessão e da consqüente multiplicação de unidades municipais. A exigência da categoria inicial de cidade, para as sedes municipais, fixada em Lei, leva alguns Estados a reconsiderar atos de criação de Municípios rurais, extinguindo-os. Nôvo projeto de lei federal, regulando a criação de novos Municípios, confirma aquela exigência de cidade, como sede municipal, agravando-a com a

nova exigência de plebiscito, para aprovação prévia, pela população interessada, exigência que, segundo nos parece, tornará no futuro difficilissima a instalação de novos Municípios, seja pela criação de Municípios pioneiros, agora impossível, por óbvios motivos, seja pela emancipação dos Distritos em desenvolvimento: Vejamos por que difficil uma e impossível outra forma:

A tendência dos Municípios será, certamente, no sentido de conservar intacto seu império territorial. Usamos, propositalmente, a expressão "império", para melhor caracterizar a mentalidade predominante, na esfera municipal, em todo o País. Em que pese aos nossos esforços pela educação política, para a prática da democracia, cumpre reconhecer que no Município, ainda perdura o conceito imperialista de governo. A cidade é a metrópole-mirim desse pequeno império (às vezes imenso, como vimos). Os Distritos rurais são as suas colônias. A população rural, embora desassistida pelo poder municipal, deve levar ao mercado metropolitano seus produtos agrícolas, por baixos preços, e nêle se abastecer de produtos manufaturados, submetendo-se às imposições da indústria e do comércio.

A emancipação dos Distritos rurais, exatamente, dos mais prósperos, encontrará, portanto, pode-se prever, a mais decidida opposição do Município a manifestar-se no citado plebiscito.

A colonização, como processo de povoamento, pelo método direto de locação de trabalhadores emigrantes nas áreas desbravadas, não poderá, evidentemente, iniciar-se pela instalação de cidades, as quais deverão ao invés, resultar do desenvolvimento local. Sem a assistência do Município, dificultada ou mesmo impossibilitada pela distância à sede, de algumas centenas de quilômetros, na maioria dos casos, máxime na área amazônica, e sem a possibilidade da emancipação precoce, que lhes traria, diretamente, os recursos do Estado e da União e os meios de retenção das rendas locais, em seu próprio benefício, os núcleos pioneiros serão, assim, desencorajados, pela frustração de suas primeiras aspirações político-sociais.

Teremos, portanto, cristalizada a atual divisão municipal dos Estados e Territórios, com toda a monstruosidade das anomalias evidenciada pela Estatística e resultantes do empirismo, isto é, da falta que a Lei, em vez de obviar, pela planificação compulsória e pelo esclarecimento doutrinário, agrava, desamparando os Distritos rurais, particularmente, os núcleos pioneiros, em suas justas aspirações de autonomia, quando nessas mesmas aspirações se fundam as esperanças de uma possível e já iniciada vitalização dos vazios demográficos.

* * *

Na faixa de fronteiras, a criação dos Territórios Federais, pela cessão à União de áreas inaproveitadas dos Estados do Pará, Amazonas e Mato Grosso, é uma experiência em curso, há quase 25 anos. É licito, portanto, tirar as primeiras conclusões da observação dos

fatos administrativos e econômico-sociais que dessa experiência resultaram, tanto no povoamento e nacionalização daquelas áreas, como na defesa de suas riquezas naturais. Daí, talvez, as reservas e até mesmo a hostilidade com que foi recebida, recentemente, uma iniciativa que indicava o prosseguimento da mesma política de redivisão territorial, mesmo sem desmembramentos e fusões de Estados, grandes e pequenos, que hoje representam a cristalização de nossa evolução política, em seu aspecto geográfico.

A macrocefalia que caracteriza os Territórios Federais, resultante da preocupação de se fazer da capital uma amostra de civilização e de progresso, é ao mesmo tempo índice e fator de dois "males endêmicos": o recrudescimento do chamado "êxodo rural" e o abandono dos longínquos Distritos fronteiriços, os quais permanecem quase indiferentes ao surto de progresso que se irradia das capitais e chega amortecido àqueles Distritos que se situam na faixa de 150 quilômetros de fronteira, cujos interesses, quanto à nacionalização e ao desenvolvimento econômico, teriam justificado a criação dos mesmos Territórios.

Podemos representar aquela macrocefalia, em números percentuais da população urbana das capitais, em relação à população total das Unidades amazônicas, (censo de 1960) para melhor ressaltar a aberração dos Territórios Federais, na seguinte escala crescente:

Cuiabá	43.000 hb — 5%
Goiania	132.600 hb — 7%
Rio Branco	17.200 hb — 11%
Manaus	154.100 hb — 21%
Belém	360.000 hb — 23%
Pôrto Velho	19.400 hb — 27%
Boa Vista	10.200 hb — 34%
Macapá	26.600 hb — 40%

Cumprе, portanto, ao nosso ver, antes de tudo, definir uma vigorosa política de povoamento e expansão econômica intrafronteiras — Política de Colonização Nacional — visando a conquista dos vazios demográficos, especialmente, na faixa de fronteiras continentais, seja em proveito dos atuais Estados e Territórios, seja de novas Unidades Federativas, a fim de que a criação destas Unidades não signifique apenas a instalação de operosos aparelhos burocráticos na hinterlândia, com a modificação do mapa político do País, pelo delineamento de novas fronteiras internas, com os germens de futuros litígios oriundos da imprecisão geográfica, ou a eclosão de interesses regionais encudados em episódios ignorados de nossa evolução econômica.

• • •

As regiões geo-econômicas que, em sua desconcertante dissemelhança, integram a Amazônia Brasileira — verdadeiro subcontinente, em cujo âmbito contém 58% do território nacional — estão a sugerir

uma redivisão da Grande Região, mais consentânea aos interesses de seu desenvolvimento.

Em nosso estudo "Diretrizes de uma planificação para a Amazônia", sugerimos, dentro da delimitação já estabelecida, a subdivisão em três regiões:

— a Baixa Amazônia, compreendendo o Pará, o Amapá e as áreas amazônicas de Goiás e Maranhão, com sede em Belém;

— a Média Amazônia, compreendendo o Amazonas e Roraima, sede em Manaus;

— a Rondônia, compreendendo o Acre, Rondônia e o Estado de Mato Grosso, ao norte do paralelo 17º, com sede em Cuiabá.

Evitaríamos assim as expressões "Alta Amazônia" e "Amazônia Ocidental", as quais, por óbvios motivos, acarretam implicações internacionais.

A Rondônia — a Grande Rondônia, revelada há meio século ao mundo científico, pelo sábio Roquette Pinto, em sua obra imortal — impõe-se na conjuntura nacional, como região geo-econômica, por suas virtualidades e posição geográfica, a merecer maior atenção do Governo Federal. Concretizando aspirações progressistas de três Unidades, englobando nada menos que 1.200.000 km², estendida entre a Média Amazônia e a Fronteira Sudoeste, caberia à nova superintendência preencher sensível lacuna, no desenvolvimento do longínquo Oeste.

Seria este o primeiro passo, para a correção do gigantesco que tem caracterizado as entidades federais votadas ao desenvolvimento econômico, pela adoção do critério fisiográfico-político, em sua delimitação territorial, embora sejam econômico-sociais os objetivos colimados.

O abandono da faixa de fronteiras, pelos Estados e Territórios, tem sido de algum modo compensado, pelo crescente interesse das Forças Armadas, especialmente, do Exército, com iniciativas de colonização militar, através de organizações subordinadas ao Comando Militar da Amazônia.

O plano de colonização assim esboçado ainda se ressentia, segundo nos parece, da dependência, e que são colocadas aquelas organizações, da cooperação de organizações autárquicas que deveriam atuar nas mesmas áreas, no desempenho de suas missões específicas, atinentes ao desenvolvimento rural.

Seria de desejar que o Comando Militar da Amazônia fôsse dotado de órgãos técnicos próprios, necessários a sua missão econômico-social, permitindo-lhe assim mais ampla liberdade em servir ao Brasil, assumindo os encargos executivos dos trabalhos planejados, sem qualquer dependência de órgãos que não têm, até o presente, revelado a indispensável sensibilidade, face aos aspectos estratégicos dos problemas amazônicos.

Aliás, a organização militar sempre se caracterizou por aquela adaptação orgânica ao terreno e às missões que lhe são afetas.

A Comissão Rondon, com seus contingentes militares, serviços astronômico, topográfico, cartográfico, geológico e biológico, de proteção aos índios, distritos telegráficos, etc., é o glorioso paradigma da moderna organização militar votada à paz — escola bandeirante que tanto honra a Exército e dele merece veneração e carinho.

A consideração da Lei n. 2.597, de 12 de setembro de 1955, que dispõe sobre as zonas indispensáveis à defesa do País, leva-nos a sugerir a criação de Distritos Militares e Distritos Coloniais, compreendendo cada uma daquelas zonas da faixa de fronteiras, assim definidas e demarcadas, sob a jurisdição de Prefeituras Militares, com atribuições de política, fiscalização das operações de terras e colonização, os primeiros, e sob administração regional e controle do Conselho de Segurança Nacional, os últimos, conciliando assim os interesses nacionais, pela segurança, com os regionais, pelo desenvolvimento.

Na verdade, abrangendo a faixa de fronteiras de 150 km, sem discriminação das zonas, realmente indispensáveis à defesa nacional, aquelas medidas de controle poderiam ser consideradas excessivas, posto que incompletas, porquanto não alcançariam as zonas interiores, despovoadas, que devem ser colonizadas sob o controle militar, e aquelas em processo de desnacionalização, pela exploração estrangeira, além de outras que interessem as vias de comunicações de importância militar.

* * *

Alguns dispositivos da Lei n. 2.597 parecem-nos ainda suscetíveis de reconsideração, em vista do interesse nacional pelo desenvolvimento das zonas de fronteiras, procurando conciliar quanto possível o espírito progressista e as imposições da segurança, estimulando a iniciativa privada, jamais desencorajando-a, sem prejuízo do necessário controle.

O limite de 2.000 hectares, para as concessões de terras públicas, tanto das empresas como a indivíduos, parece-nos, por exemplo, inadequado aos propósitos de desenvolvimento, visto como as áreas devem corresponder, segundo sua posição geográfica, à natureza e ao vulto das explorações a que se destinem.

Os limites de 10.000 hectares, para as concessões a pessoas físicas e de 100.000 a entidades coletivas (empresas) parecem-nos mais condizentes com aqueles propósitos, quando se tratar de exploração extrativa, silvicultura ou agropecuária, na fase atual de ocupação humana das vastidões amazônicas, onde o vulto das concessões ainda é o maior estímulo à iniciativa privada.

Outras disposições coercitivas da liberdade e restritivas do direito de propriedade, contidas na Lei sobre o regime de terras e atividades econômicas na faixa de fronteiras, deveriam ser revistas à luz da

nova Constituição Federal, ao elaborar-se o Estatuto para a Coordenação do Desenvolvimento da Amazônia Brasileira, o qual deveria compreender disposições atinentes às zonas sensíveis, não somente da faixa de fronteiras, como também do interior e do litoral, pois, a Amazônia também possui um litoral e zonas interiores vinculados, sob o aspecto da segurança, à faixa de fronteiras.

• • •

Procuramos fixar em nossos trabalhos, consoante as Diretrizes Rondonianas, os conceitos de povoamento e valorização regional, num elevado sentido nacionalista, em relação aos vazios demográficos que ainda assoberbam nosso País, envolvido por extensa faixa de fronteiras.

Com uma população que já ultrapassa os 86 milhões e um aumento anual médio de quase 3 milhões e a possibilidade de exceder os primeiro 100 milhões no próximo decênio, o Brasil já não é, evidentemente, um país de imigração.

A Estatística demonstra que o fenômeno da saturação já se vai acentuando, nos Estados mais populosos do Nordeste, Leste e Sul, através de correntes espontâneas que buscam o Norte e o Centro-Oeste, sugerindo aos poderes públicos a planificação do necessário reajustamento demográfico do País.

No Nordeste, as obras de engenharia, em vias de execução ou projetadas a curto prazo, e a assistência direta às comunidades agrícolas, concorrendo para a valorização da terra e do homem e a elevação do padrão de vida, em áreas necessariamente restritas, concorrerão para agravar a desigualdade social, antes que possam beneficiar as massas sertanejas. Pelo prévio desbastes, que resultaria da emigração dirigida, poder-se-ia atenuar aqueles efeitos inconvenientes da ação governamental, com maior proveito para a população remanescente.

O Centro-Oeste, gozando de há muito da preferência de nossas correntes migratórias espontâneas, estaria naturalmente indicado, como região de destino dos futuros planos de migração dirigida.

Na Amazônia, o nordestino é um vencedor. Afeito aos misteres da indústria extrativa e da agricultura rudimentar, ele facilmente prospera nos povoados decadentes e insalubres, entre as populações indígenas acessíveis, nas raias setentrionais do País, encontram-se aqueles atletas deselegantes, irradiando energia e brasilidade, isolados, resignados, estoicos, nunca vencidos. Para viver, fazem-se índios, incorporando-se às tribos pelo casamento, adotando seus hábitos, aprendendo suas línguas, tomando parte em suas alegrias e em seus sofrimentos, para receber em retribuição o prestígio da afeição sem limite, com que o índio consagra o amigo sincero.

São, portanto, justificados, por legítimos interesses brasileiros, as reservas que por vezes temos oposto a certos planos de imigração em massa e até mesmo de internacionalização da Amazônia, apresentados como solução de prementes problemas demográficos de outros continentes ou com o pretexto de acelerar o desenvolvimento de nossa grande área-problema, máxime quando consideramos, à luz da Estatística, os problemas similares que já se prenunciam, na evolução brasileira, dentro de prazos que não nos permitem mais qualquer dilatação ou transigência de liberalidade, em relação ao solo e às riquezas naturais que devem constituir reservas das futuras gerações brasileiras.

O ilustre Professor Artur Cesar Ferreira Reis tem se distinguido, entre os publicistas brasileiros, nessa oposição à "tendência à internacionalização de trechos do mundo, que já se pretende seja operação necessária, uma solução para agasalhar aqueles que não têm onde viver ou clamam contra a fome que os atormentam", admitindo, contudo, um plano internacional restrito à área amazônica.

A extensão demasiada da Amazônia Brasileira, como área geográfica, para os fins do desenvolvimento, tem sido mencionada como fator a concorrer, pela dispersão de meios, para a menor eficiência do respectivo plano, inconveniente que a planificação poderá corrigir pela dilatação dos prazos previstos.

Na cooperação internacional que se faça mister, para maior amplitude do planejamento em vista, não iríamos além dos acordos bilaterais com as Nações Limitrofes, interessadas em determinados setores econômicos, especialmente o dos transportes, se quiséssemos realmente conjurar os perigos da internacionalização.

A Amazônia não é, como sabemos, a única região fisiográfica do continente, onde o Brasil confina com áreas similares de outros Países. Temos, na verdade, o oeste e ao sul, outras regiões, como o Pantanal e as Campinas Meridionais, por exemplo, que até o presente se desenvolveram sem quaisquer atritos originados de interligações econômicas contingentes, sem a necessidade da interferência de estranhos interesses, em que pese à cobiça internacional, ao chamado imperialismo das Nações colonizadoras, sempre vigilante nas áreas subdesenvolvidas de quaisquer continentes.

Na Amazônia, a integração nacional deve ser o objetivo a atingir, objetivo nacional permanente que se há de alcançar pela valorização da terra e do homem, pelo povoamento que a colonização planejada pode propiciar, com as correntes internas a suscitar no grande viveiro nordestino; pelo desenvolvimento da agricultura e das indústrias rurais, com elementos humanos, capitais e técnica ao nosso alcance imediato; procurando preservar, nas populações regionais, as características de nossa cultura; considerando como fator subsidiário o reforço condicional da imigração selecionada, subordinando, enfim, os interesses das Nações amigas às nossas conveniências.

Tendo resolvido, pacificamente, suas questões de limites, pelos generosos processos sugeridos pelo gênio político do Barão do Rio

Branco, não poderia agora o Brasil consentir numa internacionalização que implicaria a renúncia à plena soberania que não é sequer discutida por qualquer das Nações confinantes.

Na planificação do desenvolvimento, cumpre estruturar a economia regional desde os alicerces, sob diretrizes que atendam, simultaneamente, o homem e a terra, isto é, com o duplo senso social e econômico, tornando possível, no mais breve prazo, a normalização da vida econômica regional em seus aspectos fundamentais de produção, circulação e consumo, possibilitando ao mesmo tempo às populações o gozo de um padrão de vida compatível com a condição humana e estimulante de maiores esforços pela prosperidade individual e, conseqüentemente, pelo progresso regional.

Cumpre, assim, rever os planos estabelecidos, no sentido, não somente da necessária ordem de prioridade, quanto a áreas e populações, em vista da maior produtividade, como também da predominância do sentido humano da valorização regional, procurando elevar o homem rural à condição de elemento eficiente da economia regional, pela higiene, educação e preparo técnico, criando a base agrícola propícia ao desejo surto industrial que, por véses, se tem procurado antecipar, invertendo a ordem natural de todo desenvolvimento inspirado no verdadeiro senso econômico-social, que seria, em primeiro lugar o homem, como elemento eficiente, fator e objeto do mesmo desenvolvimento; depois a terra, através da agricultura, como fonte de matérias-primas indispensáveis ao desenvolvimento industrial.

A colonização Nacional seria, pois, o empreendimento inicial de toda valorização regional, decorrendo de sua planificação as obras de engenharia, comunicações e transportes, até a plena realização da fase agrícola.

Mas a valorização da terra, pelo maior incremento da produção, implica necessariamente a adoção de métodos de cultivo consentâneos ao maior rendimento do capital e do trabalho, elevação tecnológica, tanto vale dizer — mecanização — onde e sempre que possível, e seleção de áreas, tendo em vista os transportes, objetivos aos quais melhor correspondem a média e a grande propriedade, primeiro, porque representam o *statu quo* do qual partimos para a reforma agrária, a qual perderia o desejável cunho conservador, se não as tornasse por base, em sua planificação. Simbolizando a estrutura econômico-social vigente e, portanto, possível, a grande e a média propriedade assim se impõe, como organização inicial, cujos defeitos cumpre corrigir, com senso de economia e justiça social, em consideração aos serviços prestados ao País pelo pioneirismo que elas representam.

Nesta ordem de idéias, somos levados a admitir que o latifúndio é providencial, no caso brasileiro. Comportando planos mais amplos de exploração econômica, segundo sua situação geográfica e potencialidade, e, portanto, a atividade produtiva de maiores populações, no

gôzo do desejado bem-estar social, o latifúndio não poderia ficar à margem do movimento renovador, pelo simples respeito ao direito de propriedade, ou hostilizado pela prevenção doutrinária. Deveria, antes, ser tratado como a grande empresa em perspectiva, campo de experimentação da estrutura cooperativa, na organização sócio-econômica, e de mais elevada tecnologia agrícola.

Parece-nos, na verdade, passível de reconsideração o próprio conceito de agricultor, como pequeno proprietário, conceito que justificaria a idéia demagógica de "dar terra a todos", idéia que vem imprimindo um tom revolucionário ao movimento suscitado pela reforma agrária, apresentando a propriedade da terra como condição indispensável à fixação do homem à gleba e aspiração máxima do agricultor; conceito excessivamente restrito, em face da própria conceituação que fazemos da reforma agrária, como "conjunto de medidas orientadas para a solução dos problemas da economia rural, visando a valorização da terra e do homem, elevação tecnológica para o maior incremento da produção, progresso regional, estímulo e garantia aos empréstimos e capitais privados, habilitação física, aperfeiçoamento moral e técnico do trabalhador e bem-estar das comunidades rurais".

Aliás, o Estatuto da Terra (Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964), definindo a reforma agrária como o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade", e política agrícola como "conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destina a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuária seja no sentido de garantir-lhe o pleno emprego, seja no de harmonizá-la com o processo de industrialização do País", de fato, não faz promessa indiscriminada de "dar terra a todos", senão no sentido de posse de lotes rurais.

As figuras jurídicas de posse (domínio útil), que é prometida a todos, tornando o agricultor dono (Dominus) de seu lote, e de propriedade (domínio direto), cujos direitos são amparados pela Lei, ficam assim bem definidas no referido Estatuto.

A observação do meio rural convence-nos de que é o domínio útil, a posse do solo que radica o agricultor à gleba, enquanto a propriedade, o domínio direto da terra traz àquele um estímulo constante à mudança de atividade, da agricultura para as atividades urbanas, pela possibilidade de vender a propriedade valorizada pelo progresso regional e ir viver no centro de sua escolha.

Em suma, na cessão de domínio útil, pelo arrendamento, de lotes, na grande ou média propriedade, a agricultores vinculados a empresas, em condições de perpetuidade e segurança, é que vemos a solução conservadora-evolutiva para o problema agrário, mais condizente com a índole brasileira.

Aos órgãos estatais do desenvolvimento regional deve caber, evidentemente, tanto a iniciativa da colonização, nas áreas devolutas, como

aquêle papel de conciliador, entre proprietários e cultivadores da terra, na luta de classes que já se preludia de forma sangrenta, agitando as massas sertanejas sempre vibráteis, sob os estímulos do nomadismo atávico e do pauperismo.

* * *

Temo-nos manifestado, sempre que o ensejo se nos apresenta, por uma possível reestruturação do Serviço de Proteção aos Índios, tendo em vista o desenvolvimento do plano iniciado sob as Diretrizes Rondonianas de 1910, segundo um programa que chegamos a sintetizar nos seguintes itens:

- 1) a proteção e assistência aos grupos indígenas, levando-lhes o necessário estímulo de progresso, segundo o grau de civilização alcançado, pela possibilidade e exemplo de novos hábitos de vida e emprego de instrumentos de trabalho mais eficientes, no cultivo da terra, na exploração extrativa e no comércio com as comunidades rurais;
- 2) a educação da infância e formação profissional da juventude, em convivência com elementos civilizados;
- 3) a localização de núcleos nacionais, topo militar, nas proximidades dos aldeamentos, sempre que possível, para que exerçara atração sobre os grupos arredios;
- 4) a criação de núcleos agrícolas, em moldes cooperativistas, adaptados à índole dos silvícolas e às condições econômicas do desenvolvimento regional;
- 5) a delimitação, como patrimônio inalienável dos grupos silvícolas sob a jurisdição do serviço federal, das glebas onde se achem aquêles grupos permanentemente localizados;
- 6) a demarcação e o registro das referidas glebas, de acôrdo com a legislação que regule sua localização e delimitação;
- 7) a criação de cooperativas agrícolas, tipo misto, para a exploração econômica planejada e assistência médico-social, financeira e técnica aos silvícolas evoluídos;
- 8) o registro civil e a identificação dos silvícolas incorporados ao núcleo e cooperativas indígenas, a fim de lhes assegurar, bem como aos seus herdeiros, os direitos de condôminos das glebas;
- 9) a admissão, como posseiros de lotes, nos núcleos indígenas, de reservistas das Forças Armadas selecionados para o serviço das cooperativas;
- 10) a formação para-militar da juventude, nos moldes do esgotismo e dos tiros de guerra, como preparação de uma Reserva Indígena destinada à polícia interna e defesa eventual dos sertões.

Cumpra reconhecer, através dos atos governamentais e, particularmente, daqueles que revelam a orientação doutrinária do Serviço de

Proteção aos Índios, auspiciosa evolução no sentido da predominância dos aspectos humanos e econômicos da assistência aos silvícolas sobre os científicos ou, mais propriamente, etnográficos, de modo que os interesses da ciência, em que pese aos seus elevados intuídos, jamais prejudiquem os gerais, sintetizados na incorporação dos silvícolas à Nacionalidade, imperativo constitucional (1), traçando uma diretriz objetiva, desde logo afasta a possibilidade de uma legislação ordinária que coloque em segundo plano aquela integração, para dar expansão a intenções outras, nas quais preponderam, por exemplo, objetivos científicos, raciais ou sectários que conduzam ao isolamento, ao enquistamento dos remanescentes indígenas em áreas restritas do território nacional.

Cabe, ao nosso ver, relevante papel à primitiva organização da tribo, na desejável reestruturação sócio-econômica, como arcaboço natural de verdadeira cooperativa que, assistida pelo poder público, poderia e deveria, em breve prazo, evoluir, segundo os moldes clássicos do cooperativismo. Teríamos, assim, a integração dos grupos indígenas às comunidades rurais, sem a violência, que é de prever-se, da dissolução das tribos, antes, ao contrário, incorporando-as à Nacionalidade, como paradigmas de organização sócio-econômica de grupos afins, aplicados à exploração agrícola.

Em nossos anteriores estudos assinalamos as três qualidades características do silvícola, como preciosos elementos a serem aproveitados, a fim de abreviar sua integração na Nacionalidade: o misticismo, o espírito militar e a capacidade econômica, isto é, o valor pessoal, como trabalhador afeito aos rudes mistérios de suas regiões.

A submissão do índio à civilização ocidental, através dos ensinamentos cristãos, é prática que tem em seu abono nossos quatro séculos de história americana. Ele admite o sobrenatural e por vezes o teme, tornando-se, assim, acessível à catequese.

O espírito de disciplina, que o índio cultivava desde a infância, sob a constante imposição de seus chefes naturais, aproxima-o do soldado. O aparato militar encanta-o, recordando-lhe de algum modo o ritual de suas tradições.

Se não bastasse a lógica destas assertivas, diríamos aos mais céticos que a criação de nossa Reserva Indígena seria um tardio reconhecimento das Forças Armadas do Brasil ao complemento genuíno que jamais lhes faltou, nas campanhas do passado, para a eficiente defesa de nossa integridade territorial. Nas páginas de nossa história militar refulgem, como sabemos, desde os primórdios da Nacionalidade, nomes de chefes indígenas que levaram, à frente de seus guerreiros tupis e tapuios, um concurso reputado como indispensável às vitórias que alcançamos contra os invasores.

Numa visão retrospectiva de nossas campanhas, na guerra e na paz, nos sertões mato-grossenses, impor-se-iam, como precursores da Reserva Indígena, aqueles terrenos e guaicurus, caduêcos e caiuás, bo-

rosos e parciais que, sob as ordens de Cândido Mariano Rondon, fizeram jus a citações que honrariam qualquer servidor militar.

Libânio Coloizorecé, major da Guarda Nacional, nomeado pelo Presidente Nilo Peçanha, em reconhecimento dos serviços prestados à Comissão Rondon, traria aos quadros da Reserva Indígena, ao lado dos capitães Lalima e Lixagoti, heróis da campanha do Paraguai, exemplos de constância e valor que honrariam qualquer Reserva.

São, pois, o elemento religioso e o militar fatores seguros de bom êxito, na conquista dos povos indígenas, e ambos se encontram em imediata disponibilidade, para a reorganização do serviço público.

A capacidade econômica do índio, como elemento eficiente da exploração de suas florestas, está, naturalmente, condicionada pelo grau de civilização alcançado, em cada região. Negá-la, porém, inteiramente, seria antes de tudo negar princípios da mesma ciência econômica, admitindo a possibilidade da existência de agrupamentos humanos que não produzem, não consomem nem trocam seus produtos. A "indolência" de que o acusam, desde os primeiros contatos com os colonizadores, não é mais que a natural reação à escravidão. Indolente um homem que vive em luta contra a natureza, um vencedor, um forte? Comparamos o índio ao *sportman* vivendo da caça e da pesca, o índio desde a infância se apaixona pelo desporto venatório que lhe dá o sustento. A vida das tribos se subordina às condições impostas pela indústria. Quando escasseia o peixe ou a caça, movimenta-se a tribo, em procura de outros vales de seus domínios tradicionais. Daí o "nomadismo", do qual tanto alarde fazem observadores menos avisados e predispostos à difamação do silvícola. Mas com o progresso na civilização, desenvolve-se a agricultura. Radicam-se as tribos em tauas que varam anos. O nomadismo passa da tribo para a família. Acompanhado pela mulher e pelos filhos, com seus xerimbabos, o índio anda léguas, negociando, caçando, pescando, como qualquer caboclo em vilegiatura. Como remeiro, a resistência física do índio é inexcedível, nós o atestamos. O índio rema horas a fio, de sol a sol, sem aparentar cansaço.

Domingos Alves Branco (1778) entendia que só a incomparável viveza dos silvícolas e aos seus conhecimentos de ervas medicinais se devia o bom êxito dos trabalhos de exploração e de estudo dos cosmógrafos portugueses, ao longo das costas e no interior do País.

"A verdade é que os pobres indígenas do Brasil, que foram os verdadeiros construtores das cidades e das povoações após a descoberta, e sem os quais os portugueses teriam perdido a conquista, pois que eram impotentes para a colonização de tão vasto território e ainda mais impotentes para o defenderem... a verdade é que os indígenas do Brasil não mereciam dos portugueses senão o rigor e o mau trato... (João Mendes de Almeida).

Os tapuias, escreveu Elisée Reclus, eram, antes da introdução do vapor no Amazonas, os intermediários de todo o comércio, os guias de todos os viajantes...

Por todos os sertões em que o índio vive, nós o encontramos pronto a secundar-nos com seu trabalho, com seu esforço e experiência, e com seus meios de ação e de subsistência, na verdade parcos mas eficientes. E qual a arte, o ofício ou gênero de atividade que ainda se não conseguiu que aprendessem e exercessem com proveito? Como trabalhadores de machado não encontram quem os iguale... como canoieiros, navegadores de rios, são inigualáveis; como campeiros de gado alcançam e excedem os nossos mais reputados boiadeiros do Norte e do Sul; como lavradores, adaptam-se a todos os gêneros de cultura... Se lhes fornecem escolas, com facilidade aprendem a ler, escrever e contar. Suas mulheres aprendem a coser a mão e a máquina e eles se ajeitam aos trabalhos dos motores, serrarias, maquinismos de beneficiamento... Se o ensejo se lhes oferece, ei-los tripulantes, foguistas e pilotos de embarcações a gasolina ou a vapor... Com a mesma facilidade aprendem a arte de manipular os aparelhos Morse... O General Rondon formou dez telegrafistas tirados da nação parici... E até como professores, datilógrafos e ourives há exemplos deles se aplicarem com sucesso (L. B. Horta Barbosa).

A estes depoimentos colhidos alhures, sobre a conduta dos nossos silvícolas, na formação da Nacionalidade e no desenvolvimento do País, aduziremos data venia dois Magrantes do Serviço de Proteção aos Índios e da Missão Salesiana, colhidos em nosso diário de demarcador de fronteiras no Amazonas:

3 de março de 1932... Chegamos ao posto indígena de Iapu-Cachoeira, ao findar de trabalhosa jornada topográfica. O delegado Raimundo Ataíde nos aguardava no porto, com seus carapanãs, micurapulos e tuíucamiras.

Reconforta-nos o espírito ver quanto realizou, neste longínquo sertão fronteiriço, um modesto funcionário brasileiro. Sem recursos, reduzido quase só aos mínguos vencimentos (cento e vinte mil réis), o delegado Ataíde conseguiu reunir aqui duas centenas de índios que erravam desassossegados, entre as cabeceiras do Tiquié e o alto Papuri, inquietados por balateiros colombianos que infestam a região, em correrias periódicas. Fazendo-se operário e educador, o delegado do Papuri criou em Iapu-Cachoeira um refúgio, onde aqueles infelizes indígenas encontram relativo conforto e tranqüilidade, para se dedicarem ao trabalho livre à agricultura, da qual sofrerem recursos para o próprio sustento e reduzido comércio com o Uaupés.

Um pequeno desembarcadouro, com degraus e corrimãos de madeira lavrada, uma dúzia de casas de pau-a-pique, dispostas em avenida, entre o porto e a cachoeira, pequeno estádio e praça de exercícios, extensas culturas de maníua, cana e ananás a dar nos olhos, em torno da aldeia, atestam a operosidade do delegado e dos índios de Iapu-Cachoeira.

Especial desvêlo pela juventude revela os pendores de educador de Raimundo Ataíde. Assisti aos exercícios do pelotão de curumis,

sob a direção do delegado que é, demais, um vigoroso cabo reservista de Infantaria. Rígidos na posição de sentido, disciplinados nos movimentos, os curumis atendiam com ritmo aos silvos do apito do instrutor, repetindo figuras de ginástica militar que lhes são familiares. Um banho no Papuri encerrou a demonstração. Fazendo de trampolim um galho de árvore, um a um os curumis se lançaram nágua, com agilidade e rapidez, entregando-se aos prazeres da natação. Os resultados de tal regime educativo ressaltam à vista dos grupos de esbeltos curumis que toda hora me vêm olhar da porta da barraca e se imiscuem, solícitos e serviçais, nos trabalhos de instalação da turma.

Mandu-Açu, o velho tuxaua carapanã de Iapu-Cachoeira, alquebrado no seus rudes 80 anos, também compareceu ao pôrto e me acompanhou até à casa do delegado. E um revoltado contra a "invasão colombiana" de seu rio, Morava na cabeceira do Tiquié. Acolheu-se ao Pôsto indígena, a fim de passar a velhice entre os seus, a salvo das agressões dos estrangeiros que invadiram suas terras, alegando direitos que ele até hoje não compreende...

15 de novembro de 1931... A Missão Salesiana mantém, nos Rios Negro e Madeira, 9 estabelecimentos de educação, com cerca de 1.500 educandos, os quais perfazem, com os 3 educandários da capital, um total de 4.000 alunos ou seja 1/12 da população escolar do Amazonas. Os hospitais e ambulatórios de São Gabriel, Taraquá, Iauareté-Cachoeira, Barcelos, Pôrto Velho e Humaitá estendem seus benefícios a populações de extensas zonas. Atestados de pedra e cal do quanto podem o amor e a perseverança, estes estabelecimentos se erguem, contrastando a miséria reinante nestes rios, como luzeiros a concitar os povos a um nôvo lance de progresso e os dirigentes a que imitem os antepassados coloniais no desvêlo pelos sertões.

Assisti a uma sessão cívica, no Colégio Salesiano de São Gabriel, presidida pelo venerando Diretor, Padre Luís Pascal. Padre Noé Gualberto de Lima pronunciou a oração de abertura, imprimindo às palavras aquêlê ardor cívico peculiar aos pernambucanos. Alunos declamaram poesias e discorreram sobre pontos de geografia e história pátria. Encerrou-se a sessão com o Hino Nacional, cantado com segurança e convicção por uma centena de caboclinhos, quase todos índios do Uaupés.

Foi um eloqüente testemunho da eficiência do instituto e da aptidão do índio, para o aperfeiçoamento moral e intelectual, o que tive ante meus olhos, durante aquelas horas, tão agradáveis quão inesperadas, de cultura e civismo...

Não fôra a contingência do tempo que nos é dado, para uma simples palestra sobre tão complexo tema que nos propusemos, de bom grado nos estenderíamos nestes depoimentos e considerações, em tórno do problema indígena brasileiro e das beneméritas instituições a ele

votadas — o Serviço de Proteção aos Índios e as Missões Religiosas, Católicas e Evangélicas — as quais estão a merecer melhor compreensão e reconhecimento de toda a Nação.

Antes preferimos reservar alguns momentos, para considerar o mesmo problema, sob um dos aspectos que mais têm concorrido, para a incompreensão generalizada que ainda se verifica: o número e a distribuição geográfica das populações indígenas remanescentes.

Não procedem, ao nosso ver, as afirmações correntes, no sentido da redução daqueles números e áreas, com o intuito de substimar as responsabilidades da assistência oficial às mesmas populações.

Em primeiro lugar, cumpre dar à Lei Magna, em seus dispositivos que tornam imperiosa aquela assistência, o sentido lato que por sua natureza sugere, isto é, considerando amparados por aqueles dispositivos, não somente os silvícolas ainda em estado selvagem, mas também os grupos evoluídos que ainda vivem congregados em tribos, em terras de seu domínio tradicional, ou em comércio com as comunidades rurais e os centros regionais, e os grupos e indivíduos que, tendo atingido mais elevado estágio de cultura e adaptação à vida daquelas comunidades, nelas se hajam incorporado, seja como trabalhadores, em empresas agrícolas e outras da franja pioneira, seja à família rural.

Assim sendo, cumpre reconhecer que as populações indígenas remanescentes têm, em todo o País, uma significação consitória indiscutivelmente maior do que aquela que aparentam os mais recentes dados oficiais.

Em nossas excursões como demarcador, nas fronteiras do Amazonas, colhemos dados que nos levaram a admitir a média de 4 habitantes indígenas por quilômetro de via fluvial, nos Rios Uaupés e seus afluentes Papuri e Querari, por exemplo. E somente neste Estado, são 850 os tributários do Rio-Mar e cerca de 75.000 quilômetros o total desenvolvimento dessa portentosa rede.

Com a civilização progressiva, não somente das tribos, como também das regiões, tendem a aumentar as populações indígenas, pelo crescimento vegetativo e pela incorporação de grupos outrora arredios. Passando a viver com mais conforto, assistidos por autoridades e missionários, os indígenas se radicam ao solo, entram em contato com civilizados, mas continuam a viver segregados, nos rios e lagos pouco transitados, uns, ou se incorporam às vilas e aos povoados, outros.

Os cruzamentos com brancos e mestiços se fazem ainda em proporções insignificantes, em relação aos conúbios consanguíneos. Por estas circunstâncias, nas vilas do Rio Negro, por exemplo, fala-se correntemente o nhengatu. Mesmo entre civilizados é notória a frequência de expressões hauridas na língua indígena.

As tribos do Amazonas se elevam a quase 150, espalhadas pelo grande Estado.

Não temos, infelizmente, elementos seguros, para chegar a fixar a população indígena remanescente, em número e distribuição geográfica, de modo cabal, que nos pusesse a salvo da crítica dos que a subestimam por óbvios motivos. A classificação dos habitantes pela cor da pele, adotada pelo Censo Nacional, inclui os índios entre os "pardos", permitindo, tanto a nós como àqueles opositores, a persistência em nossos pontos de vista. Mas a existência de índios em grupos mais ou menos numerosos e conhecidos, em todos os Estados e Territórios, sem exclusão dos mais desenvolvidos, como São Paulo, que ainda os vê, em sua gloriosa metrópole, fazendo comércio com seus pobres artefatos; no Rio Grande do Sul, que chegou a ter um serviço estadual para sua assistência; em Goiás, com seus carajás, que chegaram à notoriedade, por suas aptidões para os contatos do turismo; e em Mato Grosso, com seus mistérios agora acrescidos pela ânsia de publicidade suscitada pelo famoso Parque do Xingu, tudo isso nos leva a aduzir, como dado geográfico, que o problema indígena tem, no quadro da atualidade brasileira, uma insofismável importância e sua solução, humana e brasileira pela integração definitiva, é imperativo inadiável para o Brasil.

* * *

Os problemas do acesso e da circulação, na Amazônia Brasileira, merecem um estudo aprofundado, pelos especialistas a eles votados, pelos pendoros e encargos profissionais, os quais, diga-se de passagem, os têm versado, mas de pontos de vista essencialmente técnicos e, por vezes, tendenciosos, pela preocupação de justificar os fatos consumados da alta administração.

A rodovia Belém-Brasília, de recente quão rumorosa construção, por exemplo, já tem sido apresentada ao grande público desavisado, como "a chave dos problemas amazônicos", via de acesso indispensável ao povoamento somente agora possível da grande área-problema, o que nos parece inaceitável, à luz da história da Amazônia Brasileira que consigna quatro séculos de brasilidade. A preexistência da própria Belém, de Manaus e do mais novo dos Estados brasileiros — o Acre — para não mencionarmos senão os grandes marcos da conquista brasileira, desautorizam, evidentemente, aquela assertiva, em que pese à autoridade de seus signatários.

Admitindo mesmo que a Belém-Brasília tenha tal significação econômica, para o acesso à Amazônia, até Belém, seu pórtico monumental, a penetração da grande Planície continua na mais estrita dependência dos "caminhos que andam", das vias fluviais.

No entanto, a navegação dos rios amazônicos, até o presente, não mereceu, segundo nos parece, o entusiasmo governamental, ao menos no mesmo grau do rodoviarismo, apesar de serem as vias líquidas, como se sabe, em toda parte, menos dispendiosas e, no caso em apreço, mais indicadas pela imediata exequibilidade, senão pelo custo.

Outras rodovias amazônicas se anunciam, como integrantes dos planos governamentais, segundo nos parece, mais merecedoras da prioridade que foi atribuída à Belém-Brasília, se considerarmos o problema em si mesmo da ocupação humana da Grande Região, especialmente, em sua extensíssima faixa de fronteiras.

O impulso dado à Brasília-Acre, cuja significação continental lhe valeu maiores interesses, tanto no âmbito nacional, como no internacional, quando não lhe bastassem os interesses regionais das Unidades que ela vincula, através da Grande Rondônia, vem compensar o retardamento da abertura do Planalto Mato-grossense que, abrangendo meio milhão de quilômetros quadrados da área amazônica, retém o acesso econômico aos vales dos grandes afluentes do sul do Rio-Mar.

Gostaríamos de ver melhor compreendida a expansão paulista, através do Brasil Central, agora da Grande Rondônia, até ao longínquo Acre, como legítimo movimento de integração nacional, livre dos surrados preconceitos regionalistas que tanto contribuem para desfigurar os problemas geopolíticos.

São Paulo estava, naturalmente, indicado para essa missão, por sua situação geográfica, a cavaleiro dos sertões; por seu potencial econômico, por seu passado bandeirante. São Paulo é, assim, mais uma vez, pioneiro de um movimento de solidariedade brasileira que, na atual conjuntura nacional, traz ao plano de desenvolvimento da Amazônia Brasileira um sentido econômico e prático, sem qualquer prejuízo dos grandes objetivos nacionais considerados, antes ao contrário, consolidando as esperanças de toda a Nação.



A DEFESA NACIONAL é a **sua** Revista de estudos e debates profissionais. É a **sua** tribuna. MANDE-NOS SUAS COLABORAÇÕES!

A AMAZÔNIA E A BACIA DO RIO NEGRO

(Uma contribuição para o estudo da Amazônia)

Cap Inf

GELIO AUGUSTO BARBOSA FREGAPANI
Instrutor do Centro de Instrução de Guerra
na Selva

A AMAZÔNIA ENTRE AS ÁREAS DESPOVOADAS E AS ÁREAS EQUATORIAIS

É sabido que há quatro espaços vazios de população no globo terrestre:

- O SAARA, que por suas características desertas afastam os grupos humanos;
- A AUSTRÁLIA, no seu interior, pelas mesmas razões;
- O ALASCA cujo frio é bem conhecido; e
- A AMAZÔNIA por diversas razões, entre as quais a floresta equatorial.

Entre as regiões equatoriais observamos que a Indonésia com 1.491.500 quilômetros quadrados tem 80.000.000 de habitantes, o Congo com 2.400.000 km² tem 12.800.000 habitantes. O Quênia com 580.000 km², 6.150.000 habitantes, e a Amazônia com 3.500.000 km² tem 2.700.000 habitantes, ressaltando a desvantagem em densidade de população para a Amazônia e desmentindo de forma total o axioma da inabitabilidade das regiões equatoriais.

A BACIA DO RIO NEGRO NA AMAZÔNIA

A Amazônia é cortada pela imensa calha do Solimões-Amazonas cujo principal afluente é o Rio Negro, na margem esquerda, cuja bacia abrange 1/4 da Amazônia, compreendendo quase todo o Norte do Estado do Amazonas, todo território de Roraima e ainda parte da Venezuela e Colômbia.

Apesar de ser a Amazônia considerada uma planície, isto nem sempre corresponde à realidade, pois a Bacia do Rio Negro é bastante movimentada, como aliás todo o Médio Amazonas. Subindo o Rio Negro, as elevações vão se alteando até cerca de 1.000 metros, e nas cabeceiras

de seus afluentes estão as mais altas montanhas do País como o Monte Roraima e Pico da Neblina.

Em seus mais de 1.000 km de extensão o Rio Negro banha Manaus, quase na confluência com o Rio Amazonas, os povoados de Moura, Barcelos, Tapuruquara, Uaupés, Cucuí e várias missões salesianas, oferecendo transporte do Rio Amazonas a Cucuí, na fronteira, com uma interrupção em Uaupés.

Depois da grandiosidade do rio, a floresta equatorial é o que mais impressiona o observador com sua imensidão e mistério apresentando possibilidades econômicas ilimitadas.

A vegetação é Hiléia Amazônica, luxuriante e homogênea, cobrindo a bacia das cabeceiras até as confluências com exceção das pedras nuas das altas montanhas e das clareiras, algumas muito grandes como os campos de Boa Vista, e outros menores mas com centenas de quilômetros quadrados. Entretanto apesar de poder desenvolver a sicultura, a indústria florestal e a de óleo, é pobre em seringueiras e esconde um solo árido de pouca porosidade destituído de sais minerais indispensáveis à agricultura. É o elemento regulador do clima, protegendo o solo que seria calcinado pelo sol. Consta que já foram identificados 20.000 espécies de vegetais, havendo ainda muitas outras aguardando classificação definitiva.

Seu clima é o equatorial superúmido, com chuvas abundantes de novembro a julho e estiagem no restante. As temperaturas mantêm-se em média de 27° e vão baixando ao subir as montanhas das cabeceiras até fazer frio intenso nos pontos mais altos.

Seu terreno é movimentado, passando a montanhoso ao subir os rios, com planícies de aluvião.

Ao examinarmos os mapas onde se assinalam a existência de minérios nos surpreendemos de ver o imenso vazio que é a Amazônia, mas isto é apenas desconhecimento pois nunca foi cruzado por terra do Rio Negro ao Solimões por alguém com cultura suficiente para escrever o que viu. E note-se que são as duas regiões mais povoadas da Amazônia.

Só se conhece as margens dos rios, e estas têm-se revelado bastante generosas, por exemplo, nas margens do Rio Jatapu a uns 250 km a leste do Rio Negro foram assinaladas as maiores e melhores jazidas de ferro da Pátria e talvez do mundo. Cassiterita parece existir em todos os lugares. Ouro e diamantes também são comuns, especialmente nas cabeceiras do Rio Branco.

O Rio Negro, talvez um dos mais interessantes do mundo é de água escura, apesar de límpida. A água deve sua coloração negra à decomposição vegetal bem como a outros fatores ainda não identificados e recentemente se afirma conter poderosos inseticidas pois os insetos que têm contato com sua água não se desenvolvem e normalmente nem

chegam à idade adulta contrastando com as margens do Solimões, barrenta e infestada de insetos. A água "preta" é considerada potável pelos caboclos da região.

Em sua confluência o Rio Negro é mais largo que o Amazonas e dá a impressão de ser o principal. Subindo cerca de 80 km encontramos uma série de ilhas pequenas mas de aspecto deslumbrante que faria inveja às mais famosas dos mares do Sul do Pacífico. São as Anavilhanas que se estendem e sucedem cerca de 50 km rio acima. Passa-se pela aldeia de Airão e chegamos à pequena localidade de Moura, que não passa de um campo de pouso de terra batida, mas por estar quase na confluência do Rio Branco com o Rio Negro é o marco de muita importância para a aviação.

Esta confluência é digna de ser observada pela sucessão de praias. A água do Rio Branco é límpida e tem por vezes uma coloração verde-azulada. O Rio Negro, bastante escuro, quando pouco profundo, fica castanho dourado com tons indescritíveis sobre areia branca.

Seu período de cheia vai de janeiro a julho, enquanto no Rio Branco a cheia é de maio a agosto, sendo este navegável até Boa Vista na cheia e até Caracarái, cerca de 100 km abaixo, durante a seca. Para assegurar a ligação Manaus — Boa Vista existe a estrada Boa Vista — Caracarái para ser usada na época da seca do Rio Branco. Entretanto esta rodovia está com precária conservação e onde já havia pontes se usa balsas agora.

Nesta época, a ligação com o Sul ou seja o resto do País é difícil, entretanto as trilhas que vão de Boa Vista para Santa Helena na Venezuela ou Lethen na Guiana dão passagens para viaturas, fazendo com que a ligação para o Norte fique sem problemas enquanto a ligação com o Sul ou seja com o Brasil se interrompa.

O Território de Roraima é o local que exige maiores estudos e que apresenta maiores problemas. Sua densidade de população é muito menor que a densidade do Amazonas em seu conjunto. Não é constituído somente por florestas mas montanhas e 1/3 do seu terreno é formado por campos semelhantes aos Pampas; lembramos que a floresta é o que mantém muitos ambiciosos afastados da Amazônia.

Sua riqueza mineral é incalculável, principalmente em diamantes e ouro que são contrabandeados à larga, mas também pelas amostras que existem em outros minérios, além de constituir o mesmo maciço que na Venezuela produz tanto petróleo. Foi ainda o palco da última agressão que sofremos e que foi submetida ao arbitramento do Rei da Itália.

O Rio Negro é navegável de sua confluência até a fronteira, com uma interrupção a cerca de 700 km de Manaus, em Uaupés e ao longo de seu curso se estende os Sete Povos das Missões hodierno, as missões Salesianas de Prelazia do Rio Negro.

Não teríamos palavras de elogio suficientes para estes abnegados religiosos e religiosas que realizaram uma missão sem par. Instalados em aldeias indígenas das cabeceiras, mantêm internatos para 200 meninos e 200 meninas e Juaretê, Pari-Cachoeira, Içanã e Barcelos. Na localidade de Uaupés, antiga aldeia indígena, já sede de município, há um ginásio e enviam para lá os indiozinhos de maiores aptidões, inclusive para que aprendam o português. Entre Uaupés e Manaus na cidade de Tapuruquara possuem uma Escola Normal. Os frutos deste trabalho insano já começam a aparecer, pois já existem freiras indígenas e a região começa a progredir. O que mais contribui para a nacionalização da área é o trabalho dos pilotos da Base de Val de Cans que com seus pré-históricos mas eficientes Catalinas asseguram a única ligação eficiente com esses locais.

PROBLEMAS DA SAÚDE NA BACIA DO RIO NEGRO

Em toda a área amazônica a malária é endêmica, mas apresenta recuos. A febre amarela silvestre faz suas vítimas entre os desmatadores.

No interior da selva tem sido assinalada a leishmaniose ou lepra da selva, transmitida por insetos, porém no interior da selva, não havendo nas pequenas aldeias. Recentemente foi assinalada a existência do vetor da doença de Chagas.

POPULAÇÃO

No Rio Negro, como vimos, a população é de índios Tucanos aldeados, e a língua geral supera o português. Têm uma noção muito relativa de Pátria.

No Rio Branco a população é cabocla com a cultura brasileira. Entretanto está acostumada a depender de estrangeiros para emprêgo, receber ordens, e depende de contrabando até para o próprio abastecimento de víveres.

Finalmente temos a população cidadina de Manaus, com predominância étnica indígena, mas quase totalmente divorciada da selva por suas características urbanas. Realmente surpreende sua construção no meio da maior floresta do mundo.

Seu pôrto flutuante permite a chegada de navios de qualquer calado e isto a mais de 1.000 km de oceano. É considerada a menos amazônica das cidades amazonenses pelo pouco que tem em comum com o resto da população.

PROBLEMAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO

Face ao superpovoamento de certas áreas e fraca densidade de população da Amazônia esta possibilidade não pode deixar de nos preocupar.

A área mais crítica supomos ser ao norte do Rio Amazonas pelos seguintes motivos:

- 1) A fronteira natural que seria grande calha;
- 2) A facilidade relativa de comunicação com o Norte através de trilhas e picadas em Roraima e o Rio Negro e Canal Cassiquiri no Amazonas;
- 3) Suas áreas de campo (Roraima) e suas áreas de montanhas, sem selva, onde os povos de regiões temperadas se sentem melhor;
- 4) Sua imensa riqueza mineral;
- 5) Sua fraquíssima densidade de população e a noção de Pátria relativa da mesma.

ASPECTOS MILITARES

Os rios oferecem o melhor transporte, entretanto sem superioridade aérea o movimento pelos rios se torna problemático.

O movimento por aviões fica restringido a superioridade aérea, e principalmente aos campos de pouso, quase inexistentes. Para os hidroaviões o problema melhora.

É perfeitamente possível o lançamento de pequenas frações por pára-quedas, com equipamento especial.

A selva não impede o deslocamento de tropa de infantaria, mas obrigará o abandono de todo seu equipamento pesado, cozinha e outras impedimentas. Uma tropa adestrada poderá se deslocar cerca de 20 km por dia.

O abastecimento pode ser aéreo ou transportado pelas próprias tropas, que terão que agir como grandes patrulhas.

O terreno presta-se admiravelmente para a Guerra de Guerrilhas e o apoio da população não é impossível de ser conquistado por qualquer facção.

Uma pequena e decidida equipe pode causar em um só dia estragos enormes que paralisariam a economia da Amazônia e em seguida se embrenhar na selva. Uma zona liberada seria difícilíssimo de ser recuperada particularmente se fôr abastecida pela fronteira.

CONCLUSÕES

Face a estes motivos e outros de menos importância temos que despertar para realidade e tomar providências como:

- 1) Abrir estrada de Manaus a Caracará e recuperar a Caracará — Boa Vista, para assegurar a ligação do Território de Roraima com o resto do Brasil. Já vimos que ao longo das estradas cresce uma povoação produtiva que não pode desenvolver na mata ou nas margens dos rios.
- 2) Distribuir lotes ao longo destas estradas a colonos do Sul do País, que seriam transportados pela FAB. Cremos ser de importância capital a

região ser povoada por brasileiros e poderia ser distribuída pelos que não têm terra diminuindo a tensão social.

É claro que seria necessária assistência técnica mas mesmo sem isto seria de inestimável valor.

3) Dar todo apoio possível às missões salesianas, estimular entretanto a permanência de sacerdotes brasileiros pois os estrangeiros embora hasteiem a nossa bandeira não podem agir contra os interesses de sua pátria, se fôr o caso.

4) Criar novas unidades do Exército, das quais o mais conveniente seria um Batalhão de Engenharia de Construção em Roraima e um em Manaus, para construir Manaus — Caracará.

5) Criar colônias militares na área a iniciar por Cucuí, sempre que possível com colonos trazidos do Sul ou Nordeste.

6) Criar uma tropa especializada em selva com equipamento, armamento e transporte adequado.

7) Incorporar o máximo de índios da região que inclusive se interessam por servir ao Exército mas não podem por causa da legislação atual.

8) Dêste modo, pela posse efetiva desestimularíamos aventuras mais ou menos acobertadas pelo "interesse de humanidade" que nos levem a perder uma parte substancial da Pátria, que talvez se revele ainda como a mais rica de todo o território nacional.

PREÇOS

ASSINATURA ANUAL

Brasil	NCr\$	3,00
Exterior	NCr\$	12,00

NÚMERO AVULSO

Último número	NCr\$	0,60
Número atrasado	NCr\$	0,80

NOTA — As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal, correndo as despesas de remessa por conta do interessado.

— Haverá acréscimo nos preços acima, em caso de registro ou via aérea.

— Estes preços vigoram a partir de Jan 68.

ATRATIVOS DA CARREIRA MILITAR

Gen (Res) BRUCE C. CLARKE
Exército dos EUA

(Nota do Editor Norte-Americano: Este artigo foi escrito em 1963 pelo General Clarke, mas ainda é válido no presente e possivelmente permanecerá válido por algum tempo. O Congressoista Durwood G. Hall, republicano de Missouri, membro da Comissão das Forças Armadas, recentemente apresentou um projeto para solucionar os problemas de que trata o artigo).

Vencimentos, Promoções e possibilidades na carreira — Fatores que atraem um Oficial para o Serviço Militar.

Há vários fatores, nos Estados Unidos, capazes de atrair o cidadão para a carreira das armas. Patriotismo, prestígio, viagens, educação, compleição saudável, associações, espírito-de-corpo, variedade de atividades, são importantes fatores que se somam a outros, básicos, relativos a vencimentos adequados, promoções periódicas, oportunidade de demonstrar habilidades no desempenho das funções e uma razoável expectativa de um serviço contínuo durante a vida inteira. Incluídas no fator vencimentos estão as diárias e gratificações que permitem manter a família numa situação digna, educar e cuidar adequadamente dos dependentes, mesmo considerando que o oficial pode ficar separado da família por longos períodos de tempo e até mesmo tornar-se uma baixa nos seus primeiros anos de serviço.

Se faltar algum desses fatores por considerável período de tempo, a atração da carreira diminui, tornando-se menor o número de candidatos que nela pretendem ingressar. A primeira pessoa a verificar a redução dos atrativos da carreira é freqüentemente a esposa do militar, parceira que, muitas vezes sozinha, tem de tomar a seu cargo as responsabilidades de manter a família numa posição condigna.

Então, o fator "segurança" começa a ganhar predominância quando o "glamour" do brilhante uniforme do oficial novo é gradualmente substituído pela realidade das contas a pagar, da educação dos filhos, da separação do casal e outras semelhantes. O oficial não espera tornar-se rico na carreira. E não seria bom para ele e para o serviço se seu pagamento fosse tal que desse para enriquecer. Mas ele espera ser capaz de manter nível igual ao de seus contemporâneos de colégio, especialmente nos dias iniciais da carreira. (O grifo é nosso).

Acima de tudo, o militar não deseja ser considerado um "cidadão de segunda classe". Este é o mais importante aspecto do problema.

Cerca de um ano atrás eu enfrentava o problema dos dependentes, como Comandante-em-Chefe do Exército Americano da Europa. Não se permitia às famílias dos militares virem oficialmente à Europa, mas outros departamentos do governo não impunham a mesma restrição. Um dia, quando eu falava a um grupo de oficiais a respeito do "programa de economia", um deles me perguntou sobre quem, além dos militares, estava auxiliando a resolver este problema nacional. Assinalou que conhecia um funcionário de um Departamento do Governo que acabava de chegar com a família, enquanto ele fora obrigado a deixar a esposa e quatro filhos em casa, numa situação incerta para o futuro deles. Não fui capaz de dar resposta satisfatória a meu comandado. Obviamente ele estava convencido que era um "cidadão de segunda classe". (A restrição para deslocamento dos dependentes foi mais tarde levantada).

A estagnação na promoção causa estagnação na carreira. Quando isso ocorre, a entidade militar é o mais caro luxo a que se pode dar um país.

O oficial conta com possibilidades de acesso em função de suas qualificações e responsabilidades, da mesma forma que ocorre na vida civil. A estagnação na promoção causa falta de interesse na carreira. Quando isso ocorre, a entidade militar é o mais caro luxo a que se pode dar um país.

O moral de uma unidade militar, ou do militar tomado isoladamente, decorre de três fatores:

- a. ter uma missão importante;
- b. cumpri-la bem;
- c. ter reconhecido o seu esforço.

Isto é a "vida" na carreira do oficial. Quando algum desses fatores falta durante certo tempo, há perda de moral, de interesse e queda do padrão profissional. Entre os elementos que atraem um oficial para a carreira, esses três fatores desempenham importante papel.

Entre os fatores que têm aumentado o desinteresse pela carreira do oficial está a expectativa de uma carreira curta, decorrente da atual política de promoções e de transferência para a reserva.

Quando eu ingressei em West Point, em 1921, podia prever uma permanência no serviço ativo até aos 64 anos a menos que resolvesse pedir transferência para a reserva ou fosse transferido por ineficiência ou por condições físicas deficitárias. Isto não acontece hoje. De 100 segundos-tenentes Fuzileiros Navais pertencentes ao quadro permanente, somente 35 podem esperar atingir o posto de coronel ou superior. Aquêles que não atingirem o posto de coronel serão transferidos para a reserva na idade de 43 anos, em média. Os que atingirem ao posto de coronel e não forem promovidos a general ingressarão na reserva aos 51 anos, em média. A turma de 1933, de West Point, completa 30 anos de serviço em junho deste ano (1963). Os que não forem selecionados para promo-

ção a general serão transferidos para a reserva com uma média de 52 anos.

É conveniente lembrar que as promoções a general são reduzidas a um pequeno número de vagas e atendem, necessariamente, ao critério de capacidade.

Os oficiais são severamente limitados em suas atividades, pelo menos durante três anos após o ingresso na reserva, em virtude da Lei de Inatividade, a menos que já tenham completado 20 anos ou mais do serviço ativo. Então, oficiais de carreira, especialistas em assuntos militares, ao serem transferidos para a reserva, freqüentemente sentem-se ainda jovens, afastados de sua profissão, com limitações nas atividades civis, entre 45 a 50 anos de idade. Quando tiverem decorrido os três anos de limitações, geralmente não têm o mesmo entusiasmo.

Há uma tendência cada vez maior para realizar cursos superiores, de alguma especialidade, para habilitar o possuidor ao início de uma segunda carreira, perto dos 50 anos de idade, quando o prosseguimento de sua carreira lhe fôr negado.

Sem dúvida, o oficial recebe os vencimentos da reserva, mas estes são menos da metade dos vencimentos e gratificações da ativa, e, além de perder parte dos vencimentos e das gratificações, também perde regalias e prestígio, adquiridos após tantos anos de serviço, justamente na época em que seus filhos se encontram na escola.

Nenhuma outra profissão possui tantos aspectos desencorajadores.

O problema da carreira é que devemos ter sempre disponível um corpo de oficiais competente, dedicado, e que trabalhe, estude e se prepare para assumir as responsabilidades necessárias, quando surgir uma emergência.

No Exército temos dois critérios de promoções: antiguidade e merecimento. Do posto de major em diante é usado o critério de merecimento.

Mas, como é medido o merecimento? Basicamente pelos relatórios de eficiência ou aptidão, os quais apresentam severas limitações, no mínimo quanto à sua validade.

O jovem oficial cedo aprende os tipos de atividades que lhe conferem os mais altos graus de merecimento. Estes normalmente não estão entre as rígidas e árduas funções de comandante ou integrante de tropa, com um serviço de 24 horas diárias, nos sete dias da semana. Muitos procuram serviços que proporcionam contato mais cerrado, mais relações pessoais com oficiais mais graduados do que teriam na qualidade de comandante de pelotão ou companhia. Ali é onde eles esperam e fre-

qüentemente conseguem obter maior merecimento do que poderiam ter na tropa. Certamente eu não recomendo este procedimento aos jovens oficiais, mas isto está sendo feito diariamente.

O resultado é óbvio. O efeito de longo alcance nas previsões daqueles que atingem altos postos, e conseqüentemente altos comandos, é a ineficiência na atividade de treinamento da tropa, a fim de aprestá-la para cerrar contato e destruir o inimigo, se assim fôr determinado.

As previsões de uma carreira para a vida inteira tem tanta influência que há uma tendência crescente do oficial em formar-se em curso superior, em alguma profissão, para diplomar-se e ficar apto a iniciar nova atividade nos últimos anos da década dos quarenta ou primeiros da década dos cinquenta, quando lhe fôr negado o prosseguimento da carreira militar.

A atual política do governo, de, correspondente ao aumento do custo de vida, não aumentar os vencimentos do pessoal da ativa e, também, o da reserva, é outro fator de redução do atrativo da carreira.

Não desejo criticar a situação, mas eu sinto que um forte e altamente capacitado corpo de oficiais é de enorme importância para nosso país. Sem dúvida, é necessário que, novos comandantes sejam jovens, mas a experiência e a maturidade são também requisitos importantes para nosso corpo de oficiais. Além do mais, nossos contribuintes de impostos estão gastando mais de 50 bilhões de dólares por ano para manter uma instituição que assegure o futuro de nosso país, em caso de emergência. Esta não é uma responsabilidade a ser atribuída a "cidadãos de segunda classe" ou àqueles que desejam ser oficiais do Exército porque podem desfrutar de melhor ida do que os que seguem outra carreira. Desejo também afirmar que a promoção e a retenção dos oficiais são tanto do mais alto interesse do serviço quanto dos militares, individualmente.

Não há problemas para obter oficiais na quantidade desejada. Em 1949, o Exército estava com falta de Segundos-Tenentes e adotou a política de obter oficiais por meio de anúncios em jornais. Além de certas condições físicas, o candidato deveria ter um ano de serviço em qualquer organização militar e o equivalente a dois anos do curso científico (college). O Serviço de recrutamento poderia aceitar candidatos e comissioná-los. Após doze semanas de instrução básica para oficiais, eles eram classificados na tropa. Esta experiência não se prolongou muito nem deixou desejo de vê-la repetida naqueles que receberam tais oficiais; mas produziu oficiais — dos quais alguns poucos estão ainda em atividade e prestaram bons serviços, apresso-me a acrescentar.

O problema do serviço é que devemos ter sempre à mão um corpo de oficiais competente e dedicado, que estude e se prepare para assumir as responsabilidades exigidas e vença, quando surgir uma emergência. Para tanto, devemos ter à mão uma provisão de Elsenhows, Bradleys, Shoups, Clarks, Halseys, Nimitzes, Andersons, Abramses, Derverses, Pattons, Vandenberg, Faylors, Joneses, Lemnitzers, Johnsons,

Lejennes, Shapleys, Smiths, Norstads, Wheelers, Boltes, MacArthurs, McDonalds, Burkes, Collinsens, Hoges, Reeders, Pollacks, Le Mays, Whites, Crittembergers, Hamses, Jadvins, Wilsons, Wowzes, Waterses, McNairs, Krangers, Stilwells, Wainrights, Henrys, Marshalls, Pershings, Westmorelands, Arnolds, Spaatzes e outros semelhantes, que possam ser alocados aos pontos críticos, em postos de campanha e superiores.

O que é peculiar à profissão militar é que depois de formar, manter, treinar e preparar o pessoal para as responsabilidades de uma emergência, poderemos nunca precisar deles. Isto torna mais importante a necessidade de estabelecer uma política pela qual se possa obter e reter os bons oficiais que ingressam na carreira militar.

Numa ocasião perguntaram-me qual o critério que eu julgava conveniente para a transferência de oficiais para a reserva. Respondi que o oficial deveria ser transferido para a reserva tão logo ele sentisse que o país devia mais a ele do que ele ao país. Se pudessemos aplicar esta regra de uma maneira prática a todos que trabalham para o governo, servir ao país seria mais nobre e garantiria o mais alto prestígio. O rol dos candidatos seria interminável.

Já é tempo para que a maior atenção seja dedicada ao problema. Uma política de pessoal errônea, afetando o serviço, não o deixa realizar por vários anos e leva igual número de anos para ser corrigida.

(Traduzido da Revista *Armour* — Edição de Nov-Dez de 1966)

A DEFESA NACIONAL

ASSINATURAS

Qualquer pessoa categorizada ou entidade civil pode tomar assinatura desta Revista, que se sentirá prestigiada com isto.

Para fazê-lo, bastará comunicar-se com a Secretaria da Revista, indicando nome e endereço (para remessa) e enviando cheque ou vale postal correspondente à assinatura desejada (anual — NCr\$ 3,00).

BASES RACIONAIS PARA O EXERCÍCIO DA DIREÇÃO E DO COMANDO

*Ciclo de palestras proferidas pelo então Ten-Cel
Av GODOFREDO VIDAL (*), sob os auspícios da
LEGIAO BRASILEIRA DE ASSISTENCIA, em maio
de 1943.*

III

DA DIREÇÃO E DO COMANDO

Felizes os que na calma de um recolhimento confortável ou no turbilhão de situações acidentadas, *conseguem manter o equilíbrio do consciente e do subconsciente*, podendo imprimir aos atos diretrizes seguras, isentos de paixões obsidentes ou perturbadoras.

A capacidade inata de domínio não é muito comum aos nossos semelhantes, mas nós parece que vá rareando com a civilização.

Contam-se na História casos admiráveis, dignos de registro, que nos mostram, senão visos de autenticidade ao menos os de originalidade ou servem ainda à guisa de exemplos emulativos.

Plutarco conta o fato de Sócrates, filósofo ironista, não se entibiar com ameaças partidas de quem quer que fôsse, e de, até o fim da vida, conservar o dom de dominar as emoções que o atriulassem.

Felizes os mortais dotados de *vontade forte e domínio de si mesmo!*...

Para eles se abrem largos caminhos na vida; nada lhes entibia os passos, mesmo quando têm de vencer escarpas ou precipícios. E tanto mais se acirram em conquistar a vitória quanto mais difíceis se tornam os obstáculos.

A *vontade forte e perseverante*, para a satisfação íntima de um indivíduo que possui, vale, ainda mesmo quando não atingidos os resultados, porque lhe proporciona oportunidade de a por em prova.

Entre indivíduos volitivos há os *musculares e psíquicos*.

(*) Falecido em 1958, como Maj Brig RI

Atraem os primeiros as tarefas que requerem força, destreza e audácia, a destacar os *recordistas desportivos*, que se batem pelas palmas fugazes da popularidade, e os *obscuros artifices do trabalho produtivo*, despidos de preocupações de natureza ostentativa, e que só se preocupam, às vèzes, no fim do dia, com o rendimento útil para a própria subsistência e da família.

Embora seja o individuo dotado da organização óssea e muscular de um *Milão de Crotona*, cuja força, diz a lenda jamais ter sido alcançada por outro mortal, pode ser, não obstante, mediocre na esfera de ação, se ao lado da desenvoltura física não contar com a indução que lhe garantirá o titulo de "gênio muscular", estímulo mágico que Kant, o grande filósofo, definiu por "*fator que dá ordens*", isto é a *vontade*.

Pode, outrossim, possuir a organização psíquica superior, ter talento — tal superioridade, entretanto, permanecerá estéril se, ao lado da cerebração, não dispuser do *centro imperativo da vontade*, essa grande vontade que faz no gênio preponderante a faculdade mental coordenadora, a qual porém, não redundará em obras de vulto se faltar êsse fator propulsivo, criador do útil, do justo e do belo.

Back, Glubok, Beethoven, Schubert ou Chopin não teriam criado os prelúdios e as fantasias que arrebatam, ou as melodias que inebriam, se lhes *faltasse coragem* para resistir à incapacidade torturante e perturbadora que os deve ter assaltado, ou para prosseguir na penosa conclusão das obras que os imortalizaram, que nem sempre nascem e vicejam espontâneamente, como se supõe à primeira impressão, embora sua profunda naturalidade transpareça assim, quando apreciadas.

Percorrendo os museus, apreciamos a capacidade de trabalho de *Rubens*, de *Van Dick*, de *Murilo* ou de *Velasquez* — existências que se desdobraram em contínua tensão psíquica, de imaginação e de materialização.

Assim, pois, a faculdade psíquica superior não basta, por si só, para criar o homem de gênio, aquêle que comanda ou que torna chefe — é mister um fator indispensável — a *vontade*.

Também nos tipos musculares, os músculos não venceriam se lhes faltasse o indispensável *impulso volitivo*.

Os individuos privados de energia e de vontade forte raramente conseguem fazer acompanhar as palavras por ações; falta-lhes *perseverança* e sobeja-lhes *inconstância*. Fogem de iniciativas que requerem *tenacidade* e, por deficiência dos centros da vontade, sofrem por qualquer trabalho que exija esforço prolongado. Ficam na retaguarda nas conquistas da inteligência apesar de, por vèzes, contarem com cerebrações de escol anulando-se ou tornando-se estêreos, medíocres.

"A *Vitória*, diz o Marechal Foch — *estará com aquêle que a mereceu pela força de vontade e inteligência.*"

Sópro vivificador das energias humanas, proporciona o *entusiasmo*, o ardor que arrasta e contagia.

A vida sem o entusiasmo é candela sem chama. E o chefe que não o possui não conseguirá arrebatá-lo para o mesmo Ideal que tem; não fará arder o fogo, porque ele próprio não possui calor.

O *entusiasmo* desconhece óbices e não se detém enquanto não vence. Fôrça capaz de excitar não sômente convicções, mas também paixões. E, nada tão útil ao lutador das boas obras como a paixão do bem — um acendrado entusiasmo — fogo que tudo esbraseia, que tudo envolve no calor do seu ideal, como chama que torna incandescente e faz arder o aço que se lhe atira ao seio.

A capacidade de entusiasmar a si próprio e aos outros é um dos raros e preciosos dons do verdadeiro Chefe.

O condutor de almas encontra nêle um repositório de energias que, explorado em ocasião oportuna, pode fazer das criaturas legítimos escravos voluntários, dispostos aos maiores sacrifícios e provas de dedicação.

Mas, há que cuidar dessa arma de dois gumes.

Existem vários modos de alguém se entusiasmar, e o mais comum é aquêle que muita analogia tem com os fogos de artifício; deslumbrantes, magníficos, mas passageiros. A mesma brisa que os fêz brilhar fá-los-á extinguirem-se no instante imediato. São faúlhas, cujo efeito não vai além da aparência agradável — sem fôrça nem ardor são inúteis e prejudiciais!...

No entusiasmo justo pelas emprêsas a que vos entregais, por vossa Fé, por vosso Ideal, guardai sempre uma reserva para o raciocínio.

Deveis, sim vos entusiasmar por tudo aquilo que, após maduras reflexões, julgardes merecer os vossos inteiros esforços. E depois, não gastar as potências de energia no esfuziar desordenado das demonstrações externas de entusiasmo, mas conservar, parcimoniosamente, e despender com prudência vossas fôrças.

Mais proveitoso é soffrear, algumas vêzes, os ímpetos da exteriorização e conservar intatos os potenciais íntimos para as ocasiões oportunas de agir, do que desperdiçá-los em gesticulações ou palavrários estéreis, e estar esgotada a vossa *verbe* quando o verdadeiro momento de ação chegar.

Não há negar que, bastas vêzes, há necessidade do entusiasmo exterior para o efeito de contágio aos outros, porém não menos inata e verdade anterior.

Como chefes, sereis otimistas, mas baseando êste sentimento em vossa confiança no êxito; dando a êsse otimismo não a espécie deformada e que bem se poderia nivelar à temeridade. O otimismo falso e doentio que não sabe medir, de acôrdo com a sã razão, os empreendimentos que tem em mira, vendo nêles sômente a facêta

promissora, e nem sequer atenta para as dificuldades que infalivelmente se apresentarão.

Esse otimismo, de que vos falei em aula passada, é aquêlo, róseo demais, que faz fugir a providência, sábia companheira da arte de comandar. É perigosíssimo, porque pode levar tudo à ruína por sua imprevidência.

De fato, é mais desastroso que o pessimismo, pois, si êste só consegue divisar os obstáculos, quase perdendo de vista a meta, o otimismo exagerado, caindo no vício oposto, será embaraçado pelas obstruções que não notou.

O chefe deve não ser pessimista nem otimista em excesso. O primeiro instiga o desânimo e o segundo provoca demasiada confiança em si mesmo e nos próprios meios.

Afastai-vos das cogitações tétricas ou derrotistas. De nada servem elas e há mister lutar sempre contra a adversidade o que fareis unidas às virtudes que vos alcançaram no desejo de comandar, porque a vontade de vencer é a primeira condição para a vitória.

Entre os valores de alma num chefe, entre os bens espirituais acham-se: *a fidelidade inviolável à palavra dada, o culto da justiça, a paixão da verdade e o horror à bajulação.*

A palavra empenhada constitui sempre um compromisso irrecusável, e supõe o cumprimento exato até das pequenas obrigações, principalmente daquelas a que freqüentemente nos furtamos, como a *pontualidade* (fácilmente prometida e depois negligenciada).

A *justiça* exclui o pernicioso *favoritismo*, que não conhece o *discernimento dos méritos*.

A *paixão da verdade* gera o heroísmo de reconhecer os erros e voltar atrás nas ordens prejudiciais.

O amor à justiça e à verdade vêm, principalmente, obviar um grande mal que pode atingir, com facilidade, o Chefe: o *despeito* ou certa *inveja* pelo êxito do trabalho de um subalterno, ou mesmo de outro companheiro e chefe. Este veneno é sutil ao extremo e infiltra-se traiçoeiramente na alma humana, até naquele que não está totalmente desprevenida.

O melhor meio de evitá-lo é lembrar constantemente que o fim em vista não é a glória pessoal de cada um, que as rivalidades só aproveitam aos inimigos e que *"a força dos maus está na fraqueza dos bons"*.

A vossa honestidade de comando haveis de exercitá-la ininterruptamente — aceitando a responsabilidade das ordens despedidas, sem nunca transmiti-las de forma vaga, a ponto de poderdes esquivar-vos das conseqüências, quando estas forem desagradáveis.

Ao invés de invejardes o progresso do vosso dirigido, alegrai-vos com êle, recordando-vos que é dever ensiná-lo a tornar-se independente de vós para o futuro.

Quando derdes *uma lei*, sêde os primeiros a prestar-lhe obediência.

Prometei somente o que puderdes cumprir, e cumpri o prometido mesmo com sacrifício, do contrário perderéis o prestígio e a autoridade.

Ao sentirdes antipatia por vosso subordinado, e minimal a razão dêsse fato; perdoai o que puderdes e sêde honesto reconhecendo seus méritos. Se um resquício de inveja foi a causa disso, penitenciai-vos para vossa correção enquanto é tempo, não vos deixando tomar pelo veneno dessa serpente.

• • •

Se o *orgulho* é prejudicial a qualquer ser humano, mais precipuamente o é ao dirigente.

Mata, qual planta daninha, tôdas as virtudes do comando; gera a arrogância, a precipitação, a discórdia, a inveja — a ruína enfim.

O êxito das obras não deve ensoberbecer ninguém porque, em qualquer hipótese, não é fruto senão de Deus — de quem o homem é imagem e espelha sua sabedoria.

Não passamos de instrumentos mais ou menos imperfeitos dos quais o Criador se valeu para alcançar os seus desígnios sobrenaturais.

Pelo êxito que tivermos eventualmente alcançado, não há motivos para nos julgarmos indivíduos superiores, que têm razões para ver com olhares depreciativos os subordinados ou os companheiros humildes.

O *Chefe soberbo* manifesta-se, em geral, pelo *autoritarismo*, de feito pernicioso, corrupção da qualidade de *saber mandar*.

Não admite conselhos nem opiniões opostas. *Tudo sabe. É infalível.* O que afirma é dogma e a razão sempre lhe assiste. Quando despede ordens, faz sentir brutalmente o peso da "autoridade" e as dá de maneira mais própria para escravos que para irmãos de Ideal.

Mas dentro de breve tempo verá as conseqüências lógicas do vício capital — o desânimo ou o rancor invadirão os corações antes submissos, e a deserção será o término da cadeia desastrosa.

O dirigente fazendo-se humilde, ao inverso, far-se-á cada vez mais amado e ouvido. Esquece a si próprio, aumenta em espírito de sacrifício, nada atribui a si — encanta e arrasta ...

Para serdes verdadeiros dirigentes — *falai pouco de vós mesmas*, — esquecendo as vossas auxiliares.

Solicitai sempre a prudência dos mais doutos, para que vos guiem nos passos difíceis, não pretendendo poder resolver tudo por vós.

Nas ordens, usai a moderação, o tom afável e simples, fugi da efetuação e do exagero que vos tornarão ridículas ante os subordinados.

Permiti aos comandados exprimir o seu pensamento sobre a tarefa que lhes destes. Muitas vezes pode ocorrer que suas idéias sejam mais claras que as vossas.

A *humildade* muito contribuirá para que vos possais nivelar aos demais.

Preferi a repreensão em tom amistoso, e a observação judiciosa e raciocinante, ao elogio fácil e balofo e às bajulações.

"Mais vale um bom censor do que mil cortesões"

Pedi conselhos aos mais avisados e renunciei às próprias idéias quando houver outras melhores.

E medital no rifão popular:

"Se queres ver o vilão, põe-lhe o cajado na mão"...

• • •

Existe larga diferença entre atividade e agitação, e indispensável é, ao Chefe, não confundil-as.

A *agitação* é a atividade desordenada, sem limites nem normas. Caracteriza-se pela pressa, desconhecendo, muitas vezes a conveniência e a oportunidade dos atos.

Tem por apanágio o *movimento*, o que facilmente pode levar ao descuido da *ordem* e do *método*.

Certos indivíduos agitados só divisam a quantidade de trabalho, querendo lançar todos numa azáfama precipitada, e incompreendendo os que desejam inspirar-lhe moderação.

Procuram terminar quanto antes uma empresa para, imediatamente, recomeçarem outra nova!

Outros, em terrível inconstância — e são os mais frequentes — nada levam a termo. Capazes seriam de iniciar e abandonar cem obras diversas num só dia.

As vezes são bons observadores, notam as faltas e pretendem remediá-las de uma hora para outra. Daí a tendência de começar, fundar... e depois abandonar os rebentos que despontam, para se atirarem a novas iniciativas ou empresas.

O *chefe agitado*, quando não descuida o governo é facilmente monopolizador. Crê-se o único apto às tarefas difíceis. Presume-se conhecedor infalível de todos os assuntos. E, se não resolve ele próprio executar, — à sua maneira dispersiva —, aturde os subordinados com mil e uma sugestões diversas, não raro desprovidas do mais rudimentar senso comum.

Ama a liberdade completa para as idéias que pretende levar a cabo mas aniquila nos subalternos a liberdade de iniciativa, tão louvável — ouço proveltoza, e que fator de importância na personalidade desses futuros chefes.

Intrromete-se em toda parte, geralmente com conseqüências perniciosas para a atividade geral, não se colocando no plano elevado de onde, deixando aos subordinados o *cuidado dos pormenores* e o *bom desempenho de seus deveres*, mantém para si aquela independência de pensamento e de ação que lhe é indispensável para uma direção eficaz.

A atividade não é um fim mas um meio.

Encontrei num livro da vida de uma santa, muito querida das moças e do povo brasileiro — Santa Teresinha — uma frase escrita pela carmelita, que bem se adapta a nós neste momento:

"É necessário esquecer os gostos próprios, as concepções pessoais, e guiar as almas não pelo nosso caminho, mas pela estrada particular que Deus indicou."

Eis porque, como Chefe, não deveis jamais intrrometer-vos nos recantos que não vos competem. Não sejais *chefes agitados*, porque esse defeito conduz ao mal anterior.

Sede sóbrios na atividade para saberdes procurar o fim na ação metódica, paciente e ordenada. E não espereis uma vitória repentina e fulminante.

Detestai a *volúpia do aproveitamento do tempo* a qual gera a dureza de coração e o afastamento progressivo entre o Chefe e os comandados.

Detestai ainda a atitude de "beija-flor", a voejar de idéia em idéia, de projeto, sem se fixar em nenhum.

Procurai fixar a vossa ação de comando em tempo e em profundidade. *O método conduz à vitória.*

* * *

Poucas coisas fazem tão bem à alma do subordinado como ver o interesse que o superior toma por ele, precipuamente se essa dedicação se fizer sentir com mais solicitude nos instantes de abatimento ou de dúvida. Então, uma palavra bem dirigida ou um ato de apreço conseguem verdadeiros milagres.

Mas também em outras ocasiões é possível levantar o ânimo de alguém.

Nem só quando há desânimo é necessário o conforto; mas ainda quando ele pode contribuir para aumentar a coragem, embora já desenvolvida, de um subordinado.

Concorrer para evitar o desfalecimento de outrem, já é dar ânimo. Assim, a gratidão é conforto. Num sorriso de perdão é estímulo. E um pequeno favor é emulação valiosa.

Os comandados, tanto quanto fôr conveniente, devem ser tratados como iguais. As distinções inúteis só trazem prejuízos.

Muito contribuirá para a união estreita e ideal entre Chefe e dirigidos — a *acessibilidade*, o caráter afável daquele.

- O verdadeiro Chefe é um amigo; e tanto é o prova que sabe dizer um "muito obrigado" pelos atos de favor.

De quando em quando aponta com um pequeno elogio, ou mesmo com simples referência, o trabalho dedicado do auxiliar.

Nas atribuições, com palavras de carinhoso conforto, dissipa as mágoas.

Faz empenho em compreender os subalternos.

É franco e é leal.

Se pune, é merecidamente e com justiça.

Tudo isto conforta, anima, encoraja.

• • •

Premiar devidamente os méritos — é ciência.

As justas recompensas acicitam a vontade do trabalho e a dedicação. Muitos germes de Chefe morreram infrutíferos pela ausência dêsse nutritivo. Uma interjeição de reconhecimento tê-los-ia, talvez, salvo.

À memória e gratidão dos *serviços prestados* deve-se unir a memória das *promessas feitas* e, a não menos importante *memória dos nomes*.

Deveis interessar-vos, sem intrometerdes, pela vida do commando. Assim captar-lhe-eis mais e mais afeto, porque êsse interesse de intenções puras é fruto do amor.

• • •

A vida interior de uma alma transborda e se reflete exteriormente. A espiritualidade é coisa que se irradia: o porte, o olhar, frequentemente a revelam, e, quando não, de modo inevitável, nas ações se há de traduzir a grandeza da vida espiritual de uma criatura.

No seu transbordamento beneficia a quem se lhe aproxima.

O simples contato com alguém de intensa vida interior faz-nos de certo modo participantes de sua felicidade inefável, fruto do que lhe vai na alma.

Sendo a espiritualidade originária do influxo criador divino, eleva-se, por vêzes, a alturas de onde se lobrigam o mundo e os acontecimentos com olhos diversos, infundindo no espírito a verdadeira alegria de viver.

O ser humano deveras espiritual está no melhor caminho para a realização de grandes coisas.

A vida espiritual é o cinzel incomparável do caráter. Ela se serve da experiência, da observação, do sofrimento, e o torneia ao modelo da imagem divina procurando, como possível, fazer obra perfeita.

Eis o porquê dos seus prodígios: *alta aos meios humanos o robusto auxílio de Deus.*

Torna-nos irresistíveis porque todo o nosso poder de ação tem um lastro salvador de uma sólida formação espiritual indispensável.

Sendo assim, vossas almas — garbosas a singrar o mundo e a vida quanto mais estenderem as velas ativas, mais profundamente terão que mergulhar a quilha na profundidade silenciosa da espiritualidade. Do contrário, é certo o naufrágio.

Medital sobre o que vos acabo de dizer e, meditando, ides fazer a vossa alma crescer e, com ela esta espiritualidade que irá alcançar de virtudes imarcescíveis o vosso perfil de chefes.

• • •

Na suprema função de dirigir — mandai com decisão e firmeza, em ordens claras e concisas, mas sem arrogância, imposição, orgulho ou egoísmo.

O comando não é sinônimo de tirania, mas antes, de *caridade responsável* pela alma dos comandados.

Já vistes alguém transformar-se de criança em pessoa adulta entre uma tarde e a aurora?

Pois, o que sucede com o crescimento do corpo também se realiza com a grandeza da alma que necessitais para serdes chefes.

Ambos nasceram, cresceram, e podem deixar de viver, com uma diferença: a alma aumenta ou pode diminuir, até morrer e, quem sabe, ressuscitar depois... enquanto que o corpo, em ordem — nasce, aumenta e desaparece.

Não viestes ao mundo com a estatura atual. Assim também, não surgistes da terra como chefes consumadas.

Haveis de conquistar os atributos preciosos para serdes *verdadeiras* dirigentes. Não desanimeis!

Para isso eu vos deixei à meditação e reflexões futuras essas verdades, como contribuição sincera do que poderia dar-vos pelo estudo e pela experiência. E, principalmente, meditando, isto é, refletindo, fixando a vossa atenção sobre um determinado assunto, examinando-o, dissecando-o nas suas mais ínfimas passagens, e fazendo sempre as perguntas: — Como tenho procedido quanto a este assunto? — surgirão então, da vossa clara reflexão, os postulados que vos indiquei nestas aulas.

E a prática do comando virá em breve e, com ela, sentireis os benefícios resultados do esforço próprio e desta meditação coordenada.

No deslumbramento claro do sol estão ocultas as estrélas que que a serena castidade da noite nos vem revelar.

Quando a clareza do texto da meditação se tiver extinguido para encrustar seu conteúdo no vosso caráter, então perceberéis no céu de vossas ações os pontilhados reluzentes dos seus eninamentos.

Meus amigos!

Fazei vossa almas crescerem por uma constante vontade, por uma sábia energia, por uma consciente disciplina e profundo amor, avivando, diariamente, a prática dèsses princípios e postulados, e então, muito naturalmente, sereis dignas do título de *Chefes*.

O PREÇO DESTA REVISTA...

"A DEFESA NACIONAL" vem-se impondo, cada vez mais, à consideração, ao interêsse, à simpatia dos nossos leitores — já dos militares (oficiais e sargentos), já agora de destacadas personalidades dos meios oficiais e culturais civis. Até no exterior, ao que sabemos, vem tendo bastante aceitação entre as Fôrças Armadas amigas.

Entretanto, o preço do exemplar (NCR\$ 0,50) há muito que está inalterado, em flagrante descompasso com a realidade. E isto porque a Diretoria, apesar das alterações, tem-se empenhado em agüentar enquanto possível. Agora, não é mais possível: a Revista tem de aumentar o seu preço, para torná-lo mais apropositado com o custo da edição (embora ainda inferior...).

Estamos certos de que tal necessidade, allás imperiosa, será bem compreendida e apoiada por todos os nossos assinantes, leitores, amigos — que continuarão a honrar-nos com a sua preferência e a prestigiar-nos, como sempre.

A DIRETORIA

DE BRACK, UM MESTRE NA GUERRA MODERNA

Cel NOLLOT

Tradução do Maj P. MARCOS

"Voltado para o futuro, este artigo nada tem de uma crônica histórica além das barreiras do tempo, dos limites da técnica, das seduções do raciocínio frio. Eis o oficial face a problemas eternos; o título faz sorrir, ele fará reletir, em determinadas circunstâncias, e aqueles que tiveram a honra de comandar um combate encontrarão, talvez, com uma afeição quase familiar, um velho soldado, cujos temas de bivaque, contêm uma grande parte da herança que eles gostariam de deixar".

"POSTOS AVANÇADOS DE CAVALARIA LIGEIRA"

Desde os mais remotos tempos, a arte militar de comandar "misto admirável de energia, firmeza e cordialidade" nascida "dêste conhecimento dos homens que em princípio parece sumário, mas que se mostra correto em seus efeitos" teve que se adaptar às exigências de novos materiais julgados terríficos e sem apelação: a arbalista, a bombarda, a pólvora sem fumaça, os gases, as minas, a bomba atômica. Atualmente, e malgrado os fogos nucleares que devem criar "o acontecimento" quase que a pedido, o executante ainda não chegou ao estágio final em que sua energia e qualidades militares se tornaram inúteis, em virtude da sorte da guerra ser decidida pelas máquinas. Com efeito, o eixo, o mecânico, as técnicas, ainda conservam seus limites de emprego e os conservarão enquanto "o discurso marcial não conseguir fazer dar dois tiros com um único cartucho ou persuadir um canhão já no limite a agüentar mais uma hora" (ALAIN).

O Chefe, mesmo o de grau hierárquico modesto, permanece sempre como o supremo recurso nas piores condições: isolamento, ansiedade, confusões e convulsões imprevisíveis. Terá ele que tomar decisões tanto mais rápidas quanto as situações forem pouco definidas. Ele deverá adquirir, e posteriormente cultivar até torná-las instintivas, as qualidades e o talento de manobrar nesse novo campo de batalha, enquanto que nada, a não ser a teoria e os exercícios do tempo de paz, pode fazê-lo medir as dificuldades de toda ordem tanto morais como materiais e em escala sem precedentes. Ora,

"o erro das teorias reside em sua "aridez" escrevia o General De Brack em 1831 e acrescentava: "o terreno da guerra difere do de manobras pois naquele o objetivo não é o de executar movimentos e sim o de tomar posições. Ai, desaparece a letra fria do preceito para dar lugar ao fato importante que é a aplicação".

O nome do General De Brack (1789-1850) é familiar a todos os militares de carreira; êle é "redescoberto" periodicamente com o mesmo espanto e admiração, pois seus ensinamentos ultrapassam o tempo e a própria evolução vertiginosa das técnicas, para nos revelar, pela descrição de suas experiências, o poder de evocação de suas fórmulas: o que é e será sempre, a arte militar de execução no campo de batalha, verdadeira diante do "fato nuclear" como o foi, no passado, contra todos os contrários dos acontecimentos e das técnicas. Acompanhemos, pois, êsse hussardo do 1º Império na evocação de suas cavalgadas e anotemos, de passagem, suas reflexões: brevíário de todo aquêle que almeja ardentemente que o termo oficial represente verdadeiramente, ao mesmo tempo, uma função e uma ciência.

Com De Brack, nada de definições técnicas ou teóricas. "Modo escolástico de dizer que o vencedor teve razão" mas, só e simplesmente, constatações; "a arte da guerra consiste, no pequeno, como no grande escalão, na reunião e emprêgo de forças superiores em um ponto decisivo".

— "Ter para si a iniciativa da ofensiva é o que há de mais vantajoso, porque obrigamos o inimigo a regular seus movimentos pelos nossos e o desmoralizamos.

— A defensiva só é útil para ganhar tempo.

— É preciso não ocupar nunca uma posição na qual possamos ser cortados de nossos apoios.

— A melhor forma para atacar é a "por escalões" porque as linhas se apóiam sucessivamente, os flancos são cobertos, é impossível ao inimigo manobrar sobre nossas alas, sem que estejamos em condições de recebê-lo e, em caso de insucesso, nosso retralimento já está organizado e apoiado.

— Por mais numerosas que sejam as tropas empenhadas, deve existir unidade em sua ação e por conseguinte no pensamento do comando. Cada destacamento faz parte de um todo e só deve agir como membros dêsse mesmo corpo".

... E êle assim resume seus conselhos: "o talento daquele que manobra no campo de batalha consiste em estar sempre em condições de: não se deixar engajar desfavoravelmente pelo inimigo; aproveitar todos os acidentes do terreno; explorar todo acontecimento que possa assegurar sua superioridade... Logo que o oficial tenha observado bem, deve estabelecer seus planos e tomar imediatamente sua decisão. Na guerra, o pior partido que se possa tomar é o de

não tomar nenhum partido; a hesitação é mil vezes pior do que a ignorância; ela é o esconderijo da fraqueza... A partida nunca está perdida, pois freqüentemente uma resolução audaciosa subjuga a fortuna".

De Brack constata com tristeza "que a paz cria maus hábitos" e que em particular "as tradições, sobretudo de detalhes úteis, indispensáveis se haviam apagado perigosamente... pois a instrução teórica só se dá com percalços... sob a batuta plúmbea de um "caporalismo" de todos os postos que não raciocina sobre o "por que" das coisas... e só percebe uma fórmula onde qualquer um reconheceria um fato".

Assim insiste êle sôbre êsse "por que" das coisas, sôbre a objectividade. "Vêde sômente a finalidade". Se puderdes atingi-la substituindo movimentos complexos por movimentos simples, não hesitai em fazê-lo...

Essa finalidade, êsse "por que" está sempre presente nos relatos de nosso hussardo: "Na guerra, a reflexão mais acurada deve marchar em acôrdo com a ação; o "por que" é a alma de nossa ação. É dêsse "por que" que conversaremos hoje... Na paz vistes o "como" as coisas são feitas; agora ireis ver "por que" se fazem".

TERRENO E ESTUDO

Da mesma forma que em nossos melhores regulamentos (eu falo do nosso Regulamento de Infantaria, 2ª Parte, combate) De Brack tem a mania do terreno. Nosso atual regulamento de combate sublinha: "o sentimento do terreno, isto é, a faculdade de discernir seus recursos e dificuldades, caracteriza o bom chefe de Infantaria" (Cap. V Art. 2. Pág. 33).

Nosso General do 1º Império tem a mesma opinião, mas é muito mais convincente; seu julgamento é sem apelação: "A base do talento daquele que é um bom manobreiro na guerra, é um tal hábito do terreno, uma tal justeza de apreciação de distâncias, que se tornam, por assim dizer, instintivas... É necessário que êsse golpe de vista abrace ao mesmo tempo o espaço que ocuparão os esquadrões e aquêle sôbre o qual tais esquadrões, uma vez formados, terão de atuar, seja à frente, seja nas alas, seja à retaguarda... que êle (o golpe de vista) o percorra gradualmente em todo seu desenvolvimento de conjunto e de detalhes..."

"Os terrenos de guerra são de duas espécies: praticáveis e impraticáveis. Seu estudo deve incidir sôbre três pontos principais:

- sua natureza fácil ou difícil em relação aos percursos das diferentes armas;
- suas posições sob o ponto de vista ofensivo e defensivo;
- seu desenvolvimento e distâncias".

Eis penso eu, uma definição completa e concisa que não estaria deslocada na boca de um general de uma brigada blindada. Mas nosso "sabre" das guerras imperiais ainda não terminou de nos surpreender e suas proposições lembram estranhamente (o estilo "hussardo" além do mais) as circulares de instrução mais recentes.

"Aquêle que desejar verdadeiramente ser oficial, aos invés de perder seu tempo nos cafés, aproxime-se dos homens que podem instruí-lo... se êle tiver a vantagem de serviço em sua guarnição com tropas de outras armas que, nos momentos de folga permitidos em seu serviço, vá aos arsenais; visite os trabalhos que a engenharia militar está executando, vá ao polígono de tiro de nossa artilharia, aí somente aprenderá as ligações existentes entre as armas; julgará das dificuldades e possibilidades do ataque e da defesa, apreciando as velocidades de evolução das formações, das distâncias de tiro, etc..."

"O estudo é o arsenal em que buscareis as armas no decurso da ação. Estudar com cuidado ajuda a pensar e agir rapidamente; e pensar e agir depressa é o segredo do oficial modelo... em matéria de instrução, só se é rico no dia da aplicação de conhecimentos quando se é muito rico... não se pode comandar o que se ignora".

Saudemos com todo respeito esta lição, vinda do século passado e registremos:

- sua atualidade de tom; a conservação do espírito militar;
- a precisão, a clareza e firmeza das fórmulas (quase que provérbios de instrução).

FIGURA DO CHEFE

De Sun Tsé a Rommel, passando por Xenofonte, o "Chefe" já teve muitas definições, mas que nem sempre representam sua figura integral. Na conversa familiar com De Brack, êle surge, é verdade que menos idealizado, porém muito mais completo, pois se êle é um chefe "de guerra" também é um homem cioso dos mínimos detalhes do serviço, "úteis, indispensáveis, do bem-estar e da moral de seus soldados.

Com efeito, "para ser um bom oficial, não é suficiente ser bravo e comandar bem debaixo de fogo, é preciso ter levado o maior número possível de homens até lá e apresentá-los na melhor forma para assestar um golpe..."

Entre duas baforadas de cachimbo (pois nosso general fuma cachimbo que "espanta o sono, faz o tempo correr, torna a chuva menos

ria...") nosso homem nos lança essa segunda verdade, frequentemente esquecida:

"O mecanismo da guerra se limita a duas ações:

— usar e recuperar forças; — combater e dormir

esse calor de sentimentos em relação a sua tropa:

"integral confiança, devotamento, ardor e inspirar a seus cavaleiros, eis o que as teorias do tempo de paz não ensinam; eis o que, unido à coragem, ao golpe de vista militar, à presteza de julgamento no campo de batalha, faz o oficial realmente brilhante".

Nossa mentalidade de "Gauleses" do século XX e nosso espírito de crítica sempre aguçado em relação ao que nos parece belo, fazem com que suspeitemos, desde logo, ser nosso Chefe um demagogo. Mas as verdades profundas continuam a evoluir-se, calmamente, entre as baforadas do cachimbo, diz ele: "Não penseis, no entanto, que para possuídes a afeição de vosso cavaleiro é necessário ser fraco com eles, estareis completamente enganado. Conheci oficiais estimados pelos soldados, analisei-os para meu próprio benefício; eles eram justos, firmes de atitudes, duros consigo próprios como o eram com os outros, generosos com o que possuíam e falavam a linguagem do soldado. Era esse todo o segredo de seu poder absoluto. Sob seu caminho a disciplina era instintiva".

Mas "o Chefe que pensar que esconde dos outros as suas fraquezas, é um imbecil. O soldado o conhece melhor do que ele próprio.

Tal oficial deve empregar o seu tempo em corrigir e não dissimular suas fraquezas. O egoísmo do Chefe não é somente um defeito, mas um vício que obscurece suas melhores qualidades e lhe tira três quartas partes de sua força moral sobre os subordinados."

Com efeito, para De Brack (e ele o repete sempre) a motivação da disciplina é a "honra"; a disciplina é a "alma dos Exércitos; sem disciplina não há Exército" e assim desenvolve ele seu pensamento:

"A disciplina não é um fato, mas um meio; punir não é seu fim, pois que a recompensa também lhe pertence; sua finalidade não é aplicação e sim a execução da lei".

"A base de toda a disciplina é o estudo e o conhecimento dos homens sob nossas ordens... as recompensas são uma força disciplinar muito mais poderosa do que as punições..."

"A aplicação das leis da disciplina militar é talvez o fato que necessita de mais espírito de observação por parte do Chefe... Em muitos casos, a aplicação das leis militares deve ser feita antes pela consciência esclarecida de um jurado do que pela severidade rude de um juiz" e ele concluiu: "em qualquer circunstância, observa somente o Chefe, ele é o responsável por tudo. Agir de maneira diferente seria insultar o comando e cometer uma injustiça... é a catança que se deve punir".

Confessemos que nosso Chefe de 1815 nada tem a aprender nas melhores obras de sociologia militar ou de moral do nosso século, e que seus propósitos são inegavelmente da maior atualidade possível.

Vejamos agora esse Chefe no Campo de Batalha: "onde, diz êle, o homem é tudo o que pode ser, sua alma está liberta... os bravos de ante-sala, os sábios dos salões, os galopadores do tempo de paz, já não mantêm mais a cateça tão erguida..."

Mas é justamente aí "no campo de batalha que se apresenta a colheita do que o oficial semeou... êle reúne em feixe tôdas as vontades para substituí-las por uma única, a sua própria."

O Chefe deve realizar uma inspeção moral de sua unidade... dizer uma palavra ao oficial, ao soldado, animá-lo, estimulá-lo, criar a oportunidade de chamar o homem pelo seu próprio nome, provar dessa forma que não o perdeu nem o perderá de vista..."

Que êle, o Chefe, não se esqueça nunca de que "sua fisionomia será observada. Só deve permitir que nela seja lido o que e quando o desejar..." e que "o sangue frio do chefe não deve permitir que a inquietude penetre nas fileiras..." é necessário "que sua tropa faça com êle um só corpo, que seu pensamento seja um só e sua confiança que êle inspira, mas esta deve ser bem íntima, inteira, instintiva, que faça com que o soldado diga em qualquer situação: **êle está aí é o quanto basta**".

Tal comunhão com seus homens faz com que sua responsabilidade, em relação a êles, seja maior ainda e De Brack a enuncia com seriedade:

"A responsabilidade de um comandante de corpo é um pesado fardo para aquêle que aprecia na justa medida a gravidade de seus deveres." O que o Chefe deve procurar é dar prova de inteligência no combate, buscar sem demora o "**por que**". Deve combater mais com a cabeça do que com o corpo; deve raciocinar, pois êle não pertence a si mesmo e sim à sua tropa.

"Para lutar com sucesso é necessário conhecer-se a si mesmo e também ao adversário... A força do inimigo não é um dado matemático... Qual a razão de vossos mestres do tempo de paz se limitarem a equilibrar falsamente os pesos pelos índices?

Por que não dão êles nenhuma noção das circunstâncias, fatos particulares... Que têm uma influência tão grande que viram "**de pernas para o ar**" as bases ditas racionais..."

"A injustiça em relação ao inimigo é sempre uma falsa e má política, e a melhor maneira de criar recursos necessários ao combate não reside no insulto e sim na observação..."

"A rotina é a ciência tradicional dos medíocres".

"Nada de força bruta e sim habilidade".

Os exemplos vívidos que De Brack cita, são numerosos; sua leitura é apaixonante e não faltam os temas para reflexão, perfeitamente suscetíveis de serem aproveitados na guerra moderna, substituindo os couraceiros pelos carros e artilharia pela bomba nuclear. Seria penso eu, um belo tema para elocubrações, a menos que o farfalhar de suas peliças e a cintilação de suas dragonas persistam em nos fazer ver somente um brilhante "sabre" nesse profundo e arguto chefe que domina as "Formulas" de seu tempo, enunciando os eternos princípios de toda ação militar.

Sua definição de Chefe de Guerra resume toda sua doutrina.

— "O sentimento justo, a apreciação fria, matemática de suas forças, materiais e das do inimigo.

— A rapidez e a segurança do golpe de vista, que abarca e reconhece as disposições morais da tropa que ele comanda e da que ele ataca.

— O olhar que, do lado em que abordar um terreno, o aprecia em seu conjunto e nos mínimos detalhes de distâncias, acidentes, possibilidades para atacar, defender ou retrair.

— A presteza da determinação e da ação.

— O "élan" que tudo arrebatava.

— A firmeza que não desespera de coisa alguma e refaz as situações mais desesperadoras.

— O sangue frio que nunca falseia o olhar e faz com que nossos subordinados só enxerguem pelos nossos olhos; agregai a essa qualidade e bravura, que dá exemplo e a justiça que recompensa adequadamente e sereis o homem de elite."

Reconheçamos que é difícil definir melhor e constatemos que, 100 anos mais tarde, Rommel confirmou esse julgamento quando escreveu:

"O Chefe deve ter as mesmas qualidades do homem em um grau superior e além disso, deve possuir uma inflexibilidade excepcional; comungar com seus homens, apreciar instintivamente o terreno e o inimigo, reagir e pensar rapidamente."

CASOS CONCRETOS

Vimos que o "por que" era o "leit motiv" de seus ensinamentos. Como ele próprio disse: "Na paz, visteis como as coisas se faziam, agora ireis ver porque elas se fazem". Colhamos alguns exemplos dentre os inúmeros que jorraram de sua pena brilhante (pois "o exemplo é o preceito, prático, incontestável"). Lamentando única-

mente a falta de atavios, que se impõe pela existência de nos limitarmos ao preceito.

— **Vanguarda** — Finalidade: Esclarecer e proteger a marcha de nosso Exército (meio) — "precedemos nossas colunas, esclarecendo seus flancos, envolvendo-as e cobrindo-as com uma rede vigilante e corajosa".

"O bom oficial de vanguarda não age em função do fraco elemento que êle comanda mas em proveito dos numerosos contingentes que o seguem e aos quais abre caminho..."

— **RETAGUARDA** — É "a porção de tropa destacada para proteger as retaguardas de um destacamento em marcha..." O Comando deve ser confiado "ao oficial que inspira maior confiança à tropa pela firmeza de seu julgamento, firmeza e intrepidez de sua ação. Os deveres de uma retaguarda se resumem nessas três palavras que devem ser sua divisa: "VIGILANCIA, COESÃO, FIRMEZA".

— **RECONHECIMENTOS** — "Al não se trata somente de ver, mas de ver bem, a fim de não fornecer falsos informes à retaguarda que regulará suas operações pelo relatório que fizerdes..."

"Um erro rotineiro que se comete freqüentemente é o de crer que não se poderia reconhecer sem atacar."

Os reconhecimentos só devem ser fortes em um único caso: quando é preciso que êles ataquem para poder cumprir sua missão...

Fixemos bem que, reconhecer não é atacar! um reconhecimento ataca algumas vezes, mas somente para melhor reconhecer. O ataque não é um fim e sim um meio.

O reconhecimento mais bem comandado é aquêlê que traz o maior número de documentos úteis... e não o que, esquecendo sua finalidade, emprega a força, ao invés da astúcia".

O MORAL — O efeito moral na guerra "é o sentimento irrefletido de sua própria força ou fraqueza; aquêlê que desde logo inspira a confiança ou o terror". Mas o efeito moral está "à disposição do Chefe quando êste é completo, isto é: quando possui a íntima e cabal confiança que o investe dos direitos de ver, pensar e agir por todos... O soldado não olha mais o inimigo nem o perigo, mas o Chefe, e diz consigo mesmo: "Êle está sorrindo, nós vamos golpear fundo o inimigo"... "Os sucessos de uma tropa, durante tôda uma campanha, dependem quase sempre da maneira segundo a qual foi conduzido o primeiro encontro. Se o Chefe se deixou bater de início, o pacto de confiança se rompe".

Qual a conclusão que podemos tirar dêsses extratos?

O que o próprio De Brack diz: "Em poucas linhas eis tôda a ciência" e uma ciência militar plena de atualidade, pois basta ler nosso regulamento de campanha (Reg. de Infantaria — 3ª Parte —

Cap. IV e V) para encontrar o essencial do pensamento de nosso hussardo do 1º Império:

RECONHECIMENTO (Cap. IV — Parágrafo 73) Missão desempenhada por um conjunto de elementos motorizados ou não que vai buscar, em um ponto ou em uma zona, a informação, eventualmente, enganando o combate, caso a missão e as circunstâncias o exijam. É o mesmo preceito de De Brack "fixemos bem que reconhecer não é atacar".

Da mesma forma a busca obstinada ao "por que" está inserida em nossa atual definição de manobra (Reg Inf — 3ª Parte — Capítulo V — Parágrafo 77): "Manobrar exige tomar uma iniciativa inteligente, em vista de criar uma situação favorável".

CONCLUSÃO — Por que, então, haver desejado reler juntos esse livro, cujos exemplos, mesmo escolhido, só fazem lembrar certos princípios, bem conhecidos de nossos regulamentos? eis a questão e também a resposta.

O General De Brack, efetivamente, não só permanece atual, mas possui o mérito raro (além de suas expressões que são verdadeiras "fórmulas" do Chefe) de ser válido para todos os escalões hierárquicos, desde o Comandante de GC, até o General e para todas as armas também.

A busca incessante do "por que", cujo esquecimento leva todo o Exército ao cume da ilusão e ao ponto mais baixo no que respeita eficiência, apesar de eternamente necessária, o é muito mais atualmente devido à iniciativa que será exigida de todos.

FILOSOFIA DO COMBATE: "O que De Brack pensa do comportamento das tropas de vários países no combate, não mudou muito e todas as suas receitas de tática indireta, própria da cavalaria ligeira, são ainda válidas para os veículos" (Jan 1963).

LUGAR DO CHEFE: Sempre "no ponto onde possa comandar" diz De Brack (isto é variável, segundo as circunstâncias); o que, no campo de batalha do futuro fará com que até o Chefe de alto posto, se beneficiando do rádio e do veículo blindado esteja frequentemente "na sela" no meio de suas unidades. O mesmo conselho é dado por um especialista (Gen Rommel em "Guerra sem Ódio"). "Se em qualquer ponto se apresenta uma situação de desenvolvimento imprevisível, os relatórios de terceiros não são suficientes para fornecer ao Chefe, elementos que lhe permitam tomar uma decisão. É preciso ir lá e informar-se pessoalmente".

RAPIDEZ DE DECISÃO — Nem sempre, manobrar como "religiosos sectários da teoria" mas procurar "adicionar qualquer coisa aos preceitos físicos" pois "desde que o oficial tenha apreciado bem a situação, deve traçar seu plano e tomar imediatamente sua decisão, pois a hesitação é pior do que a ignorância".

Os exemplos de decisões contrárias aos princípios clássicos, porém, tomadas por um Chefe que "apreciou bem", são numerosos e o mais expressivo é o da Batalha de Zama (202 AC) que permitiu a Cípião bater Anibal com sua tática peculiar".

"No centro, a Infantaria, nas alas, a Cavalaria. Os intrépidos CAVALEIROS nômidas desbarataram seus oponentes cartagineses que dão meia-volta e, uns perseguindo os outros, desaparecem no Horizonte. E o que Anibal previra. Ai já sua primeira linha, duas divisões, se põem em marcha cada qual para uma ala.

Elas vão desbordar as legiões e se fechar como os dois braços de uma tenaz. Cípião, porém, viu o movimento dessas massas de aço à retaguarda das linhas cartaginesas. A sacro-santa regra da tática romana exige que as retaguardas permaneçam firmes para parar qualquer penetração da frente; esta imobilidade pétrea, causou o desastre de Cannae.

Cípião não hesita. Ele mesmo desguarnece a sua retaguarda enviando elementos para a guarnecer as alas desprotegidas pela perseguição efetuada por sua fogaosa cavalaria. Assim que as divisões cartaginesas chegam, para efetuar o desbordamento, encontram um muro de aço e a batalha continua em duas linhas paralelas maiores do que as anteriores. Anibal caiu em sua própria armadilha. Quando a cavalaria nômida regressa de sua perseguição, cai na retaguarda dos cartagineses e a primeira derrota de Anibal se transforma em sua última batalha" (História do Mundo por Jean Duché, Tomo I Pág. 436).

Parece evidentemente paradoxal procurar motivar a "Mobilidade intelectual" necessária a um oficial do século XX com uma batalha que se desenrolou 200 AC e com os ensinamentos do General De Brack que datam de 1832.

As constantes intelectuais e morais são, a bem d'zer, as mesmas de hoje e é esta razão por que é necessário, periodicamente, esquecer os "procedimentos" da técnica militar de seu tempo para arejar o espirito. Disse Alain: "no fundo, os métodos de guerra não mudaram muito desde os tempos das Legiões Romanas. Cípião e Anibal são encontrados a cada passo"...

Convém, pois reler, de tempos em tempos, os clássicos da arte militar e particularmente "Postos Avançados da Cavalaria Ligeira" essa obra-prima do General De Brack, a meu ver, um verdadeiro catecismo do Chefe de qualquer graduação no campo de batalha de qualquer época. As prescrições do Regulamento e os dados técnicos não serão vistos, somente, sob a luz fria de um espirito científico, mas serão acrescidos do calor do fogo dos bivaques que darão vida, cor, relêvo, movimento e o "por que" da realidade.

REORGANIZAÇÃO DA CAVALARIA BRASILEIRA

Major Cav (QEME)
ZOLA POZZOBOM

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Muitas pessoas são levadas a julgar que o termo Cavalaria é derivado do cavalo, quando, na verdade, tal não se dá.

Com as desculpas daqueles companheiros que conhecem por demais o assunto, desejamos esclarecer que a palavra Cavalaria é de origem grega — kavas — e dá a idéia de situação acima de alguma coisa, estar montado e, assim, ter vantagem sobre os circunstantes. Daí, na guerra, quem estivesse “kavas” sobrepujaria seus adversários. Uma das maneiras de se alcançar tal desideratum era a de servir-se de um carro, uma torre ou montar naquele animal quadrúpede, herbívoro, forte, domesticável ágil, que ficou ligado a “kavas” e passou a ser chamado cavalo, por derivação e evolução.

Já nesta altura podemos tirar uma primeira conclusão: para avantar-se sobre o contendor, para estar “kavas” o cavalo era um meio, sem ser o único.

Através da História, serviram-se os guerreiros das qualidades do “nobre amigo” e, constituindo formações armadas mais ou menos compactas, lançavam-se sobre as linhas inimigas, rompendo-as, levando o adversário de roldão, perseguindo os remanescentes até ao extermínio. Outras vezes, na sorte adversa, os cavalarianos propiciavam o retraimento dos combatentes a pé, suportando o combate mais aceso, contendo o inimigo.

As missões da Cavalaria, através do tempo, foram se definindo e, para fazer face as diversas situações, mudanças foram introduzidas, quer nas formações, quer no equipamento e armamento do combatente, quer mesmo na indumentária e arreio do animal.

Vemos, então, a Cavalaria Medieval — “sublimada no ideal das Cruzadas, no culto quase místico da mulher” — apresentar-se tóda ajazada, ostentando vistosa armadura no conjunto cavalo-cavaleiro.

Para explorar a mobilidade que o cavalo propiciava e obter a ação de choque, foi surgindo a necessidade de se constituírem diversas organizações, caracterizadas por suas finalidades na batalha. Daí constituírem-se formações de Cavalaria Pesada e de Cavalaria Ligeira, as

primeiras destinadas à ruptura das linhas inimigas, as últimas mais aptas à manobra. Em França, eram os Couraceiros a Cavalaria Pesada e os Hussardos, a Cavalaria Ligeira.

Quando surgiu a arma de fogo no campo de batalha, deu-se aquilo que geralmente ocorre por ocasião do advento de um novo engenho de guerra: pensou-se que tudo até então alcançado em matéria de arte militar estava destinado ao esquecimento e que, portanto, seria necessário abandonar os conceitos e princípios vigentes. Não se pode negar que muita coisa foi profundamente alterada, diante da nova realidade. Entretanto, para aplicar-se o poder de fogo e obter-se vantagem sobre o inimigo, no momento e lugar desejados, era necessário manobrar. A manobra implicava em mobilidade. E a Cavalaria era essencialmente móvel.

Com o aperfeiçoamento da arma de fogo não se poderia mais pensar, é lógico, em decidir a sorte através das famosas e gloriosas cargas. O cavalariano foi também dotado de arma de fogo e passou a manobrar a cavalo e a combater a pé.

A Arma desfrutou, desde então, de uma potência de fogo relativa, a necessária para não comprometer uma de suas características principais — a mobilidade. Como mais veloz no campo de batalha, mostrava-se apta a desempenhar as missões de exploração, cobertura da mobilização e concentração dos exércitos; tamponava, com rapidez, as brechas feitas pelo inimigo nos dispositivos de defesa, aproveitava o êxito e perseguia o inimigo batido até a rendição. Dessa forma, atuava antes, durante e depois da batalha.

Com o surgimento do motor, novas dimensões foram dadas à mobilidade. Grandes espaços poderiam ser percorridos em poucos dias e mesmo em algumas horas.

Entretanto, continuavam os exércitos com a necessidade de dispor de um elemento especialmente apto e instruído para o desempenho de determinadas missões que a Cavalaria vinha cumprindo até então.

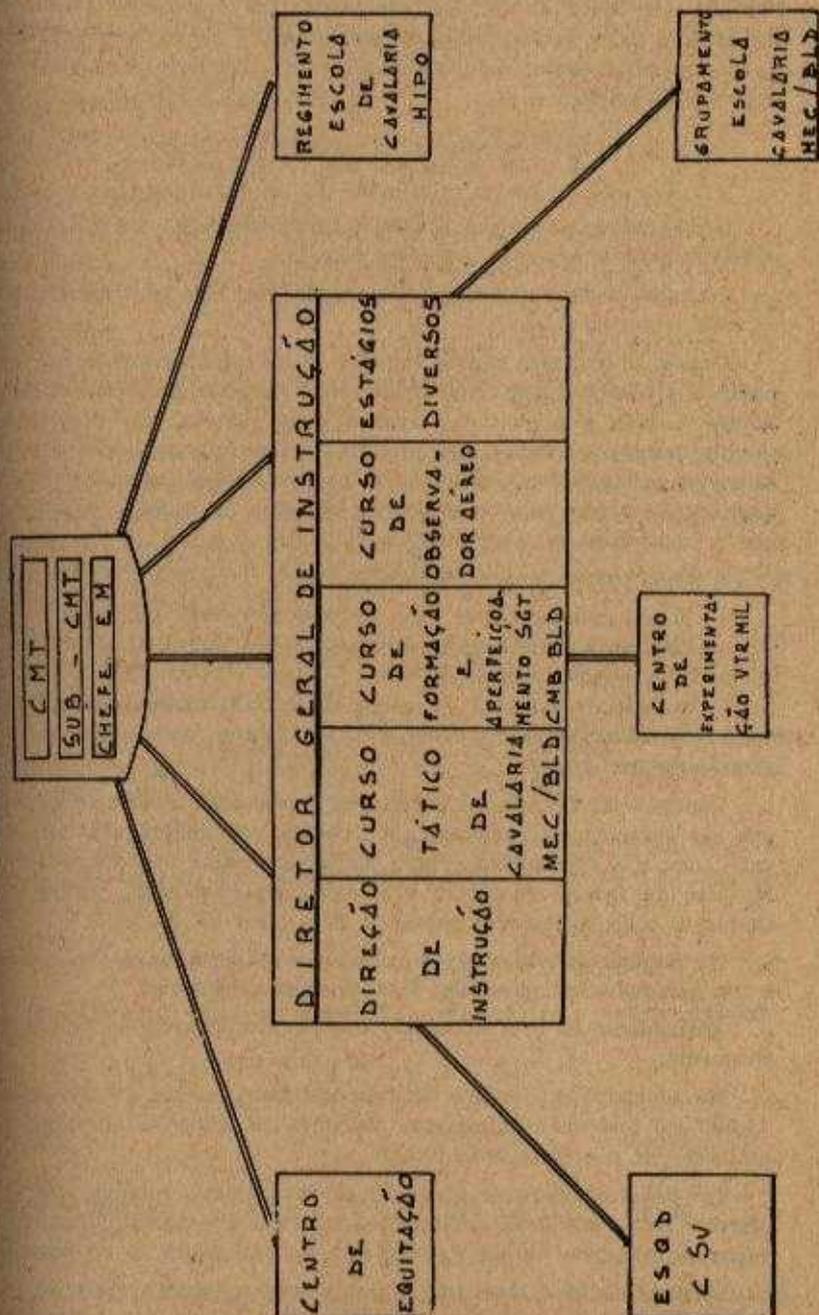
Qual a solução do problema?

Atribuir tal desempenho a outro elemento que, para isso, bastaria ser motorizado?

Não seria lógico e, se em parte o fizeram, a solução foi certamente responsável pela falta de reconhecimento e de informações, a perda de contato e o não acabamento da batalha em inúmeras oportunidades, especialmente durante a Segunda Guerra Mundial.

Diante da motorização, cumpriria à Arma, tradicional e precipuamente instruída e treinada para o desempenho de certas missões, antes, durante e depois dos grandes encontros bélicos, montar nos novos "corcéis" encerrados nas engrenagens dos motores — os HP — e, bebendo das "aguadas" extraídas do seio da terra — a gasolina e o óleo — lançar-se

ESCOLA DE CAVALARIA



para a frente, mais rápida que o conjunto dos exércitos e para estes atuando, em busca do inimigo, mantendo com êle o contato, determinando-lhe o valor, retardando-o, ocorrendo aqui e ali como reserva móvel e, no momento exato, indo ao encaço do adversário, extenuando-o e impondo-lhe rendição.

2. AS MISSÕES DA CAVALARIA

O manual de campanha C 2-15 — EMPREGO DA CAVALARIA — consigna para a Arma as seguintes missões:

Reconhecimento, segurança, intervenção na batalha, aproveitamento do êxito e perseguição.

Quanto a primeira dessas missões — o reconhecimento — a precisão e a continuidade constituem suas características de execução. Ênfase é dada à colaboração com os meios aéreos, que prolongam o reconhecimento terrestre. Em princípio, ao reconhecer, evita-se o combate (ver ser sem visto), sempre que possível. Nessa missão, a Cavalaria desempenha o papel de "olhos do Exército" e cabe muito bem dizer-se que o cavalariano tem o "olhar da águia".

A Arma proporciona Segurança:

- já ao reconhecer, por meio de informes sôbre o inimigo;
- durante a mobilização e a concentração, cobrindo a fronteira ou barrando as linhas de invasão;
- quando os exércitos se põem em marcha, assinalando a aproximação do adversário, retardando-o e, em certos casos, detendo a progressão de suas colunas.

Quanto à intervenção na batalha, se o caso é de ofensiva e as frentes não são contínuas, as unidades de Cavalaria são empregadas nos intervalos, nas alas descobertas e para manobrar contra os flancos inimigos. No caso de frentes contínuas e apoiadas em obstáculos, geralmente a Cavalaria constitui reserva móvel, à disposição do comando.

Na batalha defensiva, é incumbida de cobrir flancos, vigiar frentes e, em qualquer caso, preenche o papel de reserva móvel.

Em situação de bom êxito, não titubeia em aproveitá-lo, agindo ofensivamente.

Na adversidade, limita o sucesso do inimigo, cobre a nossa retirada, "solda" no terreno os elementos restantes no campo de batalha, esforçando-se por constituir nova linha.

No decorrer de uma ofensiva, ao revelar-se o inimigo incapaz de oferecer uma resistência organizada, apresenta-se a oportunidade de aproveitar a vantagem obtida e completar a desorganização do adversário.

A perseguição é desencadeada ao tentar o inimigo furtar-se à destruição, batendo em retirada. Esta é a ocasião em que a Cavalaria é

chamada a desempenhar seu papel tradicional e particularmente importante. As unidades da Arma estarão em toda a parte, não dando trégua, negando ao adversário o mínimo descanso, palmilhando qualquer terreno, fustigando flancos, batendo retaguardas, enfim, dando pleno acabamento à batalha.

Poderíamos fazer uma pergunta:

E apta a Cavalaria a cumprir todas essas missões?

A resposta cabível é de que deve sê-lo ou então não existir.

Para isso é necessário ser instruída, organizada e equipada racionalmente, o que vale dizer, adaptada ao ambiente operacional, aos meios em presença, ao progresso tecnológico e ao ritmo em que se ferem os combates.

3. ORGANIZAÇÃO ATUAL DA CAVALARIA BRASILEIRA

São as Divisões de Cavalaria (DC) as grandes unidades (GU) da Arma. Como sabemos, três delas estão situadas no Rio Grande do Sul e uma, no Mato Grosso. Além das GU, existem outras unidades da Arma. Os Esqd Rec das DI são de Cavalaria. Na Divisão Blindada (DB) o Regimento de Reconhecimento Mecanizado e os BCC compõem-se de oficiais e praças de Cavalaria.

Examinemos, agora, a nessa DC. Seu quadro de organização (QO) prevê como unidades de combate da Arma: 1 (um) R Rec Mec, 1 (um) R C Mtz e 3 (três) R C.

Com tal estrutura, pensou-se reunir, sob um único comando, unidades capazes de cumprirem, basicamente, missões de reconhecimento, cobertura e de combate em geral.

Baseados no T E 2 — 0 — 1, ECEME, 1962 — A Divisão de Cavalaria —, façamos um quadro comparativo entre os três tipos de unidades da DC, sob alguns aspectos:

UNIDADES	VELOCIDADE DE MARCHA	ETAPA DE MARCHA	OBSERVAÇÕES
	(Em estrada, de dia)	(Normal)	
R C Rec	30 km/h	300 km	Considerando
R C Mtz (GTM, GTMM)	24 km/h	240 km	10h de trabalho
R C	6 km/h	40 km	Em 24 horas

Por aí vemos que:

— O R Rec Mec tem uma velocidade de marcha 5 vezes superior à do R C e pode realizar etapa de marcha 7,5 vezes maior.

— R C Mtz (GTM, GTMM), em relação ao R C, avanta-se 4 vezes em velocidade de marcha e em etapa de marcha, 6 vezes.

Agora consideremos as mesmas unidades sob os aspectos *terreno e condições meteorológicas*.

As viaturas de que é dotado o R Rec Mec conferem-lhe grande adaptação a variados terrenos (fluidez). Entretanto, haverá algumas áreas que, se não impedirem de todo seu movimento, restringi-lo-ão de muito. Isso é mais verdade se aliarmos o terreno às condições meteorológicas.

O movimento do R C Mtz, do qual se poderá dizer apenas que é uma unidade motorizada, está limitado às rodovias.

O R C poderá marchar em estrada e através do campo, sob boas ou adversas condições de tempo, em terreno plano, acidentado, montuoso ou pior.

Por aí concluímos:

— Em tempo firme, terreno "médio", contando com estradas aceitáveis, o R Rec Mec poderá percorrer normalmente 300 km/dia (150 km se em missão de reconhecimento, a 10 horas de trabalho por dia); o R C Mtz, 240 km e o R C, apenas 40 km, como já vimos.

— Nesse caso, as unidades hipomóveis não acompanharão razoavelmente os elementos mecanizados e motorizados da DC; não se estará tirando todo o partido do terreno e condições meteorológicas favoráveis, pois os R C (Hipo) marcham a baixa velocidade.

Nas situações de tempo adverso, aliadas a terreno difícil e precariedade de estradas, o Cmt da DC poderá impulsionar seus elementos hipomóveis, mas ficará com seu R Rec Mec e R C Mtz ociosos, imobilizados ou, no mínimo, não aproveitará ao máximo suas características.

Assim, julgamos que:

— Não é econômica a atual organização da DC;

— o raio de ação do grosso da GU (3º R C) depende das possibilidades do cavalo — 40 km em etapa normal;

— a velocidade média de manobra depende da andadura do animal — 6 a 8 km/hora;

— é difícil o exercício de comando e a coordenação de unidades tão heterogêneas, organizadas em uma mesma GU, recomendando-se agrupar, em GU diferentes, unidades de manobra hipomóveis e moto-mecanizadas.

4. CAVALARIA E BLINDADOS

Como já vimos, no passado, estava reservada à Cavalaria Pesada a ruptura das linhas adversárias. O acabamento da batalha — aproveitamento do êxito e perseguição — era realizado por ela até ao fim ou continuado pela Cavalaria Ligeira, mais apta para a manobra.

Outrossim, dissemos, ao nos referirmos ao C 2 — 15 — Emprêgo da Cavalaria —, que a Arma desempenha seu papel tradicional e particularmente importante ao lançar-se para cumprir as missões que caracterizam o acabamento da batalha.

Agora, examinemos algumas das características dos Blindados:

Potência de fogo — Proteção blindada — Mobilidade — Ação de choque.

Qual dessas características não era própria da Cavalaria, no passado? Únicamente a potência de fogo e isso porque só havia arma branca.

A proteção blindada era garantida pela armadura; a mobilidade, pela pata do cavalo, o qual conduzia o cavaleiro armado ou tracionava o carro de guerra; a potência de choque baseava-se no emprêgo da massa.

Qual dos períodos abaixo expressa melhor a realidade:

"Os Blindados, dotados de potência de fogo, ação de choque... etc., têm as características da Cavalaria de ontem e a substituíram" ou

"Hoje, a Cavalaria, substituindo a armadura pela couraça, empregando o motor para garantir alta velocidade e lançando mão dos carros blindados e de combate para obter potência (ação) de choque, desempenha com pleno êxito aquelas mesmas missões que, no passado, cobriram-na de glória e que, hoje, abrem-lhe largo horizonte no campo de batalha moderno".

Evidentemente, o segundo período contém uma realidade insofismável!

Essa Cavalaria, assim dotada, é a Cavalaria Blindada.

Blindados não constituem Arma à parte.

Se na organização do exército germânico o foram, isso foi devido à indiferença e incompreensão dos cavalarianos da época, na Alemanha.

Não há motivo nem razões para se criar uma nova Arma a fim de que se realize aquilo que vem sendo cumprido, que é o próprio, peculiar, característico, tradicional e galhardamente desempenhado pela Cavalaria.

5. BASES PARA A REORGANIZAÇÃO DA ARMA

Após a aprecação que fizemos sobre a atual organização da DC; das considerações tecidas em torno da Cavalaria Blindada, é natural surgir uma pergunta:

Como, então, reorganizar a Cavalaria?

Eis aí uma questão importante que tem absorvido o nosso pensamento, exigido meditação profunda de tantos colegas de Arma, desejosos de sentirem um sadio e vigoroso sôpro de renovação, de escaparem ao irracismo e darem um sentido verdadeiramente operacional à Arma de Osório, de acôrdo com as exigências da guerra moderna, levando em conta os aspectos característicos das operações em áreas continentais, as reais possibilidades econômicas do País e outros fatores

Passaremos a examinar cada um desses fatores.

5.1 — A GUERRA MODERNA

Em linhas gerais, ao falarmos em guerra moderna, queremos nos referir aos seguintes conceitos:

- Guerra nuclear ou sob condições nucleares
- Guerra regular (convencional, com a ausência de meios nucleares)
- Guerra irregular (revolucionária, insurreccional, rebelião, etc).

Quanto ao primeiro tipo, não queremos nêle nos deter, uma vez que, ao encararmos a reestruturação da Cavalaria brasileira, situamos o problema no quadro de nosso Continente, especialmente em termos de T O Sul-Americano, em que se admite ser um tanto remota a possibilidade de os contendores possuírem engenhos nucleares ou virem a recebê-los em prazo curto.

A guerra regular envolve operações militares clássicas, exército contra exército, confronto de forças no campo de batalha, poder nacional ou coligações de países contra uma nação ou grupo de nações, nos moldes do que têm sido as guerras, particularmente as I e II Guerras Mundiais.

Nêsse tipo de conflito, temos de encarar a contribuição da técnica e da ciência no desenvolvimento do poder bélico: a aviação, os transportes motorizados e blindados, o armamento de todos os calibres e alcances, as bombas de alto explosivo, os anfíbios, os foguetes, o radar, os modernos meios de comunicações, etc.

A Cavalaria moderna tem de responder a essa enorme gama de exigências, com flexibilidade física e mental, dotada de enorme senso de realidade, adaptando-se aqui e ali, mas sempre colocando-se um passo à frente do conjunto!

Num conflito convencional, a Arma tem ampla oportunidade de desempenhar tôdas as missões para as quais ela está especialmente organizada, dotada e instruída. Uma coisa é absolutamente certa: a Cavalaria tem de ser a mais rápida no campo de batalha. Tão-somente a Aviação a precederá.

Quanto à Guerra Irregular, a flexibilidade e versatilidade da Arma responderão plenamente a êsse tipo de conflito insidioso, intensifican-

do-se, é claro, a instrução de combate às guerrilhas, incursões e outras desse gênero.

Guerrilheiros ou grupos armados subversivos terão nas unidades de Cavalaria Mecanizada um adversário "de respeito", que cairá "como um raio" sobre as áreas onde eles venham a se homiziar. Grande ênfase está sendo dada, presentemente, em Segurança de Área de Retaguarda, ao emprêgo da Cavalaria Mecanizada. Entretanto, se as condições atmosféricas adversas ou as mais duras características do terreno impedirem ou restringirem a atuação dos mecanizados, elementos hipomóveis desempenhar-se-ão com sucesso.

5.3 - ASPECTOS CARACTERÍSTICOS DAS OPERAÇÕES EM ÁREAS CONTINENTAIS

(Especialmente TO Sul-Americano)

Assinalamos aqui a influência do terreno e os meios em presença. No TE 100-15-1, ECEME, 1964, encontramos o seguinte:

"O terreno conduzirá às operações em grandes espaços, resultando em guerra de movimento a cavaleiro dos eixos, em zonas de ação largas e profundas, com flancos descobertos, com freqüente deficiência de informações;

— operações em terreno heterogêneo e acidentado, seja relativamente às linhas de água, seja ao relêvo, seja à vegetação, com grande ocorrência de obstáculos naturais, resultando em ritmo lento e faseamento (divisão em fases) curto das operações;

— operações em áreas pobremente humanizadas, carentes em vias de transporte, providas de poucos recursos locais, resultando em uma Logística peculiar, de fluxo nem sempre contínuo".

"Os prováveis meios em presença, em áreas continentais, darão ao combate características de operações com efetivos reduzidos e dispendo de limitados meios de apoio..."

O mesmo TE 100-15-1 ressalta aspectos da Amazônia, onde se prevêem largo emprêgo de operações anfíbias e do tipo "comando", e do Nordeste, área que apresenta facilidades ao emprêgo de elemetos blindados, em adequabilidade às ações de guerrilhas.

Quem fala em grandes espaços, guerra de movimento, zonas de ação largas e profundas, etc., é conduzido a pensar em termos de mobilidade e flexibilidade, que são características da Cavalaria. Aí a Arma sente-se à vontade, em seu "habitat".

Onde os efetivos são reduzidos, avanta-se aquela força que dispuser de maior capacidade de manobra. A Arma de Osório é essencialmente manobreira.

Deixando a Amazônia com os anfíbios e as operações tipo "comando", consideremos o Nordeste Brasileiro, que poderíamos assemelhar à

África do Norte (Tripolitânea, Líbia, Egito, etc). Com visão mais larga que a do marechal Graziani, comandante das tropas italianas na Líbia, em 1941, o qual, em relatório enviado ao E M do Duce, declarou que "a região não se presta às operações de mecanizados", pensemos nas façanhas de Rommel e Montgomery, ao voltarmos agora o olhar para o estirão do Nordeste, onde, e já nos referimos, a área facilita o emprêgo de mecanizados e blindados.

5.3 — AS REAIS POSSIBILIDADES DO PAIS

Considerações iniciais

Antes de apreciá-los, perguntemo-nos:

O que representa o Brasil? Apenas um país sul-americano em desenvolvimento, com 8,5 milhões de Km²? Qual seu papel no mundo e no Ocidente?

Para não nos estendermos muito, consideremos apenas que êsse país é um gigante; suas costas alongam-se por 9000 Km; as fronteiras terrestres alcançam a 16.423 Km; possui duas grandes áreas-problema — Amazônia e Nordeste; apresenta grandes contrastes regionais, metrópoles de 4 e 5 milhões de habitantes e vilas acanhadas e isoladas nos confins do interior; seus 80 milhões de almas, irregularmente distribuídas, beirarão os 100 milhões em 1975 e continuarão mal distribuídas; povo que implanta uma indústria automobilística, a qual, em 8 anos, alcançou o 9º lugar em produção no Globo, alinhando-se a velhos países industriais; que, em poucos anos, passou da fabricação de aparelhos eletrodomésticos a máquinas de fazer máquinas, locomotivas e navios e, em breve, implantará a grande indústria aeronáutica; país cujo adiantamento técnico, poderá torná-la capaz de produzir armas nucleares num prazo de poucos anos, conforme relatório da ONU; que muda a sede do Governo em ritmo acelerado, rasga estradas no interior, cuja extensão daria para atravessar a Europa. O que já estaria resolvido numa Alemanha, numa França, demanda muito mais tempo, muito mais trabalho aqui, pois equivalemos, em extensão, a várias Suécias e Françaes, dezenas de Holandas e Bélgicaes, dúzias de Inglaterraes.

Apesar de seus contrastes, não se pode negar que o Brasil é um país destinado a desempenhar papel saliente nas grandes questões do mundo. Se hoje estão em pauta os Estados Unidos, o Reino Unido, URSS, França, China, amanhã, queiram ou não, a voz do Brasil será ouvida com mais ressonância; a Nação, através de seus delegados, assentará-se à mesa das conferências internacionais, com grande poder de decisão.

Temos fraquezas, mas também possuímos riquezas e um potencial imenso que já começa a ser explorado. Nós acreditamos no Brasil de amanhã, porque cremos no Brasil de hoje, que encara seus problemas de frente, a despeito das "pressões" de todo o tipo e dos "aleijões" filosóficos que, vindos da outra face da Terra, tentam invadir a mente de tantos compatriotas desavisados.

5.3.1 — A INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA

Segundo fontes fidedignas, o total da produção de veículos no Brasil, a partir de 1957 até Outubro de 1964, foi de 1.017.674. Isso representa mais do que tudo quanto o país conseguiu reunir, através da importação, desde que os primeiros automóveis começaram a circular em nossa terra.

Segundo os mais recentes dados sobre veículos motorizados na América Latina, até 31 de dezembro de 1964, o Brasil possuía a maior frota latino-americana: um milhão e seicentas mil unidades, representando 27% do total dos vinte e um países que compõem as nações ao sul do Rio Grande (México). Incluindo as fábricas de tratores, temos dezesseis empresas produzindo veículos no País.

5.3.2 — O PETRÓLEO

A nossa produção atual de petróleo ainda não atende à demanda sempre crescente, o que nos obriga, por enquanto, a continuarmos na importação de óleo do estrangeiro.

A Petrobrás, pedra angular da economia brasileira, com a aquisição de novas sondas e intensificação da pesquisa, descobriu recentemente novos campos petrolíferos na Bahia, Sergipe e Maranhão. Com isso, nossas reservas passaram à casa dos 520 milhões de metros cúbicos, colocando o País em 2º lugar entre as reservas das nações produtoras de petróleo na América Latina: a Venezuela ocupa o 1º posto (2.672 milhões de m³) e o México em 3º lugar, com 390 milhões.

Em Barreirinhas, Maranhão, abriram-se novas perspectivas para o petróleo brasileiro e, ultimamente, no Espírito Santo.

Nessas condições, prosseguindo a empresa estatal em seus patrióticos esforços, o Brasil poderá se tornar, dentro em breve, auto-suficiente em petróleo e derivados.

Suponhamos que nosso País não consiga, num prazo razoável, se tornar auto-suficiente em petróleo e tenha de continuar dependendo da importação desse produto. Nessas circunstâncias e em caso de guerra ao T.O. Continental, acreditamos que nenhum provável adversário tenha condições de bloquear nossas costas marítimas e impedir-nos de recebermos o combustível desejado.

5.3.3 — VIAS DE TRANSPORTE

Uma vez que a massa de nossas unidades da Cavalaria está concentrada no Sul (Rio Grande) e Centro-Oeste (Mato Grosso), as considerações que aqui apresentamos restringir-se-ão à bacia do Prata, em nosso País, particularmente.

Sabemos que o rio Paraná comporta navegação fluvial até Porto Mendes. O trecho entre Guaira e Urubupungá é freqüentado por algu-

mas linhas. O rio Paraguai só é explorado até Cáceres. O Uruguai não apresenta boas possibilidades de navegação.

Aqui ficaremos em hidrografia, uma vez que o papel que os rios desempenhariam em face do problema em pauta, a nosso ver, seria o de complementação de transportes para fins de apoio logístico.

Das ferrovias, interessam-nos a Noroeste do Brasil (—12), que liga Santos a Corumbá; a São Paulo-Guaira (T-14, T-15 — incompleta); a Paranaguá-Foz do Iguassu (T-17, também incompleta), ligando-se ao sistema paraguaio, através da ponte Presidente Stroessner; o Tronco Sul (TS, em construção); a longitudinal Rio-São Paulo — RG do Sul (T-16). Neste último Estado, não deixaremos de mencionar as ferrovias Pôrto Alegre — Dilermano de Aguiar — S. Borja (T-18); Pelotas-Cacequi-Uruguiana (T-19); Dilermano de Aguiar-Cacequi — Livramento (T-16) e mais as ligações L-35 (em construção) e L-36, L-37, L-39, L-40 e L-41. Devido às melhorias introduzidas nos leitos das estradas de ferro, maiores cargas, a velocidades mais elevadas correm de Pôrto Alegre para Uruguiana e Livramento e de Cacequi a Pelotas.

A maioria das locomotivas da Rede Ferroviária Federal, no Centro Sul e Centro-Oeste, é movida a motor Diesel.

ANO	LENHA (milhares de m3)	CARVAO (toneladas)	ÓLEO DIESEL (toneladas)
1955	6.343	771.697	59.306
1956	6.303	759.545	61.940
1957	5.729	725.400	71.455
1958	5.419	561.719	94.714
1959	3.492	445.660	125.771
1960	3.200	349.643	127.814
1961	2.108	297.861	143.344
1962	1.052	190.810	197.927
1963	755	134.650	179.592
1964	568	98.831	179.088

"DIESELIZAÇÃO"

Entre as rodovias, destacamos: A BR-364, ligando Limeira (SP) a Pôrto Velho (Rondônia), ao norte da área; a combinação das BR 374, 267, 163 e 262, ligando S. Paulo a Corumbá ou a Pôrto Murtinho; a BR-77 (Paranaguá — Curitiba — Foz do Iguacu), tôdas elas transversais.

Como longitudinais surgem a BR-110, ligando o Sul do País com o Rio de Janeiro, pavimentada; as BR-153, 158 e 163, com trechos prontos, em construção ou projetados.

Complementando o quadro rodoviário em grandes linhas aqui tratado, citaremos ainda o eixo Ponta-Porã — Campo Grande, no Mato Grosso, as BR-290 e 293 (ex-BR-37 e 38) no Rio Grande do Sul. Essas duas últimas rodovias têm papel muito importante, colocando em contato a fronteira Oeste com a capital e o litoral gaúchos.

As estradas estaduais, particularmente em S. Paulo e Rio Grande, complementam o panorama rodoviário.

Sem falar em S. Paulo que, comparativamente ao restante do País, é "um mar de cidades ligadas por um emaranhado de estradas", podemos acrescentar que, no Rio Grande do Sul, hoje em dia, existem linhas de ônibus em todos os quadrantes do Estado, pondo em contato a capital com as cidades mais afastadas. Os fazendeiros ou estancieiros, além do "teco-teco", deslocam-se em "jeeps", "pick-ups", "kombis" e "rurais", que são vistas cruzarem "brêtes" e "rincões", no verão cobertas de poeira; no inverno, sujas de lama, mas para isso existem os postos de lavagem e lubrificação!

Quanto aos transportes aéreos, eles têm apresentado grande desenvolvimento em nosso País, nos últimos anos. Apesar dos custos que o avião representa, não poderemos limitar seu emprêgo, dada a extensão imensa do território continental brasileiro. Basta dizer que, até hoje, há regiões na Amazônia que se ligam com o restante do Brasil unicamente por via aérea e só isso justificaria, ao se implantar a grande indústria aeronáutica, a previsão de uma linha de construção de hidroaviões.

Sem falar na eficiência da Varig, Vasp, Cruzeiro do Sul, etc., que mantém linhas de navegação aérea em todo o País e no exterior, consignamos a enorme difusão de "taxi-aéreo". No Rio Grande do Sul, é comum encontrarem-se campos de pouso, especialmente na região da Campanha e Missões, sem mencionar aeroportos e aeroclubes.

Quando estivemos em Campo Grande e Corumbá (MT), impressionamo-nos com o largo emprêgo de aviões de pequeno porte de que se valem os fazendeiros para se ligarem com seus estabelecimentos.

Podemos dizer que a implantação da grande indústria aeronáutica é uma imposição do Continente Brasileiro!

5.3.4 — A ENGENHARIA MILITAR E AS VIAS DE TRANSPORTE

O estabelecimento e a manutenção em condições de trânsito das vias de transporte é uma das maiores e mais permanentes responsabilidades de todos os escalões da Engenharia Militar.

No T O Continental, em que ressaltam, entre outras características, a escassez dos meios postos em presença, a preponderância da manobra sobre o fogo, o desenvolvimento das ações ao longo dos eixos, acreditamos que a maior parte dos trabalhos técnicos a cargo da Engenharia

reçará sobre as estradas e as pontes, no afã de manter a continuidade e a velocidade do movimento.

Os QOD dos BE Cmb/DI incluem moto-niveladoras, tratores, etc., entre outros equipamentos. Há previsão para se elevar o Pelotão de Pontes a Companhia de Pontes, dando assim maior possibilidade na transposição de cursos de água e de pequenas brechas. A companhia terá 164 m de ponte, classe 60 Ton e 6 pontes-tesoura para pequenas brechas, também classe 60 Ton, com 18 m de comprimento cada uma.

A Engenharia Militar já construiu, em todos os recantos do País, 1.585 km de ferrovias e 3.214 km de rodovias, cooperando sobremaneira para a unidade nacional.

Em caso de guerra, nossa Engenharia, adestrada desde o tempo de paz, saberá desempenhar-se à altura. Nem poderia portar-se de outra maneira: haja visto o que realizaram nossos homens no Paraguai, para que Caxias pudesse executar a planejada marcha pelo Chaco, à margem direita do rio Paraguai, a fim de tomar pela retaguarda o sistema fortificado do Piquiciri. Em 22 dias, com os poucos recursos da época, foram construídas duas léguas de estrada estivada sobre o pântano, com troncos de palmeiras. Por ela transitou o 2º Corpo de Exército que, transpondo novamente o rio, desembarcou em Santo Antonio.

5.4 — OUTRAS RAZÕES

A esta altura, em nosso trabalho, ao folhearmos o TE 2-0-1, ECEME, 1962 — A Divisão de Cavalaria, verificamos que, em seu artigo II — Bases para a Organização da Arma, constam vários fatores que, por coincidência, já foram tratados aqui e outros que julgamos interessante abordar. Ei-los:

5.4.1 — REFLEXOS DOS COSTUMES E "MODUS VIVENDI", ESPECIALMENTE NO DO PAIS

Fruto da maneira de encarar a situação, da premência do tempo, dos meios disponíveis, do ambiente, etc., os exemplos que se seguem são sintomáticos.

5.4.1.1 — A CRISE POLITICO-MILITAR DE 1961

Quando o presidente Jânio Quadros renunciou ao governo da República, em 25 de agosto de 1961, Dia do Saldado, deixando atônitos os milhões de brasileiros que o sufragaram nas urnas, os que nele não votaram e o mundo inteiro, desencadeou-se uma crise em nosso País, que colocou as forças políticas e militares em dois campos opostos, como sabemos. Felizmente, a fórmula encontrada para a crise — o Parlamentarismo — evitou o derramamento do sangue de irmãos.

Nós estávamos, por essa época, servindo em uma unidade de Cavalaria no Rio Grande do Sul. Recebemos ordem da DC para ficarmos em condições de marchar, mediante a requisição de viaturas civis. Foi

estabelecido o controle sobre os estoques de combustíveis da cidade. Os postos só podiam vender gasolina mediante autorização do Exército. Como não recebemos instruções sobre o destino a dar à cavalaria do Regimento, deduzimos que os animais deveriam ser recolhidos a algum campo (a unidade não possuía internada própria).

Na 1ª DC foi organizado um GT, constituído pelo 4º RC e 2º GA 75 Cav, o qual se deslocou até Marcelino Ramos, na divisa do Rio Grande com Santa Catarina, inclusive com elementos do QG, Comunicações e Saúde, em seis composições ferroviárias. Os cavalos das unidades hipomóveis permaneceram em suas sedes.

5.4.1.2 — A REVOLUÇÃO DE 31 DE MARÇO DE 1964

Soubemos por informações de colegas e as notícias de jornais do Sul, o confirmaram, que várias unidades de Cavalaria requisitaram viaturas civis e deixaram suas sedes, executando ordens superiores, durante o movimento revolucionário.

Em Uruguiana, as unidades da Guarnição foram motorizadas, tendo o próprio QG completado sua DO com viaturas civis.

5.4.1.3 — O CORONEL CARDIM E AS ESCARAMUÇAS NO SUL

Todos guardam na memória as escaramuças do coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório e seu grupo de "guerrilheiros" no mês de março de 1965. Os revoltosos percorreram, em viaturas automóveis, grande extensão de território, desde Três Passos, no R G do Sul, cruzando por São Miguel d'Oeste, Barracão, Capanema, Aparecida, até Leônidas Marques, no Paraná, localidades servidas por estradas bastante secundárias. Graças à rapidez dos transportes aéreos e motorizados de tropas do Exército, o movimento, em questão de apenas dois dias, foi sufocado. Pouco depois, o Ministro da Guerra anunciava o término das operações contra os guerrilheiros.

5.4.1.4 — AS MISSÕES DE REPRESSÃO AO CONTRABANDO

Há poucos anos atrás, estávamos servindo em uma unidade da fronteira gaúcha, quando recebemos a missão de reprimir o contrabando que se fazia entre o Brasil e o Uruguai.

Para cumprir a missão, foram estabelecidos mais de dez postos de vigilância, bem como patrulhamento, na zona de ação que nos coube. Homens e material foram conduzidos em viaturas, a distâncias apreciáveis, até as regiões de passagem obrigatórias, bifurcações, etc. Os suprimentos e a substituição do pessoal foram feitos, de igual forma, por meio de viaturas motorizadas. Cogitamos em mandar os homens a cavalo. Entretanto, isso prejudicaria a mobilidade, face aos contrabandistas "motorizados" (e "aéreos", com largo emprego de "feco-tecos", o que pudemos verificar, outrossim, na fronteira com a Bolívia) e implicaria em cuidados com os animais, transporte de forragem e outras servidões. Apelamos, pois, para as velhas e valentes "dodges".

Houve, na verdade, algum desgaste do material moto, a maioria com vinte anos de uso. Entretanto, é forçoso acrescentar que as estradas municipais percorridas, na parte da fronteira que nos coube vigiar, são as piores do Rio Grande do Sul, verdadeiros "bretes" ou "corredores" como são conhecidas, onde não se faz, há décadas, qualquer trabalho de conservação. Assim mesmo, as viaturas rodaram e a missão foi cumprida.

Podemos concluir, pois:

Os costumes e o "modus-vivendi" das populações de certas áreas constituíram condicionantes para o emprêgo de Forças Militares, conduzindo-as, de alguma maneira, a lançarem mãos de meios de transporte em adequação com o uso reinante no meio civil e com o fim de propiciar apreciável mobilidade, que tanto os meios como a maioria das estradas propiciaram.

5.4.2 — ORGANIZAÇÃO DAS FORÇAS DOS PAISES VIZINHOS

Há alguns anos, realizou-se na sede de certa unidade do exército de uma república vizinha uma solenidade que incluiu, em seu programa, concurso hípico internacional, desfile militar, recepção social, etc. Autoridades civis, militares e eclesiásticas brasileiras foram convidadas para a festa castrense: o exército do país vizinho transformava, sob comemoração, várias de suas unidades hipomóveis em unidades motorizadas e mecanizadas.

Acreditamos que "êles", ao porem em execução tal medida, tenham levado em conta as condições econômicas de seu país, que não são melhores que as nossas!

Ao pensarmos em reorganizar a Cavalaria, não podemos deixar de lado fatos como êsse.

6. SUGESTÕES PARA A REORGANIZAÇÃO DA ARMA DE CAVALARIA

Apontadas as bases para a reorganização, vejamos agora algumas idéias de como realizá-la.

Ei-las:

- a — Constituir Grandes Unidades homogêneas
- b — Mecanizar planejada e progressivamente
- c — Destinar G U mecanizadas e blindadas para regiões do País adequadas a seu emprêgo ou próximas a tais regiões
- d — Transformar a atual D B em Bda C Bld (Brigada de Cavalaria Blindada)
- e — Mecanizar o 1º/20º R C, com vistas à formação do Regimento de Cavalaria Mecanizado da 3ª D I, que já conta com o 3º Esqd C Mec, em Santa Maria.

f — Criar a Escola de Cavalaria

g — Manter unidades hipomóveis onde for recomendável sua utilização e até que *novas condições indiquem o contrário*.

h — Elevar os Esqd C Mec das D I a Regimentos de Cavalaria Mecanizados.

Quanto à letra "a", pelas razões já expostas, entendemos que as atuais D C, em vista principalmente de sua heterogeneidade, devem ser desmembradas e reorganizadas. Dessa forma, constituir-se-iam G U de dois tipos:

— Brigadas de Cavalaria Mecanizadas

— Brigadas de Cavalaria Blindadas

Aqui vamos abrir um parêntesis e tecer algumas considerações.

A ECEME, desde 1965, vem estudando três tipos de Bda Cav, dois dos quais foram citados acima e mais a Bda C Hipo. Inúmeros exercícios na carta e alguns de quadros, no terreno, já foram realizados, tendo em vista testar tais organizações. A próxima etapa seria o teste com tropa.

A Bda C Mec foi concebida tendo em vista, basicamente, o reconhecimento e a segurança em proveito dos grandes escalões (C Ex, Ex, FTTO), podendo operar como unidade de economia de força ou realizar a ação retardadora e o aproveitamento do êxito, desde que reforçada.

A Bda C Bld foi idealizada para a realização de ações que requeiram grande mobilidade, potência de fogo e ação de choque, como:

— operações ofensivas, particularmente o aproveitamento do êxito e a perseguição;

— operações defensivas, em que se destaca a ação retardadora.

Outrossim, constitui uma reserva do escalão superior.

Ainda pensou a ECEME, ao organizar a Bda C Hipo, em fazer com que o Exército disponha de um elemento capaz de operar em proveito de um grupamento de forças de mobilidade, no máximo, igual a sua e em regiões precariamente dotadas de recursos. Nessas condições, a Bda C Hipo poderia executar o reconhecimento e a segurança, operar como unidade de economia de força, realizar ligações de combate, dar combate a guerrilheiros, etc.

Como defesa da manutenção de elementos hipomóveis no escalão brigada poderíamos dizer que a União Soviética, após o término da 2ª Guerra Mundial (1945), ao reorganizar suas Forças Armadas, manteve G U hipomóveis onde as condições climáticas e de terreno (Cáucaso, Turquestão, Extremo Oriente) favoreciam seu emprêgo.

Ao levantar-se a questão da permanência atual de G U Hipo, está presente a idéia de elas constituírem organizações em transição para estruturas mais modernas, de maior eficiência operacional, num "crescendum" que acompanhe a evolução do País como um todo.

Pois bem. Nossa opinião é de que a transição já devia ter-se dado.

A nova G U proposta (Bda C Hipo) prevê 3 a 4 R C (Hipo), dos quais os Esqd C Sv são quase inteiramente motorizados. As demais unidades — Esqd Cmdo da Bda, 2 Grupos Can 75 AR, 1 Grupo Can AA 40 AP, 1 Batalhão de Engenharia, 1 Grupamento Logístico com: Pel Cmdo, Cia Adm, Cia Mnt, Cia de Saúde, Cia Sup Trnp e Esqd Vet também o são. Isso tudo representa da ordem de 320 oficiais, 5500 praças a serem transportadas e a utilizarem 2413 cavalos, 782 viaturas e 479 reboques. Somente uns poucos elementos dos Esqd C Sv e os Esqd Fzo dos RC são hipomóveis. Achamos que tão reduzidos elementos não justificam tamanha estrutura de apoio motorizado!

Experiências como a da Bda C Hipo seriam plausíveis na década de 1940. Em termos de G U, achamos que a Cavalaria deve partir para a motorização e mecanização totais.

Tal pretensão é o mínimo que se pode exigir para a Arma da Segurança e do Reconhecimento se pensarmos que ela, em outros países, já alcançou os ares.

A Bda C Mec do Exército dos EUA (Armored Cavalry Regiment) possui, além de 1 Esqd C Sv e 3 R C Mec, 1 Esqd de Cavalaria Aérea, com:

- 1 Pel de exploradores aéreos
- 1 Pel de fuzileiros aéreos
- 1 Sec de petrechos aéreos.

Cada RC Mec (Squadron) está dotado, além de seus 3 Esqd C Mec (Troop), de 1 Sec de Vigilância Terrestre (radares) e 1 Sec de Aviação (4 helicópteros), ambos pertencentes ao Esqd C Sv.

Dessa forma, a Bda tem capacidade de executar o reconhecimento com meios terrestres e aéreos em larga frente e grande profundidade; prover vigilância por meios eletrônicos; fornecer escolta aérea armada para operações aeromóveis e mesmo realizar tais operações em certa escala, etc.

Enquanto não dispusermos da Aviação de Exército, as Bda Cav poderão ser apoiadas pelas E L O (Esquadrilha de Ligação e Observação) da FAB.

Da leitura do livro do general Moshé Dayan — A Guerra do Sinai (1956) —, retiramos dados interessantes sobre movimentos motorizados. A 9ª Bda, cuja missão era a conquista de Sharm El Sheik, na península do Sinai, realizou uma marcha de 185 milhas, através de território inimigo. Era um comboio de 200 viaturas, 1800 homens, compreendendo: 2 Bl, 1 Bia Art, 1 Btl Mrt P, 1 unidade de reconhecimento, 1 grupo Can AA, destacamentos de engenharia, manutenção e saúde. Dispunha de Sup Cl I para 5 dias, de Cl III para 375 milhas e água transportada em 18 cisternas (5 litros diários por homem e 4 litros por viatura, pelo período de 5 dias).

Em um trecho de 15 Km a trilha de marcha apresentava areias profundas, as quais, com exceção dos veículos de meia lagarta, nenhuma

viatura poderia atravessar sem ser rebocada. Os canhões de campanha afundavam na areia até o eixo. Os pneus das viaturas sobre rodas tinham de ser quase totalmente esvaziados para "agarrarem" melhor. A velocidade média do comboio, de Ein Furtaga até a próxima parada, foi de 4 Km/h e isso com extremos esforços, empurrando ou rebocando viaturas, tanto à mão como mediante a ajuda das viaturas de meia lagarta. Oito veículos foram abandonados. Porém, a Bda cumpriu a missão, conquistando Sharm El Sheik.

Outro caso é o da atuação da 202ª Bda Pqdt, na direção Hatzeava — Nakhl — Mitla (eixo central, no Sinai). Dos 13 carros de combate de que dispunha a Bda, somente 3 chegaram a tempo de participarem do assalto. Desses 3, um capotou, de forma que unicamente 2 conseguiram tomar parte na batalha. A Bda completa tinha 2500 homens. Foram-lhe prometidos 153 caminhões 6/6. Um dia antes do ataque, a Bda teve notificação de que só receberia 90 caminhões. Acabou entretanto em ação com 46. A certa altura, M. Dayan diz: "...No momento, cerca de 2/3 dos caminhões da Bda estão enterrados ao longo da rota, mas espero que a maioria deles seja rebocada e tornada utilizável rapidamente..."

A Bda cumpriu sua missão!

* * *

Há uma tendência de se esperar que 100% das viaturas de um comboio cheguem ao final das marchas. Quanto melhor a manutenção e mais habilitados forem os motoristas, mais nos aproximaremos desse ideal. Mas, provavelmente, isso unicamente acontece em muito boas estradas, mormente se pensarmos nas áreas operacionais sul-americanas. E a guerra não é conduzida somente sobre as boas estradas!

* * *

Quanto à letra b — Mecanizar planejada e progressivamente —, vemos a questão da seguinte maneira:

1 — Necessidade de se nomear uma Comissão para Motomecanização do Exército, que buscaria, primordialmente:

— Fazer o levantamento do material aproveitável e recuperável das seguintes unidades: 1º, 2º e 3º R Rec Mec; Esqd Es Rec Mec; 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º Esqd Rec Mec/DI e 1º/4º R Rec Mec; 1º, 2º e 3º BCCL; 1º, 2º e 3º BCC/DB; 1º e 2º BIB/DB; 1º, 2º e 3º R C Mtz e 1º/4º RC Mtz.

— Promover a projeção, construção e experimentação de protótipos nacionais de carros de combate e carros blindados, valendo-se de trabalhos já realizados por oficiais do Curso de Automóvel do Instituto Militar de Engenharia (IME) e em ligação com representantes da Indústria Automobilística Nacional.

— Redistribuir o material motomecanizado "levantado" e considerado capaz de prestar serviço, de conformidade com novas dotações orgânicas a serem confeccionadas.

— Distribuir entre as Bda C Mec e Bda C Bld, os CC, carros blindados, viaturas sobre rodas, à medida em que forem entregues pela indústria nacional, à base de subunidades no mínimo, tendo em vista evitar a pulverização do material e de modo a substituir o que fôr se tornando inaproveitável.

2 — Aproveitamento das unidades de reconhecimento mecanizado, sediadas no Rio Grande do Sul (1º, 2º e 3º R Rec Mec), dos 2º e 3º BCCL (de Santo Ângelo e Santa Maria, respectivamente) e do 1º BCCL (Campinas, SP), bem como dos 1º, 2º e 3º RC Mtz (Santa Rosa, Rosário do Sul e S Gabriel, RS), para organizar duas Brigadas de Cavalaria Mecanizada, à base de:

— 2 RC Mec (com 1 Esqd C Sv e 3 Esqd C Mec cada)

— 1 RC Bld (Regimento de Cavalaria Blindada), com 1 Esqd C Sv, Esqd Fzo Bld e 2 Esqd CC.

São as Bda Mec preconizadas pela ECEME.

3 — As feltas em CC e carros blindados, até que a produção nacional as possa cobrir, poderão ser contornadas, mediante o emprêgo de viaturas comuns sobre rodas, tendo em vista manter ininterrupta a instrução e o adiestramento da tropa, bem como o espírito de "dinamização" da Arma.

Com referência à letra "e" desde logo excluimos a Amazônia, dadas as características da área. Voltamos nosso pensamento para o Rio Grande do Sul e Nordeste Brasileiro como regiões adequadas para sedes de tais GU.

Com respeito à letra "d" — Transformar a atual DB em Bda Bld —, o escalão brigada se coaduna mais com nossas reais possibilidades econômicas. Tal escalão ensejará uma redistribuição do material, melhor manutenção e maior capacidade operacional.

Sobre a letra "e" — Mecanizar o 1º/2º RC... —, não vemos necessidade de comentários.

Com referência à letra "f" — Criar a Escola de Cavalaria —, apresentamos as seguintes idéias:

Finalidade: — Propiciar a realização de exercícios táticos e demonstrações, tendo em vista o aperfeiçoamento dos capitães de Cavalaria chamados a frequentar a Es A O.

— Manter em funcionamento os seguintes cursos:

— Curso tático de Cavalaria Mecanizada/Blindada, para o 1º Ten da Arma, tendo em vista desenvolver o espírito da Cavalaria Mec/Bld

e torná-los especialmente aptos ao comando de Esqd C Mec, C Bld (CC) e de Fzo Bld.

Tal curso seria complementado com um estágio na Escola de Material Bélico, tendo em vista a aquisição de determinada habilitação técnica.

— Curso de Formação de sargentos Cav-Combatente Blindado, (3º Sgl) e o respectivo aperfeiçoamento (CAS Bld).

— Curso de Equitação para oficiais e sargentos de Cavalaria.

— Curso de Observador Aéreo.

— Servir de "laboratório" para a experimentação de protótipos de viaturas "qualquer terreno", CC e C Bld, no tocante ao seu comportamento operacional.

— Propiciar estágio de instrução de Cavalaria Mecanizada e Blindada para alunos de CPOR.

— Editar periodicamente um boletim de informações, tipo revista (lembrar o Cavalry Journal, do Exército dos EUA), a ser difundido entre os oficiais da Arma, com o objetivo de ampliar sua cultura militar e mantê-los informados da evolução e das novas tendências da Cavalaria, tanto no Brasil, como nos exércitos estrangeiros.

Organização: No organograma, apresentamos uma idéia de como visualizamos sua organização.

1) O diretor geral de instrução confecciona as "Diretrizes anuais de instrução", que, aprovadas pelo Cmt, servirão de base para confecção dos diversos "planos anuais de instrução".

2) Os chefes de cursos e estágios, os Cmt do Centro de Equitação, do Regimento de Cavalaria Hipo e do Grupamento de Cavalaria Mecanizada-Blindada, baseados nas citadas diretrizes, organizam os planos de instrução anuais ou periódicos, os quais, aprovados pelo Cmt da Escola, serão postos em execução.

3) Os oficiais e praças do Centro de Experimentação para Viaturas Militares poderão ser também instrutores, sem prejuízo de suas funções específicas.

Quanto à letra g — Manter unidades hipomóveis onde for recomendável sua utilização e até que novas condições indiquem o contrário —, o Centro-Oeste brasileiro, onde está situada a maioria das unidades da atual 4ª DC, em virtude, principalmente, da precariedade das vias de transporte que ainda caracteriza aquela região, poderia continuar com algumas de tais unidades (Hipo). Apontamos também a região oeste de S. Catarina e Paraná.

Com referência à letra h, podemos dizer que a elevação do Esqd C Mec/DI ao nível RC Mec surge da necessidade de se dotarem as DI de meios adequados de reconhecimento e segurança, para o que o Esqd C Mec é limitado, mormente se considerarmos os largos espaços que caracterizam nosso TO Continental.

7 — PALAVRAS FINAIS

Se, em alguma coisa, este trabalho contribuir para tornar a Cavalaria Brasileira apta a cumprir sua missão, sentir-nos-emos imensamente recompensados, mesmo que um só pensamento seja aproveitado.

Temos a crença de que a corrente de idéias arejadas que enche a mente, e o entusiasmo que embala o peito de tantos companheiros da Arma e que animou a equipe de instrutores da ECEME venham a dar seus frutos.

Oxalá possamos nós ainda servir, enquanto a velhice não chega, no seio de uma Cavalaria renovada pela vontade e ardor do espírito jovem de seus quadros!

BIBLIOGRAFIA

- 1) TE 2 — 0 — 1 — ECEME — 1962 — A Divisão de Cavalaria
- 2) TE 100 — 15 — 1 — ECEME — 1964 — Operações de Grandes Comandos das Forças Terrestres Brasileiras em Teatro de Operações Continental
- 3) TE 2 — 0 — 2 — ECEME — 1965 — Quadro de Organização e Dotação (QOD) das Brigadas de Cavalaria
- 4) C 2 — 15 — Emprêgo da Cavalaria
- 5) C 100 — 15 — Manual de Campanha (Anteprojeto) — Operações — ECEME 1959
- 6) L'École D'Application de L'Arme Blindé et de la Cavalerie — Saumur — France
- 7) Arrancada para a Vitória — ao Cel Robert S. Allen (Exército dos EUA)
- 8) A Guerra do Sinai — General Moshé Dayan (Exército de Israel) Campanha de 1956.

A Guerra Revolucionária leva o perigo comunista ao umbral de cada casa e a última frente se situa no espírito de cada cidadão!

O RECONHECIMENTO NO EXÉRCITO BRASILEIRO

Como é, como pode vir a ser

Major Cav (QEME)
CEZAR MARQUES DA ROCHA

1) O manual C-2-15, "Emprêgo da Cavalaria", no artigo I, Missões da Cavalaria, prescreve que "o reconhecimento repousa na estreita cooperação da Cavalaria e da Aviação".

... A Busca de informes é confiada a elementos muito móveis, geralmente motomecanizados que recebem a denominação de DD (Dest de Descoberta) e Patrulhas de Reconhecimento; ambos são lançados pelas Unidades de Reconhecimento.

... Agindo pela força, a Cavalaria executará o ato capital do reconhecimento: romper, pelo combate, a rede oposta à descoberta pelos destacamentos inimigos e, tomando contato com os grossos adversos, colhêr as informações necessárias ao Comando Superior.

2) No momento, o reconhecimento é executado nas DC pelos Rgt Rec Mec/DC, na DB pelo R Rec Mec/DB e nas DI pelos Esqd Rec Mec, todos utilizando material heterogêneo, de procedência americana, como:

- CCL M3A1 e M41
- Carro Bld leve 6x6, M8 e M20
- Carro Bld de reconhecimento, M3A1, 4x4 "Scout-car"
- Carro Bld 1/2 lagarta, M2, M3, M3 A1 e M5
- Carro Bld M59 e M113.

Além de viaturas leves, como jipes, Vtr 3/4 Ton, caminhões e rebocues diversos.

3) A doutrina é baseada na do Exército Americano, de espírito eminentemente ofensivo, que atende às necessidades da guerra convencional, mas deixa a desejar em relação às da guerra revolucionária. As comunicações seguem o canal de Comando: patrulha, Pelotão, Esquadrão e Regimento, o que ocasiona perda de tempo; as estações têm alcance restrito e a ligação com o avião não é fácil. O material utilizado, misto sobre rodas e sobre lagartas, é heterogêneo, em pequena autonomia em ralo de ação e capacidade de combate; as frações são muito dependentes do escalão superior, enfim, a estrutura está montada para atender a um exército rico em TO de pequeno tamanho.

4) Como deve ser.

Para atuar em guerra revolucionária, o elemento de reconhecimento deve possuir maior espírito ofensivo tendo em vista o combate fluido, de encontro rápido e violento, emboscadas, golpes de mão, etc, onde o Pelotão que reconhece, tem que combater e destruir o inimigo que não dará tempo para que cheguem reforços; deve possuir maior raio de ação, maior dotação em viveres, combustível e munição; as comunicações devem possuir maior alcance, permitindo que o Cmt da Brigada ou Divisão acompanhe o que se passa com o Pelotão vanguarda, e, também, fácil ligação terra-avião, inclusive no escalão Pelotão; tôdas as viaturas devem ser levemente blindadas, para atenuar os efeitos das freqüentes emboscadas e a perda de vidas preciosas, com o guerrilheiro utilizando até armas de caça com chumbo grosso. Em deslocamentos motorizados, na maior parte do Território Nacional, são encontrados, em percurso de 100 quilômetros, no mínimo cinco cortes, em média, cobertos, por pontilhões, "mata-burros", pontes, viadutos, buelros, etc; a destruição de um acarreta perda de horas na reconstrução da obra d'arte destruída, na procura de outro local de passagem, ou no preparo do leito que permita sua ultrapassagem pelos veículos.

As unidades de reconhecimento devem, então possuir, em caráter permanente, meios que possibilitem a travessia de brechas não muito grandes, e a transposição imediata de cursos d'água.

5) Na situação atual, podemos encarar o reconhecimento para enfrentar a guerra revolucionária, em duas fases.

- a) A curto prazo.
- b) A longo prazo.

No 1º caso, utilizando de maneira mais adequada o material de procedência estrangeira existente, complementado por material nacional.

No 2º, utilizando material nacional homogêneo, sôbre rodas.

O material sôbre lagartas apresenta deficiências como: pêso excessivo em relação a estrutura existente em estradas e obras d'arte; ruído elevado, desgaste do trem de rolamento devido às grandes distâncias a percorrer, pequena velocidade em estrada, etc.

6) No 1º caso, os carros blindados M8, M20 e M3A1

— que equipam os BIB — e os 1/2 lagarta, que estão espalhados pelas unidades, podem constituir o núcleo dos Pelotões de Reconhecimento. A utilização dessas viaturas ficaria condicionada a sua cobertura por couraça a prova de tiros de armas portáteis e a colocação de seteiras para aproveitamento dos tiros da guarnição com o veículo em movimento.

Impõe-se também a modificação ou substituição das viaturas 1/4 Ton, 4x4, jipes, como veículos de reconhecimento. Em terreno acidentado a guarnição de jipe é prêsa fácil para o guerrilheiro.

Solução adequada foi encontrada pela Inglaterra ao blindar o jipe Land Rover, transformando-o no Shorland Armoured Car.

Tanto no 1º como no 2º caso a organização deve ser levada à descrita no número seguinte.

7) Organização

a) Patrulha

- Dois jipes armados de metralhadoras, equipados com rádio, constituem o elemento de busca.
- Um carro Bld armado com canhão é o elemento de apoio da Patrulha.
- O Cmt é um Sgt, com ligação rádio com o Cmt do Pel e escutado até pelo Cmt da Grande Unidade.

b) Pelotão

- Três patrulhas constituem o elemento de busca do Pelotão.
- O elemento de apoio é constituído por 1 carro Bld armado com canhão — Vtr do Cmt Pel — e dois grupos de Combate, em Vtr Bld, armados com morteiros 60, elementos que permitirão ao Cmt de Pelotão atacar, conquistar e manter objetivos importantes.

c) Esquadrão

- Três Pelotões de Reconhecimento constituem o elemento de busca do Cmt do Esquadrão.
- O elemento de apoio é fornecido pelo Pel de apoio constituído de:
 - 1 Seção de Carros;
 - 1 Seção de Inf em TBP (2GC);
 - 1 Seção de Apoio, 2 peças de morteiro 81 mm
- O pelotão de comando e serviço composto de:
 - Cmt e Subcmt do Esqd em 2 Vtr Bld 1/4 Ton;
 - Seção de Suprimento CL I, III e V;
 - Seção de Saúde;
 - Seção de Mnt e Transposição de brechas.

d) Atuando em zona ampla, pobre em estradas, carente de infra-estrutura de apoio, o Esquadrão deve ser auto-suficiente em combustível, munição, víveres, transposição de cursos d'água e brechas, saúde e apoio de combate, por períodos maiores, do que os realizados por outros Exércitos.

1) Combustível: As viaturas dos pelotões devem ter autonomia de 500 quilômetros em estrada. O aumento da capacidade dos tan-

ques de combustível ou a colocação de tanques suplementares soluciona o problema.

No Pel C Sv, uma cisterna de 5.000 l, blindada — semelhante à usada pelo Exército Português na África — apóia o Esquadrão. Se houver a utilização de duas espécies de combustíveis — óleo diesel e gasolina, por exemplo — a viatura poderá dispor de dois tanques de 2.500 l cada.

2) Munição: A dotação de 2.500 tiros por Vtr e por arma automática cal .30 — 10 cofres — permite atender às necessidades de combate para as unidades de Reconhecimento.

A munição de armas portáteis deverá ser reduzida a dois calibres: 7,62 para fuzil automático e .38 para pistolas e metralhadoras de mão.

Os demais calibres seriam :

- Morteiro de 60 mm e 81 mm: Munição explosiva e fumígena.
- Canhão de 40 mm: Munição lanterna — explosiva — perforante.
- Lança-rojão de 2,36"
- Granadas de fuzil e de mão: defensivas e fumígenas.

No Esquadrão, uma viatura tratora com reboque de 5 ton levaria a reserva da subunidade. O reboque facilitaria o suprimento, por troca.

3) Viveres :

— Água: além da dotação normal das viaturas — 1 camburão (20 litros), cada elemento conduziria ampolas para tratamento do líquido encontrado.

— Ração: cada viatura levaria cinco dias de suprimento à base de alimento liofilizado, o que permitiria pequeno volume, refeições agradáveis e quentes.

Poderá ser suprimida a seção de rancho do efetivo da Subunidade.

4) Saúde :

As missões do Esquadrão sendo descentralizadas e afastadas da Unidade e de centros de apoio administrativo, o apoio de saúde deve ser aumentado. Assim, o Esquadrão disporia de uma ambulância 3/4 ton 4x4. O transporte de baixas até a mesma, a cargo dos Pelotões. O efetivo, na Subunidade seria de um oficial, especialista de saúde, um enfermeiro e dois padoleiros.

Refôrço em material e pessoal a cargo da Unidade, de acôrdo com a missão determinada à Subunidade — o Esqd.

5) Manutenção e transposição de brechas.

— Manutenção

Cada Pelotão, ao receber missão, é acompanhado por vtr 1/4 t, blindada, com uma equipe de mecânicos, ferramental de 2º escalão e peças sobressalentes de maior mortalidade.

As Vtr transporte blindado de pessoal (TBP) seriam equipadas com guincho com capacidade para tracionar qualquer veículo do Pelotão. Todos os veículos equipados com cabos para reboque.

O socorro pesado seria fornecido por vtr de 5 ton equipada com lança e guincho.

— Transposição de brechas

Viaturas equipadas com botes e vigas com capacidade para transportar, através de curso d'água, uma a uma, tôdas as viaturas do Esqd.

As mesmas vigas utilizadas na montagem da portada serviriam para a travessia de pequenas brechas. É a solução possível enquanto não fabricamos a ponte tesoura montada em veículo e enquanto os helicópteros pesados não estiverem disponíveis para o lançamento imediato de um tapa-brecha.

d) **O Regimento de Cavalaria de Reconhecimento.**

Seria o elemento coordenador da ação dos Esquadrões, a ligação com as outras armas, Força Aérea, etc. e encarregado do apoio administrativo de suas subunidades.

Teria, além dos três Esquadrões de Reconhecimento, um Esqd de Comando e Serviço, com :

Pel Comando

Pel Serviço

Pel Segurança

Pel Comunicações.

— Pel Comando

Cmt, e seu EM

— Pel Serviço: uma seção de suprimento classe I com cozinha e água; uma seção de saúde com 1 médico, 3 especialistas e 8 enfermeiros; uma seção mnt com suprimento para os veículos e com ferramental de 2º escalão de unidade; uma Sec Sup cl III com capacidade de 15.000 l; uma Sec Sup cl V; uma Sec Travessia de brechas.

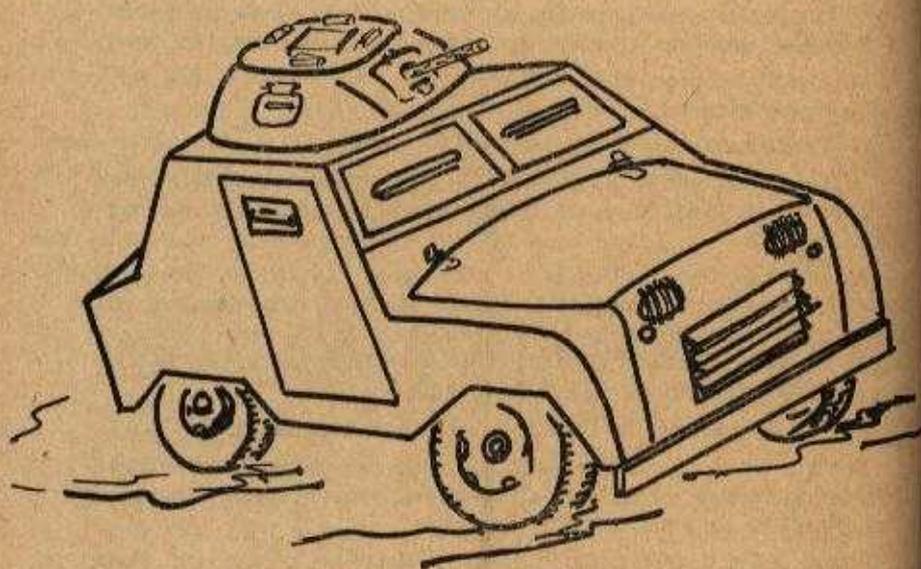
— Pel Segurança, para proteção do Esquadrão Cmdo e Serviço, proteção de comboios, etc.

— Pel Comunicações: para ligações com elementos vizinhos, com o escalão superior, para o estabelecimento de relés, contra-info, etc.

8) **As viaturas :**

a — O Jipe Bld com Guarnição de três homens, um motorista, um Cmt e um atirador. Blindagem à prova de tiro de armas por-

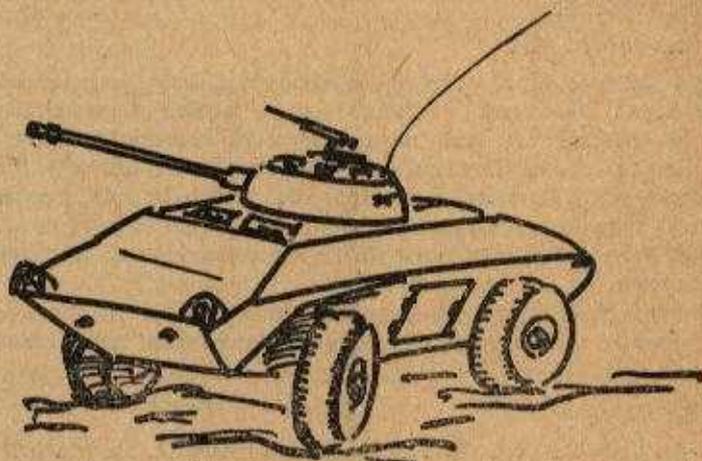
táteis até mtr .30; com isolante e ventilador, equipado com conjunto rádio com alcance de 100 quilômetros em fonía e na faixa dos aviões da Aeronáutica (Fig. 1).



(Fig. 1)

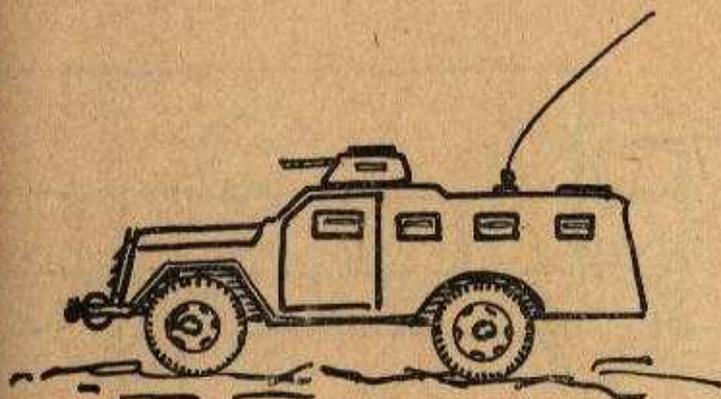
b -- Carro Blindado 4x4, equipado com canhão 40 mm :

— Guarnição de quatro homens, possuindo conjunto rádio com o mesmo alcance do conjunto anterior (Fig. 2)



(Fig. 2)

c — Transporte Blindado de pessoal (TBP), 4x4, com Mtr .30 sob cúpula, transportando um GC armado com uma peça de morteiro 60 mm, um lança-rojão 236 e todos os homens com FAL 7,62. Veículo equipado com seteiras que permitam o tiro do GC, com a viatura em movimento. (Fig. 3).



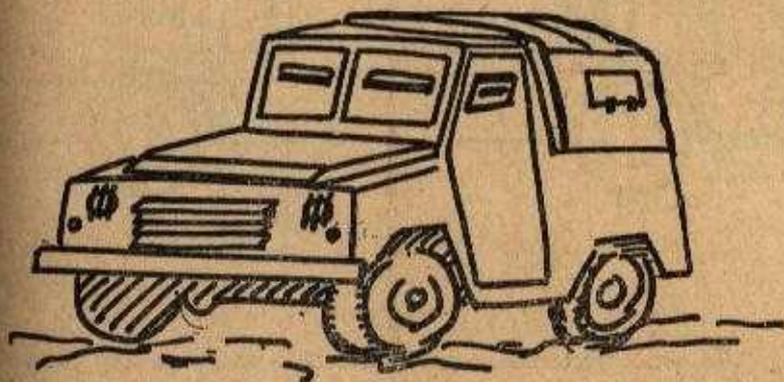
(Fig. 3)

d — Transporte Bld de carga, 4x4, 3/4 ton.

Viaturas de uso corrente, já existente e com grandes placas de aço amovíveis protegendo o radiador, pára-brisas e as portas da cabina; cabina à prova de tiros de armas portáteis.

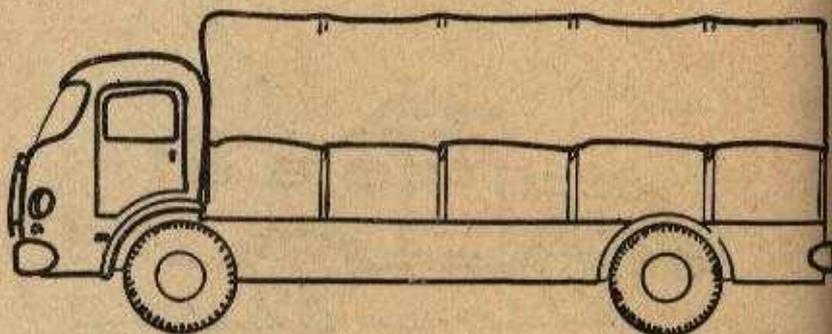
Essa viatura seria utilizada, além do transporte normal, no reboque da peça de morteiro 81, sobre reparo de duas rodas, com a placa-base colocada de tal maneira que, ao ser a peça desatrelada do veículo rebocador, a placa-base pouse no solo e o tiro possa ser iniciado com rapidez.

Equipada com conjunto rádio de 25 quilômetros de alcance. (Fig. 4).



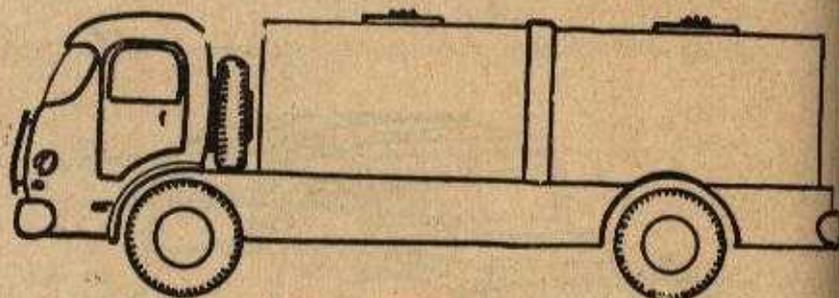
(Fig. 4)

e — Vtr TNE, de 5 ton, 4x4, para transporte de suprimento classe I, e carga em geral. Cabina à prova de bala, com placas de aço protegendo o pára-brisa. (Fig. 5).



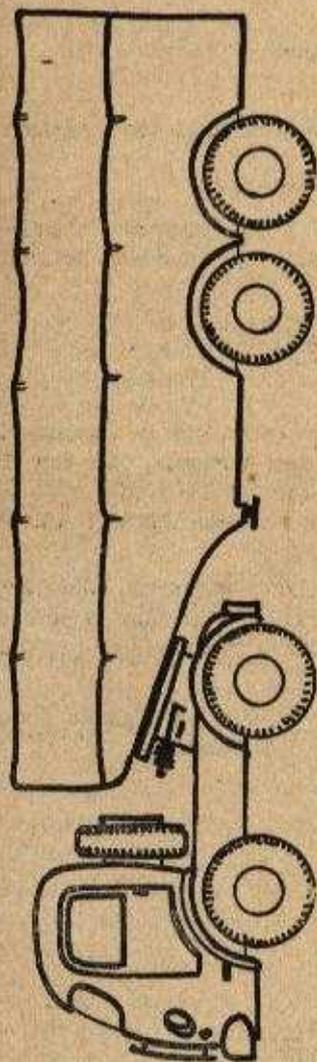
(Fig. 5)

A mesma viatura equipada com dois tanques — separados — de 2.500 L cada, para o transporte de Sup Classe III. (Fig. 6)



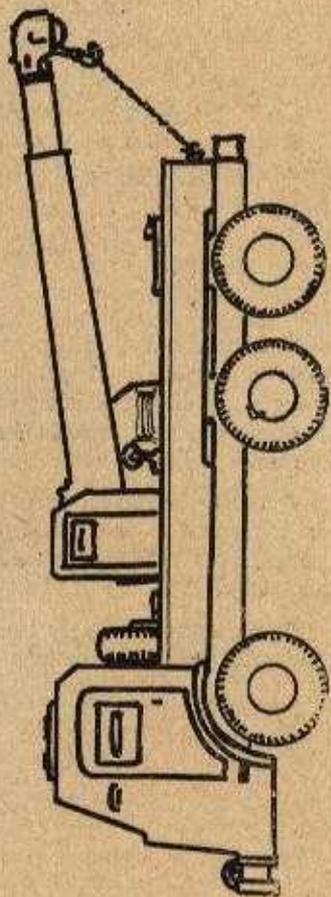
(Fig. 6)

Um cavalo mecânico, com carrêta de 5 ton para Sup Classe V. (Fig. 7).



(Fig. 7)

Lança (guindaste) com capacidade de 8 ton, para viatura so-
corro. (Fig. 8).



(Fig. 8)

f — Reboques :

— Os em uso, no Exército Brasileiro, de :

1/4 ton, 2 rodas, anfíbio;

1 ton, 2 rodas, NE;

1 ton, 2 rodas, Cisterna d'água;

3/4 ton, 2 rodas, NE;

2 rodas, para transporte de pranchas para portada.

— Reboque para PC, atrelado a viatura 3/4

Tôdas as viaturas descritas no item 8, de fabricação nacional, já existentes ou modificadas para os tipos, cujos modelos acompanham o texto.

C O N C L U S A O

Poderemos ter, então em curto prazo, unidades de Reconhecimento homogêneas, levemente blindadas, bem armadas, com boa autonomia de combate, capazes de se ligarem prontamente com GU e Aeronáutica e de se deslocarem, por seus próprios meios, a grandes distâncias.

Foderão combater, com sucesso, qualquer elemento subversivo, cumprir missões em campanhas convencionais e auxiliar a manter a ordem em centros urbanos, em melhores condições que qualquer outra tropa.

Terão zonas de ação maiores que as atuais e a ligação terra-avião será um fato, no escalão que mais dela necessita.



ARTILHARIA — SUA IMPORTÂNCIA EM QUALQUER TIPO DE GUERRA

Cel Art (QEMA)
SYLVIO OCTÁVIO DO ESPIRITO SANTO

*"Israel tinha a fórmula: Surprêsa,
mobilidade e ARTILHARIA"*

(Gen MOSHE DAYAN)

Um observador leigo ou menos atento, ao apreciar um quadro de guerra ou ao analisar as ações nela desenvolvidas, talvez empolgado pela presença da Infantaria e dos Blindados, quase sempre não se apercebe do papel decisivo das outras armas. Rerefimo-nos particularmente à ARTILHARIA.

Como, normalmente, se inicia uma batalha?

Quem gosta de filmes de guerra está acostumado a ver, em cenas às vezes muito rápidas, êste começo. Mostram muitos canhões e lançadores de foguetes e de mísseis lançando seu fogo mortífero, de um lado, sobre o terreno que deverá ser conquistado e, de outro, sobre as forças que se preparam para atacar. Tudo isto se verifica pouco antes da entrada em ação das armas básicas que irão manobrar e conquistar ou defender a terra considerada de ninguém.

Realmente, a batalha principia com um duelo de artilharia. São as artilharias, tanto do atacante quando do defensor, que, numa luta de titãs, preparam o campo de batalha, espalhando a morte e a confusão em forma de fogo e aço, confirmando que na "batalha sinistra, a melodia é mais alta na garganta da pesada artilharia".

Quais as finalidades destas ações? Onde procuram os artilheiros colocar seu fogo destruidor e desmoralizador?

A artilharia que apóia a força atacante, procura:

— isolar o campo de batalha, colocando seu poder destruidor sobre as pontes, entroncamentos e cruzamentos rodo-ferroviários, nas entradas e saídas dos desfiladeiros e dos túneis e sobre os pontos de passagem obrigatória, situados no fundo do palco onde irá se desenrolar a luta, com o propósito de impedir o fluxo de novas forças defensoras que virão reforçar as que ali já estão, de restringir o movimento das reservas e de obstar à tropa da posição defensiva seu retraimento antes de sua destruição;

- interromper ou diminuir o fluxo de suprimentos, concentrando seus fogos nos depósitos e pontos de suprimentos e de distribuição;
- anular a ação da cadeia de comando, silenciando os centros de comunicações, destruindo ou neutralizando os postos de comando e cegando, com seus projéteis fumígenos, os postos de observação, para não permitir que a tomada do dispositivo para o ataque seja observada e sobre ela seja o fogo conduzido com precisão;
- silenciar o poder de fogo do defensor por meio de concentrações maciças sobre as posições de bateria, de lançadores de mísseis e de morteiro;
- finalmente, pouco antes da hora H e até o desembocar do ataque, martelar as posições inimigas mais avançadas, destruindo-as ou neutralizando-as e abatendo o moral das forças que aí se encontram, enquanto levanta a dos atacantes, facilitando destarte, o desembocar do ataque e proporcionando condições favoráveis a uma rápida progressão e um assalto violento sobre uma tropa desmoralizada.

Por outro lado, a artilharia que apóia as forças de defesa, conhece d'este poder destruidor e desmoralizante que restringe a liberdade de movimento e a capacidade de comando e abala o moral das tropas tirando-lhe a vontade de lutar e acovardando-a a ponto de não desejar levantar a cabeça de suas tocas, trincheiras, espaldões, etc., procura:

- calar a artilharia das forças atacantes, com poderoso fogo de contra-bateria;
- interditar os caminhamentos que levam às zonas de reunião;
- bater as zonas de onde se lançarão para o ataque a infantaria e os blindados;
- desfazer as concentrações de tropa, seja do escalão de ataque, seja das reservas, dispersando-as, causando-lhes baixas, atrasos e confusão, dificultando a tomada do dispositivo e quebrando a vontade de atacar;
- finalmente, concentrar seus fogos sobre as posições de metralhadoras e de morteiros que darão, juntamente com a artilharia, o apoio de fogo indispensável ao infante e ao blindado, cuja missão de ataque os obriga a progredir até a distância do assalto;
- Ainda nesta fase do combate, a artilharia, batendo os ângulos mortos e faixas do terreno à frente das posições mais avançadas, estender uma cortina de fogos densos e profundos, capaz de deter e de desarticular o ataque.

A ação da artilharia não se mede somente pelos danos materiais, mas, também, principalmente, pelo efeito desmoralizador causado

tropas submetidas aos seus fogos poderosos. Este efeito proporciona economia de muitas vidas.

Pode-se afirmar que a artilharia que vencer este duelo contribuirá grandemente para o sucesso de suas forças.

Mas não terminam aí as ações e o poder da arma dos fogos largos, densos e profundos. Em pleno combate, a artilharia, acompanhando o escalão de ataque, num apoio cerrado e flexível, bem de acôrdo com as necessidades dêste, vai amaciando as resistências inimigas. E, se por acaso o ímpeto do ataque tender a diminuir ou mesmo parar, ainda é a artilharia a mais rápida a entrar em ação, primeira reserva de que o comando pode lançar mão para impor sua vontade, apesar do inimigo. Por uma simples mudança na prioridade ou na distribuição do apoio do fogo, possível de ser executada pela flexibilidade dos campos de tiro de seus materiais, a artilharia, sem mudança de posição ou qualquer outro deslocamento que possa retardar a decisão do Comandante, proporcionará às tropas atacantes maior poder para que que prossigam em seu desiderato.

A artilharia do defensor atua em seu proveito, fechando, com fogo e aço, as brechas ocorridas na posição, não permitindo que o atacante conduza aí novos meios, proporcionando, dêste modo, condições favoráveis ao poderoso contra-ataque que irá restabelecê-la. Também apóia as forças cercadas, envolvendo-as com uma cortina de fogo, em verdadeiro enjaulamento, isolando-as da ação do atacante e permitindo que, protegidas por essa cortina, possam retrair-se e retirar-se, fugindo à destruição.

Finalmente, no acabamento da batalha, ainda tem lugar a atuação da artilharia por ações que têm por finalidade dificultar o movimento e o reagrupamento de tropas.

Poderão alguns recalcitrantes objetar: mas isto foi na guerra do passado; na guerra nuclear e na guerra de guerrilha a importância da artilharia não é tamanha!

Os que assim pensam estão equivocados ou mal informados. Vejamos como atua a artilharia nestes tipos de guerra.

Na guerra nuclear, a artilharia passou de arma de apoio para arma de manobra, pois, o poder de seus projéteis possibilitou ao Cmt montar sua manobra nêle baseado. Assim, nesta guerra em que os espaços vazios aumentaram e as concentrações de forças diminuíram, poderá caber à artilharia, além de suas missões clássicas, as de, como arma manobreira:

- romper a posição inimiga, pelo efeito destruidor de seus projéteis nucleares, de modo que a infantaria e os carros de combate já se lancem, da linha de partida, no aproveitamento do êxito, sem passar pela fase de ataque;

— barrar, por intermédio de seu fogo, uma via de acesso com diversas finalidades, mesmo a de cobertura de flanco.

Na guerra de guerrilhas, o apoio da artilharia se faz presente, principalmente, sob a forma de tiros a pedido e conduzidos à base de observadores avançados. Neste tipo de guerra, em que o contato é impreciso e fluído, em que as LSAA tomam formas caprichosas e, às vezes, se tornam curvas fechadas, em que há a presença de grande número de aviões na Zona de operações, em que as mudanças de posição e os movimentos de tropas amigas, em tôdas as direções, são freqüentes e se fazem rapidamente, um dos principais aspectos é a coordenação do apoio de fogo, e o artilheiro é, em última análise, o coordenador do fogo, o próprio CCAF.

Neste tipo de guerra em que impera a descentralização das ações, onde a unidade de emprêgo da artilharia pode ser a bateria ou mesmo a peça, a flexibilidade e a versatilidade da arma é caracterizada ao máximo e evidencia a alta técnica de que são possuídos os artilheiros.

Como atua a artilharia neste tipo de guerra?

Para responder a esta pergunta, buscamos o testemunho do Ten-Cel Harry O. Amos, do Exército dos Estados Unidos, autor do artigo "Apoio da Artilharia no Vietnam", publicado na "Military Review", de agosto de 1966. Diz êle: "Nas operações desenroladas na ponte de FU LY, ocorridas em outubro de 1965, na primeira noite que estêve em posição, a artilharia desarticulou um ataque contra os defensores da ponte. Duas noites depois, desarticulou um segundo ataque. O que deixou a tropa apoiada surpreendida, foi ter a artilharia ocupado posição a menos de duzentos metros das posições amigas. Observando isto, disse um Comandante de Batalhão: está muito perto, mas muito bom!

Na operação Shiny Bayonet a Nw de Qui Nhon, o Ri teve pouco ou nenhum contato. O apoio da artilharia tomou, primordialmente, a forma de preparação sôbre objetivos intermediários e de concentrações a pedido, à frente do avanço das forças amigas. No vale do Ia Drang, em novembro de 1965, o apoio de fogo realizado a uma Brigada aeroterrestre foi de bateria. Foram realizadas concentrações sôbre uma área de, aproximadamente, quinhentos metros de diâmetro, com um consumo de cêrca de mil tiros durante pouco mais de uma hora. Depois de rompido o contato, a tropa deslocou-se para a região dos impactos, encontrando mais de 200 mortos, com uma estimativa de que as baixas inimigas seriam o dôbro. A artilharia recebeu crédito de 50% do dano.

Na operação — Masher — realizada na província de Binh Dinh, uma força tarefa constituída de um Batalhão e de um Esquadrão de transportes blindados de pessoal, fêz excelente uso do apoio aproximado da artilharia, progredindo por uma seqüência de três objetivos.

As baixas inimigas eram evidentes e, no terceiro objetivo, o inimigo saiu de suas posições assim que a preparação de artilharia se iniciou.

Finalmente, na noite de 20 de janeiro de 1966, o estacionamento de um Batalhão foi atacado de três direções. O apoio da Artilharia foi pedido e, durante um período de 45 minutos, cerca de 750 tiros foram disparados por toda a artilharia disponível. Este fogo desarticulou o ataque. E a inspeção da área, no dia seguinte, revelou nove corpos e o dobro de sepulturas novas. Um aldeão, dois dias mais tarde, informou que, na noite do ataque, os vietcongs forçaram 400 aldeões a evacuarem os mortos da área batida pela artilharia.

Por último, para marcar a atuação da artilharia na guerra de guerrilha, cumpre assinalar as notícias publicadas nos jornais dos dias 22 e 23 de setembro de 1967. Segundo eles, a artilharia vietcong vem impondo baixas aos fuzileiros americanos (10 mortos e 300 feridos nas barragens realizadas na região de Con Thien) e, procurando neutralizar esta ação, os B-52 norte-americanos, com base na Tailândia, bombardearam as posições de baterias antiaéreas, de campanha e de foguetes norte-vietnamitas, localizadas ao norte da zona desmilitarizada.

Finalmente, algumas considerações sobre o poder e o papel da artilharia antiaérea. Graças à sua atuação, numa defesa aérea integrada, cobrindo os PC, os parques e nós ferro-rodoviários, as pontes e pontos críticos de passagem, as concentrações de tropas, os depósitos de suprimentos, os aeródromos, etc., restringe a ação da aeronáutica, dificultando e diminuindo a eficácia de seus bombardeios. Sua ausência é fatal.

Tal afirmação pôde ser comprovada nos nossos dias, pois, esta ausência foi uma das principais causas do sucesso dos "Mirages" israelenses, que, atacando à baixa altura e burlando a vigilância da rede de radares, destruíram, no solo, antes que pudessem se refazer da surpresa, oitenta por cento da força aérea da RAU. Com isto, o domínio total dos ares ficou com Israel.

Esta é a atuação da artilharia em qualquer tipo de guerra. A Artilharia não é a arma mais importante do combate. Todas têm, dentro de suas missões, igual importância e a Vitória só será conseguida, se armas e serviços forem empregados judiciosamente, aproveitando-se suas possibilidades, não em ações isoladas ou sucessivas, mas num conjunto harmônico em que cada uma complete a ação da outra.

Para que a Artilharia cumpra sua missão, contudo, há necessidade de que os artilheiros estejam preparados para explorar ao máximo as características de seus materiais e de suas munições. Isto só se consegue através de uma instrução prática e constante, exigindo que o Exército possua: canhões, obuseiros, mísseis, munição e campos de tiro.

Este é o nosso principal problema.

O ATAQUE DE NOITE

Cap J. BELLA SANTA

I — INTRODUÇÃO

A importância da aviação e dos carros, a ameaça atômica, o desenvolvimento da técnica, os progressos realizados na ligação, na observação e na orientação noturnas são fatores que levaram as tropas a deslocar-se e a atacar a coberto da obscuridade.

No início da última guerra, o ataque de noite era característico dos exércitos pobres em aviação e em carros de combate, cujos objetivos eram limitados: lembremo-nos das ações finlandesas contra os russos e, depois, das ações russas contra o exército alemão de 1941.

Hoje, são planeados ataques noturnos em escalões desde a patrulha até ao exército, sobre objetivos longínquos, em tôdas as estações e em qualquer espécie de terreno.

"O ataque de noite é uma forma intensiva da surpresa". Esta afirmação, de todos conhecida, se bem que justa em parte, parece perder cada vez mais o seu valor. Com efeito, na guerra de amanhã, a técnica tornará a surpresa cada vez mais difícil. Os exércitos modernos estão equipados com materiais de radar, de infravermelhos e luminantes, cujo rendimento não deixa de aumentar. Parece que, no futuro, a atividade de comate de noite se diferenciará cada vez menos da de dia; a obscuridade tornará necessária a aplicação de meios técnicos apropriados sem modificar muito o caráter das operações.

Abstenhamo-nos, nos entanto, de realizar antecipações e reconheçamos que, ainda hoje, a noite pode ser uma excelente aliada do atacante; mal conhecida, ela é um adversário perigoso.

A medida que se eleva o nível de vida de uma nação, diminui a aptidão natural para o combate de noite.

Impõe-se um resumo histórico do ataque de noite para que se compreenda o seu desenvolvimento.

II — HISTÓRIA DO ATAQUE DE NOITE

Noutros tempos, os exércitos atacavam em formações cerradas e geométricas, e daí, a necessidade de se baterem de dia. Quando

NR. — O presente trabalho foi publicado inicialmente na "Revue Militaire Suisse" donde foi traduzido e publicado no "Boletim do Estado-Maior", Lisboa.

apareceu a arma de fogo, primando a potência de choque sobre o fator surpresa, o ataque diurno era de regra.

Frederico, o Grande, era de opinião de que "o ataque de noite só faz diminuir a disciplina, porque os oficiais não vêem as suas tropas".

Napoleão escreve: "o bom êxito de tais operações de noite pode depender de um nada, até do grito de um animal dando o alerta".

Blücher afirma que receia mais "as operações de noite do que as balas do inimigo".

Jomini recusa mesmo os deslocamentos noturnos, enquanto que Clausewitz precisa: "ocasionalmente e com meios limitados".

Finalmente, Moltke diz-nos: "Com a importância das tropas crescem as dificuldades na noite". Recomenda não empregar senão unidades que o chefe tenha bem na mão.

Apesar destas opiniões pessimistas e justificadas, encontramos relatórios de operações noturnas bem sucedidas, das quais damos um breve resumo:

Em 1753, o Marechal Daun, à frente de um exército austriaco, ataca de noite em Hochkirch, Frederico, o Grande, que perde 10.000 homens e a sua artilharia.

Contrariamente aos exércitos do Ocidente, os exércitos do Czar mostram maior aptidão: em 1794, Suvorov, à frente de 25.000 homens, ataca em plena noite as forças polacas em Warschau; 12.000 polacos foram exterminados antes da alvorada.

Durante as noites de inverno de 1812, os cossacos dizimaram os efetivos de Napoleão e, em 1814, o Corpo Marmont, carregado de noite à baloneta pelo Corpo York, perdeu 4.000 homens, dos quais 1.500 mortos, contra 500 do exército da Silésia.

Em 1878, os russos, atacando de noite a fortaleza turca de Kara, apenas perderam 487 mortos e 1.785 feridos contra 17.000 prisioneiros, sem contar com um saque de 300 canhões e 25.000 espingardas.

Durante a guerra russo-japonêsa de 1904, os japoneses não empenharam menos de 23 batalhões em San-Kwai-Seki-San, quando de um violento ataque noturno. Foi, aliás, após a superioridade mostrada pelo exército japonês no combate de noite que a instrução se desenvolveu nesse sentido na Alemanha e na Inglaterra.

No início da primeira guerra mundial, estava-se obcecado pelo risco da desordem e da confusão; recordemos a audaciosa tentativa de Von Hausen que, para salvar o Primeiro Exército de Von Kluck, lançou um ataque na noite de 7 para 8 de setembro, à esquerda dos pântanos de Saint-Gond, ação que devia colocar temporariamente o XI Corpo de Exército de Foch numa situação muito delicada.

Foi o nevoeiro que provocou o sucesso do ataque francês de 1 de julho de 1916 sobre o Somme, da grande surpresa de Cambrai em no-

vembro de 1917, das três penetrações alemãs de 1918 e do ataque da 46ª Divisão francesa que fez uma brecha, no dia 28 de setembro de 1918, na linha Hindenburg. Dêste primeiro conflito mundial, apenas merece a nossa atenção um importante ataque noturno: a célebre tentativa do Quarto Exército britânico comandado por Rawlinson, em 14 de julho de 1918. Este ataque de noite, precedido por um bombardeamento de cinco minutos, pôde atingir os objetivos que o ataque diurno de 1 de julho não tinha conseguido, apesar de um martelamento de artilharia de 7 dias e da perda de 60.000 soldados ingleses. A exploração foi, ao contrário, medíocre.

No espaço decorrido entre as duas guerras. Sir Frederick Pile, comandante da brigada do Canal de Suez, decidiu "operar unicamente de noite e dormir de dia". Não é de espantar que encontremos os oficiais desta brigada à testa dos mais célebres ataques de noite de África e do Médio-Oriente: Montgomery e o seu EM em El Alamein, em 23 de outubro de 1942, o General Alexander e tantos outros que souberam tirar o maior partido da noite.

Foi a partir do segundo conflito mundial que o ataque noturno atingiu tais proporções que grupos de exércitos inteiros se lançaram com êxito nestas operações. Em 16 de abril de 1945, Jokov, sobre o Oder, empenhou de noite 76 divisões de infantaria, 14 brigadas de carros e 2 corpos de cavalaria, sendo todo o conjunto apoiado pela artilharia e pela aviação; é evidente, no entanto, que só os primeiros elementos destas formações estavam verdadeiramente em contato antes da alvorada.

Todavia, todos os regulamentos anteriores a 1940 mostram as dificuldades e as desvantagens dos ataques noturnos, aconselhando a escolha de objetivos limitados e admitindo que só o fogo lançado de dia poderá ser repetido de noite. Somente o regulamento japonês entende que o ataque pode ser conduzido de noite com os mesmos efetivos e contra os mesmos objetivos que um ataque diurno. Contrariamente aos regulamentos estrangeiros, especificando que só os pequenos destacamentos podiam atacar de noite, o russo precisava: "excepcionalmente, até ao escalão divisão".

Os oficiais russos especialistas foram mortos ou afastados em 1917 de modo que, em 1940, os finlandeses se impuseram. Em face dos reveses, os soviets empreenderam grandes esforços. Os japoneses, tornados mestres no combate noturno, dominaram, a princípio, os americanos.

Citemos, por ordem cronológica, alguns ataques noturnos da última guerra que merecem um estudo profundo:

- travessia do Somme pelos alemães nos dias 14 e 15 de junho de 1940;
- ataque de Sidi Barani pelo brigadeiro-major Golloway, igualmente um antigo da brigada de Suez;

- penetração de 26 de novembro de 1941, em Ed-Duba, pelo 44º Royal Tanks, que restabeleceu o contato com a guarnição de Tobruk;
- ataque na frente de Bardia no primeiro de janeiro de 1942, que provocou a queda da fortaleza;
- primeira fase da invasão de Sicília, em 9 de julho de 1943;
- operação "Totalize" na Normandia, na noite de 7 para 8 de agosto de 1944;
- desembarque e lançamento de pára-quedistas no meio-dia da França, nos dias 14 e 15 de agosto de 1944;
- passagem do Our, em 7 de fevereiro de 1945, pela 6ª Divisão Blindada americana;
- finalmente, a notável ação russa contra a cabeça-de-ponte de Baranow em janeiro de 1945.

Para o fim da guerra, os ataques de noite eram mais frequentes; em África os ingleses atacavam normalmente de noite. A 3ª Divisão de Infantaria americana quase não se batia senão de noite em Itália e na França. O mesmo fazia a 104ª na Holanda e na Alemanha desde 23 de outubro de 1944 até a vitória, assim como o III Corpo britânico e canadiano.

Foi durante a guerra da Coreia que o combate de noite atingiu o seu ponto culminante. Quem não conhece as narrativas horrorosas destas operações desencadeadas na noite de 31 de dezembro de 1950, data da abertura da terceira ofensiva comunista? Mas, já é tempo de tornar a fechar o livro da história a fim de analisar o aspecto psicológico do problema.

III — O ASPECTO PSICOLÓGICO DESTA OPERAÇÃO

O combate de noite é difícil e submete psicologicamente o homem a uma rude prova, exige mais sangue-frio, mais coragem e mais confiança em si próprio. É inegável que predomina a personalidade do chefe e que uma unidade que não esteja bem a mão está sujeita ao pânico, como aconteceu com a 34ª Brigada, perto de Liège em 1914.

É preciso procurar as causas do pânico visto que a escuridão faz despertar o receio de ser atacado de imprevisto pela retaguarda.

O choque moral que um ataque de noite pode provocar é muitas vezes mais importante do que o resultado material obtido; além disso, uma derrota de noite, atinge mais gravemente o moral das tropas do que uma derrota de dia.

Os resultados obtidos pela preparação da artilharia ou pelos bombardeamentos dependem da mentalidade da tropa atacada. Na Rússia, a artilharia alemã não fazia muitas vezes mais do que prevenir os russos, moralmente insensíveis. Sob o ponto de vista ma-

terial, o resultado era igualmente mínimo. É um erro psicológico partir para o assalto, como as divisões de Von Hausen, com armas não carregadas. E se quisermos abordar a posição à arma branca, só se carregará o depósito da arma, tendo o cuidado de não introduzir nenhum cartucho na câmara.

Por tôdas as razões acima mencionadas, a influência do chefe no combate de noite é determinante, em todos os escalões.

IV — O PROBLEMA DA INSTRUÇÃO

Se bem que tenha a consciência de me ter afastado um pouco do assunto em questão, não posso deixar passar em silêncio este elemento tão intimamente ligado ao bom êxito de um ataque noturno.

Liddell Hart, em 1955, escrevia na *Armée et Nation*: "Aquêle que quiser recorrer ao combate de noite deve treinar-se para isso; a noite só é aliada do soldado perfeitamente treinado". Para tropas bem instruídas, o ataque de noite reduz as perdas, e pode ser conduzido com êxito com efetivos reduzidos. Este treino abrange tôdas as Armas e Serviços.

É preciso procurar a origem de um revés na insuficiência da preparação dos homens. Mesmo com tropas preparadas para este gênero de missão, a operação deverá ser repetida durante várias noites. Os russos exercitaram cinco noites a primeira fase da batalha de Berlim, em abril de 1945. Os americanos exercitaram quatro noites a travessia do Meurthe, em novembro de 1944. Em certos casos, batalhões soviéticos trabalharam um mês consecutivo numa missão noturna.

O ataque de noite partindo do movimento, sem preparação pormenorizada, é quase irrealizável.

O conhecimento do combate de noite é uma aprendizagem de longo fôlego, pois esta instrução especial comporta numerosas ramificações; para nos convencermos disso, basta ter esta frase de prescrições japonesas, que datam de 1905: "Quando da guerra russo-japonesa, a visão noturna dos soldados era surpreendente, e isto era o resultado de um treino sério e metódico". Recentes exames no exército americano mostram que, de noite, um mesmo objeto é visto por certos homens a 10 m e, por outros, a 80 m.

A faculdade de visão é uma combinação de aptidão natural e de treino.

Sob o ponto de vista da instrução seria talvez desejável especializar, como os russos, companhias ou batalhões.

O combate de noite é uma economia de sangue; é, pois, nossa responsabilidade desenvolvê-lo.

V — EXECUÇÃO DO ATAQUE DE NOITE

Enumeremos em primeiro lugar as vantagens e os inconvenientes destas operações :

— A vantagem mais importante reside no efeito de surpresa; esta é maior de noite do que quando da emissão de nevoeiro artificial que precede o ataque, indicando assim a direção; a noite permite a surpresa pela escolha do momento;

— a segunda vantagem é de facilitar a localização das armas inimigas de trajetória tensa;

— a terceira: a noite oferece uma segurança contra a observação e o fogo ajustado; proteção natural contra a metralhadora, ela mostra-se uma "parada" superior à blindagem;

— a quarta, o ataque de noite dá a possibilidade de atingir um objetivo com poucas forças e meios.

Os principais inconvenientes são :

— Má observação e, portanto, dificuldade das ligações à vista.

— Lentidão de movimentos.

— Grande consumo de munições de armas portáteis para o mesmo resultado.

— Dificuldade, uma vez estabelecido o contato, da conduta e da colaboração interarmas.

Flus pretendidos pelo ataque noturno :

— Compensar a falta de carros de combate e de aviões.

— Conquistar terreno que facilite um ataque diurno posterior.

— Pesquisar informações acérca do inimigo e fazer prisioneiros. Explorar e completar um êxito de dia.

— Estabelecer uma cabeça-de-ponte, graças ao lançamento de pára-quedistas (primeira fase da invasão da Sicília, por exemplo).

— Impedir o melhoramento duma posição defensiva, por ataques a tôda a hora.

— Ocupar terreno onde o inimigo tenha os seus fogos organizados.

— Atravessar um rio.

— Agir moral e psicologicamente sôbre o adversário.

— Restringir as perdas, quando de uma rotura da frente inimiga.

— Ocasionar a queda de uma cidade ou duma fortificação.

— Attingir um inimigo que não esteja preparado.

— Cair sôbre os flancos ou retaguarda do adversário.

— Libertar-se de um cerco.

— Manter o contato com o inimigo em retirada.

Sublinhemos, finalmente, as principais razões de escolha de um ataque de noite: a **surpresa**, visto a noite ser o meio mais econômico de a obter e a **redução das perdas**, sem esquecer que não basta repelir o inimigo mas também é preciso desorganizá-lo.

PREPARAÇÃO DO ATAQUE DE NOITE

Estas operações são de mais difícil execução do que as realizações de dia. Dedicar-se-ão, portanto, à sua preparação cuidados especiais.

A tropa será orientada a fundo, mas o mais tarde possível, a fim de se manter segredo, sobre o inimigo, terreno e intenções dos comandantes.

Devem escolher-se itinerários que excluam os erros de direção, assim como os efetivos e meios apropriados. Reconhecimentos pormenorizados, feitos em todos os escalões, são absolutamente necessários. Para este fim, nada será descuidado: as cartas terão uma escala mínima de 1:25.000 e as fotografias aéreas serão distribuídas até ao escalão pelotão. Nos dias que precedem o ataque, a observação procurará localizar os elementos da defesa. Na véspera, logo ao escurecer, destacamentos mistos de infantes e de sapadores, 5 a 10 homens cobertos por 3 a 4 atradores com pistolas-metralhadora, abrem corredores nos campos de minas, ballzando-os e iluminando-os, se for necessário. O serviço de saúde deve ser reforçado, quanto mais não seja, para impedir que os feridos gritem; os soldados serão camuflados, os rostos enegrecidos, etc.

Nos planos de ataque, prever as bruscas mudanças do dispositivo defensivo e o deslocamento, após o crepúsculo, de cavalos de frisa e obstáculos de todos os géneros. Regular-se-ão minuciosamente os apoios de fogo e preparar-se-ão os meios de iluminação. A tropa será colocada e articulada na base de ataque, se possível ainda de dia, ou atingi-la-á de noite, graças a um percurso balizado com muita exactidão.

AS ORDENS

As ordens comportarão, entre outros, os seguintes elementos:

- Direção do objetivo com azimute.
- Distância exata entre a base de ataque, linha de assalto e objetivo.
- As formações na base de ataque, durante a progressão e para a abordagem.
- Disciplina de fogo, códigos, sinais e meios de identificação, ligação rádio, etc.
- Limites das unidades (se possível regatos, estradas, etc.).

- Medidas de proteção dos flancos, localização da reserva e atitude em caso de rotura.
- Conduta a tomar em caso de surpresa, eventualmente, zonas de reunião em caso de revés.

MEIOS ESPECIFICOS PARA UM ATAQUE DE NOITE

Ligação: O rádio é o melhor meio de ligação noturna embora seja sujeito a interferências mais freqüentes durante a noite. O cabo, mais seguro, tem o inconveniente de, uma vez cortado, ser difícil de reparar às escuras. A ligação à voz, ruidosa, pode ser utilizada a coberto dos gritos dos animais; no mínimo, utilizar-se-ão palavras complicadas para dificultar a compreensão do inimigo. A ligação com a aviação será muitas vezes realizada por meio de foguetes de cores diferentes. O estafeta dá bons resultados se os percursos forem pequenos. Finalmente, utilizam-se os sinais luminosos simples.

A orientação será dada: por bússolas, por vezes montadas nas viaturas, pelas estrelas, por balizagem e sinalização do terreno. Traços fosforescentes serão feitos detrás das tôrres dos carros de combate e dos capacetes dos chefes. Tôdas as lâmpadas serão pintadas de azul. Para evitar os erros, procurar-se-á seguir o ataque ao longo das linhas naturais do terreno. Além disso, o ataque de noite, de plano sempre simples, será orientado perpendicularmente à posição inimiga.

A iluminação: esta é em geral mais favorável ao defensor, imóvel, do que ao atacante, em pleno movimento; deve, no entanto, ser prevista para facilitar a detenção dos contra-ataques e parece capital na fase de exploração; deve ser exigida no momento oportuno e tem a vantagem de ser controlável.

O projetor foi empregado pela primeira vez na guerra russo-japonesa e introduzido em 1908 entre os ingleses com o fim de permitir a transposição de obstáculos. Emprega-se em luz indireta contra as nuvens baixas.

Passo em branco tôda a gama de foguetes iluminantes; é preciso lembrarmo-nos de que são necessários 20 a 30 minutos para nos habituarmos à obscuridade. Mais uma vez o projétil atômico se arrisca a modificar os dados do problema pelo seu clarão capaz de "cegar" qualquer ataque. Arma de dois gumes, aliás: o agressor deverá proteger as suas tropas numa primeira fase de "cegueira" do defensor.

Os carros de combate podem ser equipados com projetores de infravermelhos que permitem fogos ajustados até uma distância apreciável. Os infrascópios trabalham na referenciação dos meios infravermelhos inimigos. Com o tempo, o radar prestará certamente grandes serviços mas, por agora, o terreno compartimentado limita o seu emprego; é delicado e difícil de camuflar. Na Normandia, as

82ª e 101ª Divisões Aerotransportadas americanas realizaram, no entanto, excelentes experiências. Além dos aparelhos infravermelhos conhecidos, montados em armas portáteis, os alemães preparavam-se em 1945, para pôr em serviço uma lâmpada que, ajustada à espingarda, dava um feixe de luz da largura de uma mão e com um alcance de 50 m; o armistício de maio de 1945 não permitiu experimentar este processo.

CARACTERÍSTICAS DO EMPREGO DAS ARMAS

O combate é, acima de tudo, um combate próximo; a granada de mão é, pois, absolutamente indicada; a direção de lançamento é difícil de reconhecer e o homem que lança a granada só raramente poderá ser localizado.

- Os atiradores especiais perdem o seu valor; equipados com infravermelho, dedicam-se aos instrumentos para ver de noite, e às armas pesadas.
- As espingardas e as pistolas-metralhadora convêm, mas exigem muitas munições; para um ataque de noite, os Aliados contavam com 24 carregadores por pistola-metralhadora e 11 por espingarda de assalto.
- As armas automáticas constituem sempre um risco para as próprias tropas.
- O fogo das metralhadoras prepara-se de dia; elas atiram a curta distância, muitas vezes para a proteção dos flancos. Devem seguir rapidamente para os objetivos ocupados.
- Os lança-granadas regulam os fogos de dia e atiram de noite, quase que exclusivamente, com fogos preparados. Cobrindo os flancos, impedem, como a artilharia, as reservas inimigas de entrar em linha.
- A artilharia, normalmente regulada de dia, deve contudo saber regular os fogos de noite. Deve agir segundo um plano simples e conhecido de todos. A sua missão é realizar, em certos casos, uma preparação curta e brutal, a fim de desmoralizar e cobrir o ruído da progressão. Deverá seguidamente criar uma "caixa de fogo". Terá algumas vezes de realizar fogos para enganar o inimigo ou ofuscar o defensor com uma avalanche de granadas iluminadas, enquanto o atacante protege os olhos.
- O carro de combate, se não estiver isolado, participará com bom êxito no combate de noite; escolhe-se um terreno onde não sejam forçados a "canalizar-se" e com fundo escuro. Quando a noite é muito escura, o carro não pode fazer nada. Deve então ser reservado para a exploração. Vê pouco e combate as armas inimigas descobertas graças ao clarão de boca. Uma vez que o ruído suprime o efeito de surpresa, de-

vem ser lançados no momento em que a infantaria aborda o objetivo. Se se tratar de um verdadeiro ataque blindado, serão escalonados em profundidade para cobrir os flancos. Os das extremidades marcarão o seu lugar e a direção com tiros tracejantes. É indispensável que lhes seja atribuída infantaria ou granadeiros motorizados. A proporção de um grupo de carros e um batalhão de infantaria dá bons resultados. Se o carro torna a surpresa difícil, por outro lado abre caminho através de obstáculos ligeiros e mantém a direção de ataque, sem falar nos carros destruidores de minas, etc.

- O canhão anticarro tem interesse se o campo de batalha estiver iluminado ou se estiver equipado com infravermelhos; os alvos são indicados pela infantaria com balas tracejantes.
- A engenharia presta notáveis serviços neste tipo de operações.
- Do ponto de vista movimento, os engenhos de lagarta progridem a 12 km por hora e as viaturas de rodas atingem, no máximo, 25 km por hora; a bicicleta é rápida e silenciosa.

AS FORMAÇÕES DE ATAQUE

Estas são simples e mantidas, o mais tempo possível, estreitas e profundas. Em caso de boa visibilidade e em terreno favorável, a progressão pode efetuar-se em formação de assalto. Patrulhas e guardas de flanco provêem à segurança das colunas em movimento. A formação estreita e profunda facilita a manutenção da direção e das ligações. Muitas vezes as unidades progridem em duas colunas; os chefes marcham à frente.

A frente de ataque é mais estreita do que se diz; a formação adotada depende do terreno e da visibilidade; para uma companhia, de 100 a 200 m; o regulamento inglês indica 550 m para um batalhão. Trata-se de uma formação de assalto linear para os primeiros elementos; o intervalo entre cada homem é de 3 a 4 m, de 10 a 15 m entre as seções e de 30 a 40 m entre os pelotões.

Se a distância a percorrer não excede 300 m, o ataque por vagas conduz mais rapidamente ao bom êxito. Cada vaga é representada por uma companhia. A primeira vaga aproveita o "Feuer Schlag" para abordar as posições avançadas inimigas; a segunda, em formação estreita e profunda, atinge os pontos de apoio inimigos. A terceira, de reserva, penetra nos pontos onde se obteve êxito, organiza a defesa da posição ocupada e limpa os ninhos de resistência deixados à retaguarda; cobrindo os flancos, progride de objetivo em objetivo, reforçada com armas pesadas. De noite, as reservas estão próximas do comandante que conduz sempre o combate da frente; como na selva, ele tem-nas assim na mão. A primeira linha deve poder ser rapidamente reabastecida de munições. Estas reservas são da ordem de um pelotão por companhia, 100 a 200 m à retaguarda; e uma companhia por batalhão, a cerca de 500 m.

As unidades blindadas podem dividir-se de duas maneiras: carros seguidos de granadeiros blindados ou granadeiros blindados apoiados por carros. Atribuir-se-á, no mínimo, uma companhia de granadeiros blindados por grupo de carros.

A artilharia autopropulsionada marcha em 2º e 3º escalões, com 500 a 800 m de distância entre cada escalão.

ESCOLHA DO MOMENTO

O momento escolhido desempenha um grande papel; a arte do chefe revela-se na sua determinação em função do objetivo em vista. Suficientemente cedo para não ser surpreendido pelo crepúsculo matutino durante o ataque, mas não demasiado para não ser objeto de um contra-ataque noturno. As vezes, muito cedo para desorganizar o inimigo em profundidade e atingir os seus meios pesados ou para conservar a possibilidade de uma retirada eventual a coberto da noite. Na maior parte das vezes, ataca-se de forma a ter o crepúsculo matutino no momento em que a posição ocupada é organizada defensivamente. Em muitos casos: escolher a luz da lua para progredir, e conduzir o assalto no momento em que ela desaparece.

A melhor visibilidade será a de 50 m a 70 m para a infantaria e 100 a 150 m para os carros.

DA BASE DE ATAQUE A DEFESA DO OBJETIVO

A linha de partida deve ser paralela ao objetivo: estrada, via férrea, canais, etc. A tropa, se possível enterrada, encontrar-se-á aproximadamente a uma distância de 400 a 1.800 m do inimigo, o mais perto possível do seu objetivo. Daí, o ataque, sempre muito simples, progredirá de 1 a 2 km, perpendicular e diretamente, sobre as posições inimigas.

O avanço será sistemático, sempre controlado por azimute; muitas vezes seguirá os carros orientados pelo rádio.

De noite ouve-se melhor e o ruído vai até mais longe; evitar, se possível, florestas e localidades. O ataque num só ponto provoca a convergência de todos os fogos da defesa; prever ações de diversão.

A necessidade de uma preparação de artilharia depende do moral do inimigo, do terreno ou da necessidade de cobrir o ruído dos carros e da localização das posições inimigas. Para uma tal preparação, será preferível uma ação curta e brutal a um longo martelamento.

O plano de fogos do ataque de noite será igualmente simples; a infantaria mantém uma estrita disciplina de fogo; os objetivos são claramente estabelecidos. A abertura do fogo é muitas vezes determinada pela travessia de uma linha de terreno, pelo rádio ou foguete.

Desde a chegada à linha de assalto, é adotada uma formação adequada, geralmente a menos de 100 m do inimigo. Se esta linha puder ser alcançada sem apoio de fogos na obscuridade e no silêncio, contar com 30 minutos para percorrer os 100 últimos metros. Esta linha terá sido previamente assegurada por uma patrulha.

Uma vez o assalto lançado, cada um deve ir direito ao objetivo e o mais rapidamente possível; qualquer demora conduz a grandes perdas. A primeira vaga será poderosa, e o fogo defensivo abate-se à sua frente.

O inimigo deve ser paralisado por uma surpresa total ou por uma superioridade de fogo que produza o mesmo efeito de surpresa.

É de importância capital prever a defesa imediata da posição conquistada e organizar enérgicamente recorrendo à artilharia, armas pesadas, canhões anticarros e engenharia. Se trinta minutos são necessários para reorganizar as tropas nas posições conquistadas, o contato com o inimigo não deve, no entanto, ser perdido.

Relativamente aos efetivos a empenhar, há confusão. Com efeito, fala-se sempre do emprêgo de efetivos limitados e todavia assistiu-se, durante a última guerra, a ataques de exércitos inteiros. Creio que o batalhão é o escalão mais elevado a manobrar como um todo e a ser concentrado contra um objetivo. Mas o número dos objetivos e sua profundidade determinará o empenhamento do regimento, da divisão ou ainda mais. De noite, as crises e os êxitos andam a par; vigiar constantemente o que diz respeito à preparação. Vejamos rapidamente algumas dificuldades possíveis:

- O defensor abre fogo: lançar-se ao ataque, salvo ordem em contrário.
- O ataque é surpreendido pela luz: deitar-se para o chão e ficar imóvel; à proximidade do inimigo, passar ao assalto.
- O ataque é detido: manter o terreno conquistado.
- Uma unidade perde-se: ela forma-se em "ouriço".
- O ataque é surpreendido sobre os flancos: continuar a progressão e deixar que se empenhem as reservas e os destacamentos escalonados da retaguarda.
- O ataque está exposto ao fogo de um ninho de resistência: pedir às armas pesadas ou à artilharia para o bater durante cerca de meio minuto, a dois minutos.
- O ataque encontra uma resistência muito forte: romper o combate.

Finalmente, é preciso saber que o momento crítico de um ataque de noite é o que precede a abordagem, e que recomeçar um assalto fracassado, na mesma noite e com as mesmas tropas, raramente conduz a bom êxito.

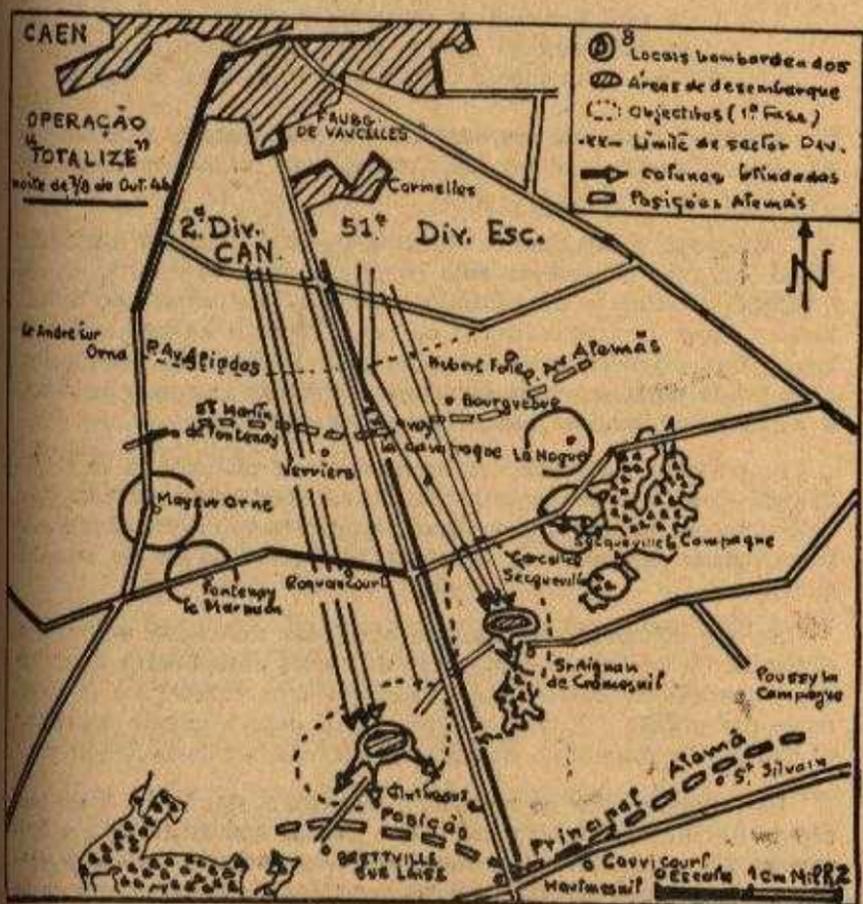
VI — OPERAÇÃO "TOTALIZE" NA NORMANDIA

(7-8 DE AGOSTO DE 1944)

Este ataque, conduzido por duas divisões de infantaria e apoiado por uma brigada de carros de combate, tinha por objetivo quebrar, numa primeira fase noturna, a forte posição alemã em frente de Gaen, ao longo da estrada que conduz a Falaise.

Duas brigadas blindadas e uma divisão de infantaria estavam reservadas para a segunda fase diurna; esta devia explorar ao máximo os resultados da noite. Vamos limitar este estudo à primeira fase.

As unidades, que pertenciam integralmente ao II Corpo Canadano do 21º Grupo de Exércitos, eram dotadas de um grande número de engenhos especiais para vencer as posições defensivas prepa-



radas havia longos meses. Compreendiam, entre outros, carros destruidores de minas, lança-chamas e viaturas que permitiam transpor todos os obstáculos.

As tropas já se tinham batido com êxito, de noite, pouco depois do desembarque, com auxílio de iluminação indireta por projetores. Este sistema de iluminação foi também adotado para a ação.

O Tenente-General Simonds, comandante do II Corpo, encontrava-se em face de duas grandes dificuldades :

- 1 — O terreno, que subia em declive suave em direção do inimigo, era particularmente favorável à defesa anticarro. As aldeias transformadas em centros de resistências, apolavam-se mutuamente. Além disso, 60 carros e 90 canhões de 88 mm estavam enterrados no setor de ataque.
- 2 — Após reconhecimentos repetidos e golpes de mão, os alemães previam um ataque sobre este objetivo; somente a escolha do momento continuava sendo uma incógnita.

A posição defensiva era ocupada por duas divisões blindadas das SS, experimentadas, e por uma divisão de infantaria ainda empenhada.

Estudando a situação, o Tenente-General Simonds elaborou o plano seguinte: desenvolvimento da primeira fase a coberto da obscuridade; transporte da infantaria em viaturas blindadas, de maneira a dispor de tropas frescas no local próprio e no momento oportuno. Esta primeira noite devia permitir apoderar-se dos objetivos situados ao norte da linha principal das forças alemãs e de romper a cortina dos canhões anticarros e dos morteiros.

Sessenta carros foram transformados em transportes de tropas, tirando-se-lhe o armamento; o canhão foi substituído por uma placa de blindagem para proteção. Uma segunda vaga da infantaria seria transportada em viaturas de meia lagarta e carros de reconhecimento.

As oito colunas motorizadas e blindadas marcadas no "esboço" continham a proporção dum grupo de carros destruidores de minas, um esquadrão de carros lança-chamas e uma companhia de sapadores por divisão. O resto da infantaria, com a missão de reduzir os centros de resistência deixados pelas colunas, devia seguir a pé.

Para desmoralizar ao máximo o inimigo, o ataque devia ser precedido de um bombardeamento aéreo de 650 bombardeiros que lançariam 3.500 toneladas de bombas sobre os flancos do setor de ataque. Após a saída do ataque, uma formidável barragem rolante de

artilharia de 3.500 m de largura por 5.000 m de profundidade, precederia o ataque que seria lançado à razão de 90 metros por minuto.

O problema de manter a direção era de uma grande importância, tendo sido utilizados os sistemas seguintes:

- a) Projétores de aviação.
- b) Projéteis tracejantes da DCA ao longo dos flancos do ataque.
- c) Grandas iluminantes.
- d) Sinalização do terrenos pelos sapadores.
- e) Carros-guias orientados pelo rádio.
- f) Distribuição de fotografias aéreas a todos os escalões.

Tinha sido prevista uma semana de treino, mas em boa verdade as forças só se reuniram 48 horas antes do ataque. Este tempo foi empregado ao máximo para exercícios de embarque e desembarque da infantaria nas "novas" viaturas. Durante este período, foi abandonada a idéia de orientar as colunas pelo rádio, julgada muito difícil.

As tropas foram orientadas com uma rara precisão antes do ataque.

As primeiras bombas caíram pontualmente às 23h. Meia hora depois as colunas partiram. Era tal a poeira levantada pelas viaturas e pela barragem de artilharia que os projétores se revelaram incapazes de romper a obscuridade. Por um feliz acaso, a lua apareceu depois da meia noite.

A divisão da direita desviou-se na região de Rocancourt perdendo um tempo precioso que devia acarretar graves conseqüências: os objetivos principais foram abordados às 2h 10m, uma hora depois de a artilharia se ter calado.

O bombardeamento tinha desbaratado uma parte da divisão de infantaria alemã; por outro lado, as SS resistiram com um encarniçamento extraordinário. De madrugada, Fontenay-le-Marmion e May-sur-Orne estavam ainda nas mãos das SS.

A esquerda, as colunas escocesas tinham progredido mais facilmente; os alemães cercados resistiam ainda de madrugada em Secquville-la-Campagne, La Hogue e em Tilly-la-Campagne.

Dois fatores contribuíram para retardar a operação:

1. As crateras formadas pelo bombardeamento aliado criaram obstáculos difíceis de transpor de noite pelas viaturas.
2. O inimigo criou a confusão lançando nevoeiros artificiais que tiraram a eficácia aos meios de iluminação previstos.

A vitória foi apenas parcial e a exploração limitada, não tendo a segunda fase podido começar antes das 15h 30m de 8 de agosto; o inimigo teve assim tempo de se recuperar.

Os Allados colheram daqui os ensinamentos seguintes :

- a. O plano da primeira fase era demasiado complicado; esta experiência mostrou novamente a importância da simplicidade para uma operação deste tipo.
- b. O tempo que separava as duas fases era demasiado longo, diminuindo as possibilidades de poder explorar o bom êxito da primeira fase.
- c. Foi exagerado o cálculo dos efeitos do bombardeamento aéreo contra uma posição fortificada.
- d. A barragem de fogo de artilharia tinha falta de flexibilidade; não se tinha tomado em consideração qualquer atraso ou possível aceleração do movimento.

Esta experiência mostrou, por outro lado, a extrema dificuldade para a infantaria de reduzir de noite pontos de apoio há muito preparados.

No entanto, por si só, a 1ª fase do ataque foi um êxito e, apesar de uma inevitável confusão, as baixas foram mínimas em relação às que adviriam de um ataque diurno.

VII — CONCLUSÃO

Se a amplitude do assunto não me permitiu tratar da infiltração noturna, espero todavia ter mostrado as extraordinárias dificuldades de um ataque de noite e ter provado assim que somente tropas de elevado moral e muito bem treinadas podem ser empenhadas em semelhantes operações.

O plano de ação será simples e a ação preparada minuciosamente; serão tomadas todas as medidas necessárias para conservar o efeito de surpresa, manter as ligações, organizar defensivamente os objetivos ocupados e explorar os primeiros êxitos.

Não se trata aqui de optar por ou contra o ataque de noite; creio, no entanto, que o nosso nível de vida atual e o nosso grau de civilização diminuíram as nossas aptidões para este gênero de combate.

A CIA E O PEL DE FUZILEIROS NAS OPERAÇÕES ANTIGUERRILHAS

(Exercício no terreno)

Cap Inf
ISMAEL SCHIAVINATO

A. INTRODUÇÃO

— O presente Exercício foi realizado pelos Cadetes do 3º Ano do Curso de Infantaria da AMAN como adestramento e aplicação de conhecimentos adquiridos em sessões de Instr doutrinária referentes ao assunto em epígrafe.

— É nossa intenção, divulgando-o, torná-lo de alguma utilidade aos companheiros, servindo talvez como mais um exercício-tipo, ao lado de tantos outros existentes.

B. ORGANIZAÇÃO DO EXERCÍCIO

1. ASSUNTOS DE INSTRUÇÃO A EXPLORAR

- Base de Patrulhas/Combate
- Escolha do local
- Deslocamento para Base
- Instalação do Pel numa Base Patr
- Medidas de Seg numa B Patr/B Cmb
- Op de Patr (Rec/Cmb)
- Op Of

2. MISSÕES AO PEL

- Ver Doc 5 e 6

3. EXECUTANTES

- 3º Ano C Inf organizado como um Pel Fzo

4. ÁREAS INTERDITADAS

- Não é o caso

5. ÁREA DE REALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO

- R S e W de Faz PALMEIRAS (Q 50-99)

6. MEDIDAS DE SEGURANÇA

— As previstas na NI n. 1 — S/3/67

7. TEMPO NECESSÁRIO

— 2 jornadas (Ver QDT — An 1 ao Doc n. 1)

8. PARTICIPANTES

a. *Supervisor Exc*: Ten-Cel RUBEM — Cmt C Inf

b. *Dire Exc*: Cap ISMAEL

c. *OC Pel Fzo*: Cad MESSIAS — do 4º Ano

d. *Ch Fig Ini*: 1º Ten CARDOSO — Aux: 4 Cad/4º Ano

e. *Tr/Fig Ini*: 15 Sd do Pel Aux C Inf

9. RECONHECIMENTOS A EXECUTAR

a. *Pelos Oficiais*

— A partir de 160700 Nov na R do Exc conforme fôr Nec

b. *Pelos Cadetes do 4º Ano*

— Juntamente com os Of

10. MEDIDAS ADMINISTRATIVAS

— Ver Doc n. 2

11. FIGURAÇÃO INIMIGA

— Ver Doc n. 6 (PROGRAMA Msg — Restrito à Dire do Exc)

12. DATA/HORA DE ENTREGA DO RELATÓRIO

— 221330 Nov ao Dire Exc

13. CRÍTICA

— Após realização do Exc, na R de 2 CASAS (Q 43-98)

14. CARTAS A UTILIZAR

— RESENDE (SO)

1: 25000

— BANANAL (NO)

C. QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DO TEMPO

DATA	HORA	ATIVIDADE	ENC
20 Nov	0700-0845	— Base de Patr e Cmb. Generalidades. O Pel Fzo na instalação de uma B Patr. Conhecimentos doutrinários (Revisão)	1º Ten Cardoso
	0900-1030	— Início do Exc BETA/9 — Preparação, organização e apresentação do Pel Fzo de Exc	Cap Ismael
	1030	— Deslocamento do Pel Fzo para B Patr	Cad Crat Pel
	1200 às 1400	— Chegada à B Patr. Instalação do Pel Fzo	Cad Cmt Pel
	1500 às 1700	— Desencadeamento do Programa de Mensagens — Doc n. 6	Cap Ismael 1º Ten Cardoso
21 Nov	0600 às 1400	— Continuação do Programa de Mensagens — Doc n. 6	Cad Aux
	1400 às 1600		
	1600-1700	— Crítica do Exc e retorno à AMAN — Limpeza do Mat e Armamento	Idem Todos

D. MEDIDAS ADMINISTRATIVAS

1. SUPRIMENTOS

a. Classe I

(1) Ração

DATA	LOCAL	ALIMENTAÇÃO			EFETIVO
		Café	Almôço	Jantar	
20 Nov	Pq C Inf		1000	Rç R 2	4 Of
	Pq C Inf		Rç Fria/ AMAN		46 Cadetes
21 Nov	B Patr	Rç R 2	Rç R 2		30 Sd

b. Classe II

(1) Uniforme, armamento

(a) Pel Fzo

— Uniforme de Instr, camuflado, com capacete de aço-fibra com cobertura camuflada.

- Armt Ind, de acôrdo com a função a ser desempenhada no Pel (INA — FAL — FAP — Pst .45).
- Equipamento: O normal da função acrescido de suspensório VO e bornal VO.
- Mat Estac: ½ pano barraca (levado no bornal VO).
- Mat higiene Ind: a cargo dos Cad.
- Armt coletivo: a cargo do Cmt Pel Fzo.

(b) Fig Ini

- Uniforme de Instr com camiseta branca. Gorro de pala mole.
- Armt: FAL/FAP.
- Mat Estac: ½ pano barraca como malote.
- Mat higiene Ind: a cargo dos Elm interessados.

c. Classe III

- Nec Gas comum: 100 1
- Nec óleo diesel: 100 1
- Nec Querosene p/lâmpioes: 10 1

d. Classe IV

(1) Mat Nec

(a) Para o Pel Fzo

- 6 FAP
- 1 Mtr .30 L
- 2 Mtr .45
- 6 Pst .45 com coldre lona
- 1 L Rj 3.5
- 45 Facas trincheira (Sabre GARA-ND)
- 45 suspensórios VO
- 6 PRC/6
- 2 binóculo 6x30
- 15 bússolas M1
- 15 facões de mato
- 5 lanternas
- 45 porta-curativos
- 3 alicates de estriar espólêta

Obs.: O Cmt do Pel Fzo, caso deseje, poderá solicitar outro Mat que não o constante da relação acima.

(b) Para a Fig Ini

- 3 FAP
- 5 facões de mato
- 5 bússolas M1
- 5 lanternas
- 1 GRC/7

(c) Para Dire Exc

- 1 barraca de Cmdo
- 2 camas campanha
- 2 PRC/10
- 1 GRC/7
- 1 lâmpião Coleman

e. Classe V

(1) Munição Nec

(a) Para o Pel Fzo

- 2000 tiros Ft para FAL/FAP
- 50 simulacros Gr mão ou mão fumígenas
- 5 Pet 100 gr de TNT
- 3 EOP comum
- 50 m de estopim
- 60 tiros REAL para Mtr .45 INA (UNICAMENTE PARA UTILIZAÇÃO EM CASO DE DEFESA DO PEL EM SITUAÇÕES SURGIDAS EXTRA-EXÉRCITO)

(b) Para Fig Ini

- 1000 tiros Ft para FAL/FAP
- 50 simulacros Gr mão ou Gr mão fumígenas
- artificios pirotécnicos e de sinalização

2. TRANSPORTE

a. Nec Vtr

TIPO	QTDE	ATVD	LOCAL	DATA/HORA	OBS
¼ Ton "J"	1	Dire Exc	Pq C Inf	201100 Nov	
¾ Ton	1	Fig Ini	Pq C Inf	201100 Nov	
1 Ton "D"	1	Fig Ini	Pq C Inf	201100 Nov	Retorna ao
2 ½ Ton	2	Trnp Pel Fzo	Pq C Inf	201100 Nov	Pq
2 ½ Ton	2	Trnp Pel Fzo	2 Casas (Q43-98)	211400 Nov	

3. EVACUAÇÃO E HOSPITALIZAÇÃO

a. Pessoal

- PS/BI (HM/AMAN)

b. Material

- A cargo da Dire Exc

4. MANUTENÇÃO

- Limpeza geral do material e armamento após a realização do Exc no Pq C Inf. Previsão de início da Mnt: 211800 Nov.

5. PRESCRIÇÕES DIVERSAS

- O S/1 C Inf deverá solicitar ao HM/AMAN 2 Sd Socorristas para acompanharem o Pel Fzo e a Fig Ini durante o Exc.
- A Dire do Exc deverá estabelecer as Lig Nec, bem como a divulgação da realização do Exc.

E. SITUAÇÃO GERAL

An 1 — Esboço da Sit Ge

1. SITUAÇÃO

- Após longo período de agitação, ao qual se seguiram movimentos armados de F Guer, com apoio externo, conseguiram os Comunistas obter o controle de ampla região ao S do Est de MINAS GERAIS.
- Apesar de combatidos procuram, no momento, conquistar novas áreas, visando em particular a região NW do Est do RIO DE JANEIRO. (BARRA MANSA — RESENDE — ITATIÁIA) etc. Na R de Resende constatou-se a presença de Elm Guer infiltrados que, após desencadearem uma onda violenta de terrorismo, sabotagem, intimidação, etc., conseguiram estabelecer algum controle na referida área.
- O GT/23, unidade responsável pela segurança da área do município de RESENDE, encontra-se reunido na região dos PARQUES/AMAN desde 192400 Nov em condições de cumprir missão.

2. 1ª SITUAÇÃO PARTICULAR

- Em 200600 Nov o Cmt do 3º/GT23 compareceu ao PC do Cmt do GT/23, no Pq C Inf, onde tomou conhecimento da missão do seu BI, abaixo transcrita no que interessa:

F Inimigas

- É da ordem 100 homens (1 Cia?) o valor da F Guer que atua na Área Op do Btl.

F Amigas

- O GT/23 vai executar uma Op A Guer a fim de destruir ou capturar a F Guer.

Missão

- Estabelecer o controle policial na área de sua responsabilidade.
- Manter a Seg de tráfego na Estr Faz RETIRO SAUDOSO — Faz das PALMEIRAS.
- Destruir as F Guer na área.

Execução

- Estabelecer uma B Cmb na R de Faz RETIRO SAUDOSO.
- A seguir o Cmt do 3º BI realizou seu Est Sit e determinou fossem convocados a comparecer em seu PC, no Pq C Inf, seus Cmt SU e Elm em Ref a fim de transmitir-lhes ordens.

3. 2ª SITUAÇÃO PARTICULAR

- Em 200900 Nov o Cmt da 7ª Cia Fzo compareceu ao PC do Btl recebendo a seguinte O Op (verbal) cujo extrato de suas anotações abaixo se segue:

7ª Cia Fzo

Ref :

- 1ª/Pel Mtr P
- 1ª/Pel Mtr 81
- 8 Vtr 2 ½ ton
- Elm Sv

- (1) Sub-área inicial de Op: — SUB-ÁREA ÚRSULA. Mdt O deslocar-se para SUB-ÁREA VANESSA.

(2) Missão:

- Estabelecer uma B Cmb inicialmente em Faz PALMEIRAS.
- Realizar Op Cmb, em particular ações de inquietação, contra os Elm Guer atuantes na R.
- Ficar ECD particular de Op Of quando da localização de F Guer.
- An — Calco Op (extrato) (Esbôço n. 2).

(3) Prescrições diversas:

- Desloc para B Cmb: à cargo dos Cmt SU.

- Logo após ter recebido a ordem acima o Cmt da 7ª Cia Fzo procedeu ao seu Est Sit, tendo, em seguida reunido seus Cmt Pel e Elm em Ref em seu PC, localizado na R, dando-lhes a seguinte O Op (verbal), transcrita em parte:

3. Execução

a. Conceito da operação

- A 7ª Cia Fzo Ref vai executar uma Op antiguerrilha, estabelecendo inicialmente na R de Faz PALMEIRAS

uma B Cmb, a fim de localizar e destruir F Guer existentes na SUB-ÁREA "CRSULA". Mdt O, deslocar-se-á para a SUB-ÁREA VANESSA.

Os 1º e 2º Pel Fzo Ref estabelecerão suas B Patr respectivamente nas R de COTA 640 SW de Faz PALMEIRAS e COTA 660 SE de Faz das PALMEIRAS, a fim de realizarem Op de inquietação. O 3º Pel Fzo Ref constituirá a F Reação da Cia e proporcionará a Seg da B Cmb.

— An — Calco Op (Esbôço n. 2).

— Ap Fo: Prio Ap Fo para o 1º Pel Fzo (Terreno mais difícil).

b. 1º Pel Fzo

Ref:

- 1ª/Sec Can SR 57
- 1ª/Sec Mrt 60
- 1 Pç Mtr P
- Elm Com
- Elm S

c. 2º Pel Fzo

Ref:

- 1ª/Sec Can SR 57
- 1ª/Sec Mrt 60
- 1 Pç Mtr P
- Elm Com
- Elm S

d. Pel Ptr L

- (1) Sec Can SR 57
 - (a) 1ª Pç Ref 1º Pel Fzo
 - (b) 2ª Pç Ref 2º Pel Fzo
 - (c) Sec (—)
- (2) Sec Mrt 60
 - (a) 1ª Pç Ref 1º Pel Fzo
 - (b) 2ª Pç Ref 2º Pel Fzo
 - (c) Sec (—)
- (3) Pel (—): Aç Cj

x. Res Cia

— 3º Pel Fzo

— ECD ser empregado como F Reação da Cia

z. *Prescrições diversas*

- (1) Desloc para B Patr a partir de 201100 Nov a cargo dos Cmt Pel. Seg para o Desloc: NGA/Cia.
- (2) Dispositivo pronto nas B Patr: 201500 Nov.
- (3) Todos Elm deverão estar preparados para participar de Op Of quando da Loc de F Guer.
- (4) EEI

— Loc Nu Guer. Onde? Valor? Quando?

— ALGUNS ASPECTOS DOUTRINÁRIOS

- Normalmente, no combate às guerrilhas, a Cia Fzo recebe do Btl uma sub-área específica, chamada BASE DE COMBATE, para a condução das operações, quer sejam as de COMBATE ou de POLÍCIA.
- A Cia Fzo deverá manter nessa Base uma FÔRÇA DE REAÇÃO (Reservã) de efetivo adequado (1 Pel Fzo (\pm)), destinada ao emprêgo na reação local a qualquer contato feito com uma força de guerrilha, operando seus Pel a partir de BASES DE PATRULHAS, executando operações de inquietação da F Guer, por meio de PATRULHAS (Rec e Cmb), INCURSÕES, EMBOSCADAS, etc.
- As B Cmb devem ser inteiramente móveis (transportáveis a pé ou por meios aéreos), devem movimentar-se periodicamente para outros locais dentro da sub-área de responsabilidade, para impedir sua localização por parte dos Guer. Deve ainda ser instalada em terreno que favoreça sua defesa e suas dimensões deverão ser as mínimas possíveis, principalmente, à sua segurança.
- Sempre que possível deve a B Cmb proporcionar abrigo e cobertura; deve ainda, dispor de um suprimento adequado de água; proporcionar recursos para recreação física (volibol, luta corporal, etc.), a fim de que se mantenha sempre elevado o moral da SU.
- Um alto padrão de disciplina e higiene deve ser observado na B Cmb. Normalmente, o Cmt da Cia, pouco verá seus homens durante as operações contra forças de guerrilha, exceto durante breves períodos.
- A B Cmb deve ser organizada com posições para Def em tôdas as direções, de forma a defendê-la contra possíveis ataques das forças de guerrilhas. Obstáculos de proteção são preparados para apoiar as posições defensivas. Postos avançados e postos de es-cuta são estabelecidos bem à frente das posições defensivas e permanentemente ocupados. Tôdas as estradas e caminhos que conduzem à área são minados. As estradas e caminhos são utilizados pelos Elm da Cia somente na medida do necessário.

4. 3ª SITUAÇÃO PARTICULAR

- Em 20 10 30 Nov o Cmt do 1º Pel Fzo, após ter realizado seu Est Sit reuniu seus Elm subordinados e em Ref e deu-lhes a seguinte ordem verbal:
 - Meus Srs tomem notas
 - Elm Guer atuam a S do RIO PARAÍBA, tendo conseguido obter o contróle de grande parte dessa área.
 - Nossa Cia recebeu a missão de desenvolver Operações anti-guerrilha, devendo atuar inicialmente na SUB-ÁREA ÚRSULA, e para tanto vai instalar uma Base de Combate na R de Faz PALMEIRAS. O 2º Pel Fzo estabelecerá uma Base de Patrulhas nas Alt de COTA 660 SE de Faz PALMEIRAS e a SE de nossa Base.
 - Receberemos em reforço 1 Pç Can SR 57, 1 Pç Mrt 60, 1 Pç Mtr P, Elm Com e Elm S.
 - Nosso Pel vai instalar uma Base de Patr nas Alt de COTA 640 SW de Faz PALMEIRAS a fim de cumprir missão de combate aos Elm Guer, em particular ações de inquietação. Ficaremos ainda em condições de participar de Op Of quando F Guer forem localizadas.
 - Ocuparemos nossa B Patr por infiltração, adotando o processo do relógio para a instalação na mesma. Assim, os setores dos Grupos serão os seguintes:
 - 1º GC e Pç Mtr P
 - 10 às 2 horas
 - 2º GC e Pç Can SR
 - 2 às 6 horas
 - 3º GC
 - 6 às 10 horas
 - Ao atingirmos a R de Faz MATO DENTRO deslocar-me-ei com o Cb C Fila e 2 Msg para a região de nossa Base a fim de proceder um reconhecimento pormenorizado. O Adj Pel tome as medidas de segurança necessárias naquela região e aguarde ordens para deslocar o restante do Pel para a Base, por infiltração como já frisei.
 - O deslocamento desta região em que estamos agora, até Faz MATO DENTRO, será motorizado. Para isso contaremos com 3 Vtr 2 ½ ton para êsse transporte.
 - Levaremos Ração de combate tipo R2 para dois dias. O Adj providencie o recebimento da mesma com o Sgt Enc rancho. Para os demais dias o recompletamento de todos os suprimentos de que necessitarmos será feito por helicóptero a cargo da Cia. Após a instalação de nossa Base o Adj, com

Elm do Grupo de Cmdo, seleccione uma área para ZL, afastada da B Patr. A evacuação dos feridos estará a cargo da Cia e será também através helicóptero.

- Levaremos ainda munição suplementar: 2 Carregadores por FAL/FAP e 2 fitas para Mtr P e L.
- Todos os homens deverão conduzir dois cantis com água.
- Estabeleceremos um sistema de comunicações dentro da Base com telefone magnético e, com o PC/Cia, com o PRC/10. Quando estivermos fora, cumprindo missão, darei novas ordens a respeito de utilização dos meios de comunicações de que dispomos. Durante nosso deslocamento para a Base o rádio estará restrito.
- O PC/Cia estará localizado em Faz PALMEIRAS.
- Meu PC estará localizado no interior da Base de Patrulhas.
- Alguma dúvida?
- Bem, meus Srs, acertem seus relógios. São ...
- Vamos ao trabalho.

- *Algumas Considerações Doutrinárias*

- a. Bases de Patrulhas são bases temporárias estabelecidas na área de responsabilidade de uma Cia, a partir dos quais os Pel e GC executam operações de inquietação. (Patr Rec, Patr Cmb, Incursões, Emboscadas, etc.).
- b. As B Patr devem ser cuidadosamente localizadas e não devem ser ocupadas por mais de 48 hs. Sua segurança depende, basicamente, do segredo de sua localização.
- c. Quando a base de patrulha é ocupada, o pessoal deve ser desdobrado para a defesa circular visando obter o máximo de segurança.
- d. Podem ser tomadas as seguintes medidas de dissimulação para fazer face aos esforços do inimigo visando a localizar a base:
 - (1) Realizar os movimentos para o interior da base se possível à noite.
 - (2) Realizar os movimentos diurnos para a base por infiltração.
 - (3) Deter os civis da redondeza que, inadvertidamente, descubrem a localização da base, até que a mesma mude de local.
 - (4) Localizar as bases em áreas difíceis, longe de todas as trilhas e caminhos.
 - (5) Evitar o desencadeamento de fogos, ou desencadeá-los somente quando necessário.
 - (6) Observar escrupulosamente a disciplina de ruídos nas vizinhanças da base.
 - (7) Fazer o pessoal conduzir calçados civis e utilizá-los em substituição aos calçados militares, nas vizinhanças da base, para evitar a identificação das pegadas no solo.

- e. Tôdas as pequenas unidades de fuzileiros devem ter normas gerais de ação estabelecidas para a ocupação imediata de uma base de patrulha segundo o sistema do relógio. Quando tais normas gerais de ação tornam-se perfeitamente compreendidas, cada membro da unidade pode se deslocar imediatamente para a sua posição relativa, ao atingir a região da base; êle já saberá qual é a sua área de responsabilidade e quem são os homens que se encontram à sua direita e esquerda. O emprêgo dessas normas gerais de ação elimina grandes reajustamentos no perímetro defensivo da base.
- f. A ocupação inicial de uma base de patrulha deve sempre ser precedida por uma ação destinada a verificar se a área se encontra limpa de pessoal civil ou inimigo. Isso poderá ser realizado enviando-se um destacamento de segurança para a área, à frente do restante da unidade. As medidas adicionais de segurança podem consistir em empregar, partindo da base, várias pequenas patrulhas para reconhecer a área circunvizinha. Esse reconhecimento deve localizar tôdas as vias de acesso que conduzem à base de patrulha e proporcionar informações sôbre a área circunvizinha.

5. DESENVOLVIMENTO DO EXERCÍCIO

- Após a instalação do Pel Fzo de Exc na sua B Patr, onde foram observadas tôdas as regras e a conduta a ser seguida por todos Elm de um Pel Fzo numa situação análoga, o que acima procuramos sintetizar, o Exc prosseguiu, através de um PROGRAMA DE MENSAGENS, adrede preparadas.

6. PROGRAMA DE MENSAGENS

- a. Citamos apenas uma das Msg como exemplo. A seqüência de incidentes, em função do tempo disponível, poderá ser maior ou menor, bem como a seleção dos mesmos.

UM EXEMPLO DE MENSAGEM

Do Cmt 7ª Cia Fzo	Msg n.1
Ao Cmt 1º Pel Fzo	Meio : Rad PRC/10
	DATA HORA : 20 1500 Nov

— DEVEIS ENVIAR PARTIR 201600 NOV PATR REC SEIS HOMENS DIRE LAGOA DA BARRACA FIM CONSTATAR EXISTENCIA BASE PROVAVEL GUER PT HORA PROVAVEL RETORNO PATR 1900 HS PT

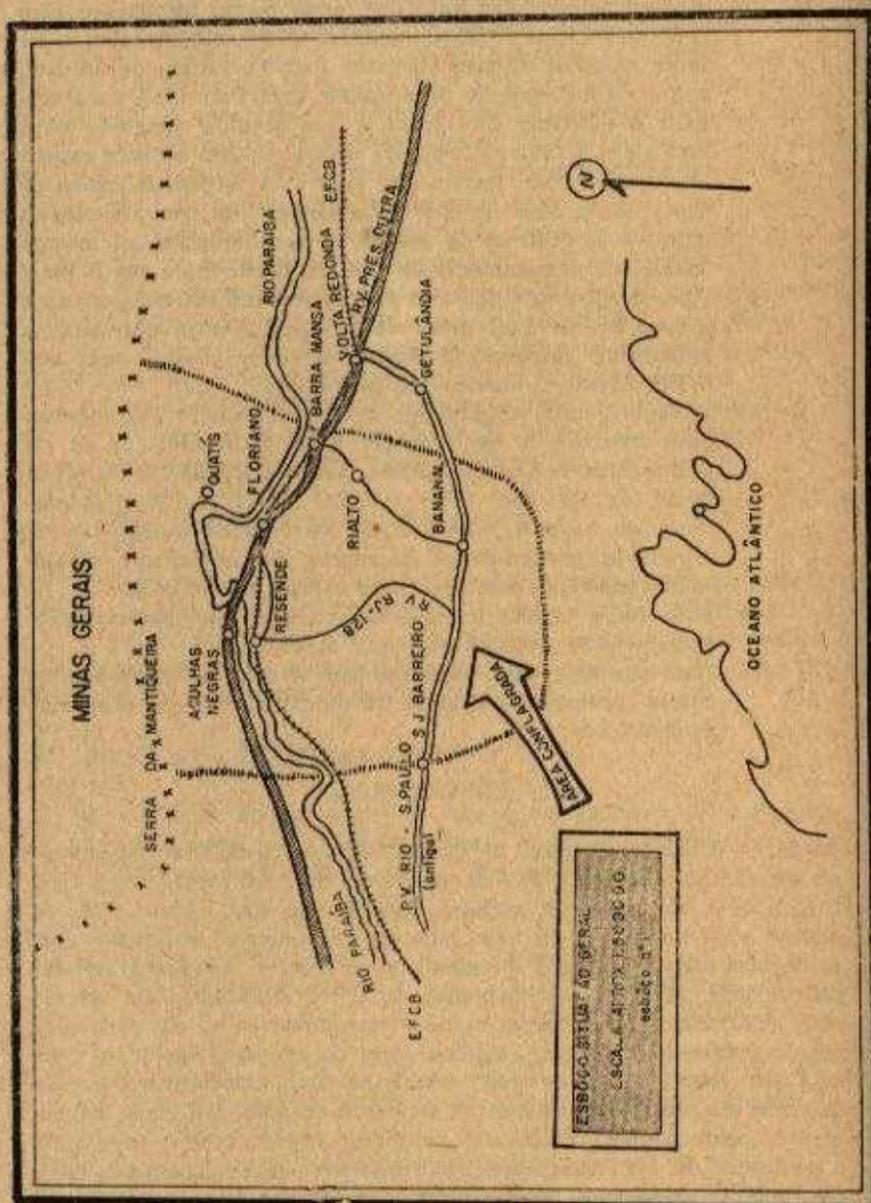
Aspectos do Programa de Mensagens

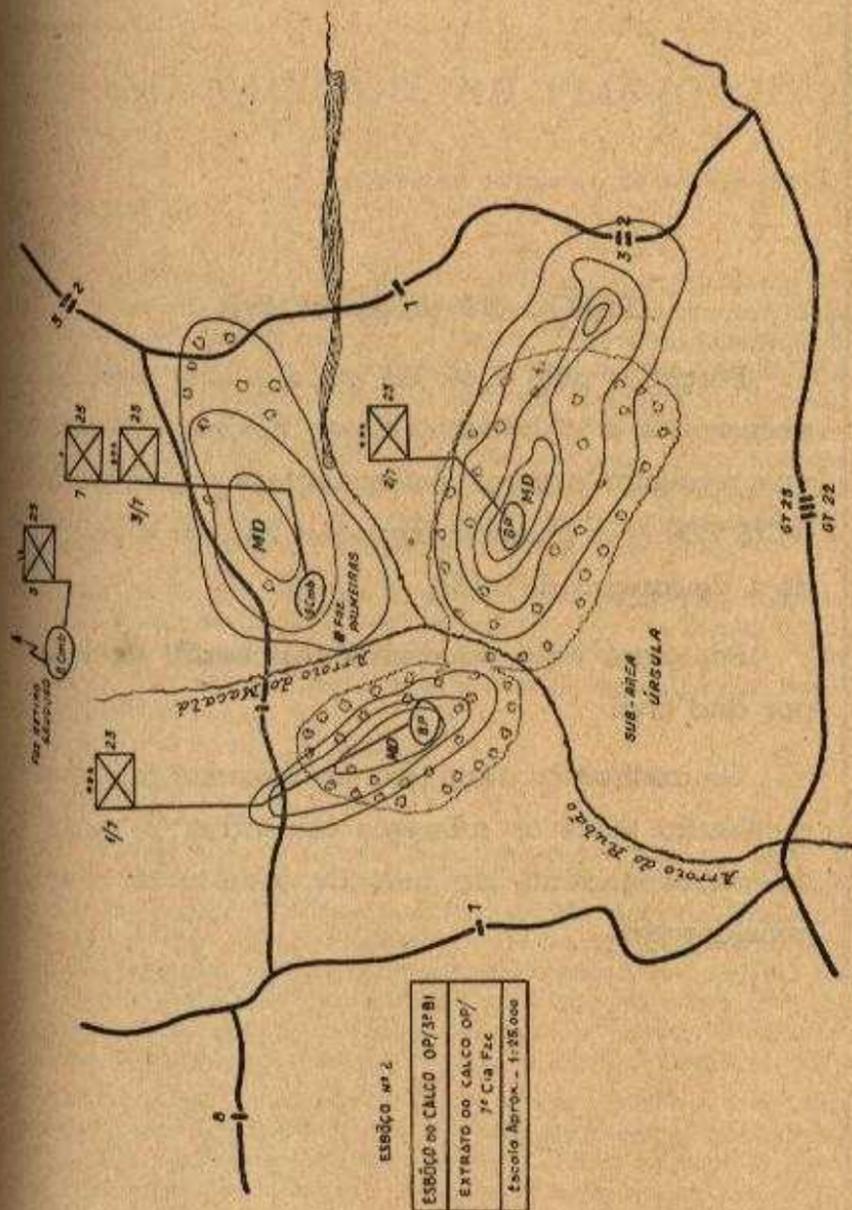
- (1) Para esta primeira série de incidentes a distância da B Patr até os objetivos assinalados, onde realmente existiam indícios da presença de Guer, era da ordem de 6 Km.

- (2) Msg dêste teor, e distâncias variando da mesma ordem, foram enviadas, de forma a manter a maioria dos Elm do Pel em Patr Rec até às 2400 horas.
- (3) Após o retorno das Patr Rec, onde foram localizados Elm Guer em várias regiões, inclusive 1 PC dos mesmos, existente numa R distante da Base Patr da ordem de 10 Km, o Pel recebeu missão de preparar uma Patr Cmb para destruir o PC/Guer localizado, e, em seguida dirigir-se para uma nova B Patr, situada da ordem 12 Km através campo do objetivo onde teriam que atuar. A missão foi dada ao Cmt Pel às 2400 hs com determinação de que atuasse no objetivo às 0600 hs da manhã, o que implicava ao mesmo iniciar seu deslocamento às 0200 hs, partindo de sua B Patr.
- (4) Após a ação no objetivo o Pel iniciou seu retraimento para a nova B Patr e durante êsse trajeto foi-lhe preparada uma emboscada (emboscada deliberada num ponto), sem que o Pel tivesse conhecimento prévio.
- (5) A seguir, uma vez atingida a nova B Patr, o Pel recebeu nova missão: a de preparar uma emboscada na R da Ponte sobre o Rio SESMARIA, sobre a Rv RJ-128 na bifurcação da Rv RIO-SÃO PAULO ANTIGA, objetivo distante da nova B Patr 6 Km. No entanto, quando o Pel atingia as proximidades da região, foi novamente emboscado, tendo que combater para atingir seu objetivo.
- (6) Essa foi a última missão dada ao Pel que praticamente trabalhou 30 hs sem qualquer descanso.
- (7) Caso houvesse uma disponibilidade maior de tempo muitos outros incidentes poderiam ter sido incluídos no programa aqui exposto.

F. CONCLUSÃO

— Conforme dissemos em nossa INTRODUÇÃO, outro objetivo não houve na apresentação do Exc BETA/9, que não o de mostrarmos um EXERCÍCIO-TIPO, de execução simples para 1 Cia Fzo e seus Pel, ou mesmo somente para 1 Pel Fzo. Parece-nos que sua aplicação, com as devidas adaptações para a região que se desejar, não trará maiores dificuldades. E como não dispomos, no C Inf/AMAN, de um veículo onde pudéssemos fazer chegar a todos companheiros, e, em particular aos da Arma de Infantaria, alguma coisa da nossa experiência, quer seja em exercício no terreno, exercícios com tropa, exercícios de quadros, etc., ou mesmo no tocante à conduta da Instr Mil, onde últimamente temos também procurado palmilhar novos setores, tais como a aplicação do MÉTODO DOS PROBLEMAS, da INSTRUÇÃO PROGRAMADA, valemo-nos desta conceituada Revista que é a DEFESA NACIONAL para fazê-lo, não só pela sua ampla penetração, mas como também pela atenção especial que a mesma dedica à difusão de assunto de tão grande atualidade.





PLANO NACIONAL DE VIAÇÃO (II)

(Conclusão do número de Set/Out 67)

Recursos

Para a execução do Plano Rodoviário Nacional, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagens conta com recursos do Fundo Rodoviário Nacional, proveniente da cobrança do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos. Da arrecadação do Imposto, 89% constituem o Fundo Rodoviário Nacional, do qual 48% são destinados aos Estados, 12% aos Municípios e 40% ao DNER. Os critérios para cálculo das parcelas que cabem a cada Estado ou Município, aos quais foram entregues NCRS 94 milhões no primeiro semestre de 1966, são estabelecidos em lei e baseados em dados relativos à superfície, população, consumo de combustíveis e lubrificantes e produção petrolífera de cada Unidade.

Além do Fundo Rodoviário Nacional, são carreados para execução do Plano Rodoviário Nacional recursos orçamentários dos Estados e Municípios, para aplicação no setor, além de créditos especiais votados pelo Congresso Nacional e financiamento obtidos junto a agências financeiras internacionais.

Extensões

A extensão total do sistema rodoviário pan-americano no Brasil é de cerca de 26 mil quilômetros, sendo 22 mil de troncos preferenciais e 4 mil quilômetros de rotas alternativas. A rede rodoviária brasileira, de acordo com as últimas estatísticas, é de 548.510 quilômetros, considerados os planos nacional, estaduais e municipais, pavimentados ou não. A rede federal pavimentada sobe a 13.068 quilômetros que, somados aos 5.662 quilômetros dos planos estaduais, elevam a extensão total das rodovias brasileiras pavimentadas a 18.730 quilômetros.

Por outro lado, a imensa vastidão do território brasileiro é bastante para demonstrar a ciclópica tarefa que os construtores de estradas devem levar a cabo dentro de nossas fronteiras. Tarefa esta que se torna mais ingente quando se observa a impressionante expansão do número de veículos que trafegam por nossas rodovias. A indústria automobilística implantada no Brasil elevou a quantidade de automóveis nas estradas brasileiras com rapidez sem precedentes, possuindo o Brasil, hoje, a maior frota da América do Sul, uma das maiores de todo o mundo.

Este fato, aliado ao crescimento econômico alcançado praticamente em todos os setores de atividades, incrementando a movimentação de pessoas e mercadorias nos mais variados sentidos dentro do território nacional, vem exigindo cada vez maior número de quilômetros rodoviários, tarefa a que o Governo brasileiro se tem lançado com ardor, no sentido de obter completo desfôgo para permitir o desenvolvimento econômico.

Nessa ordem de idéias, grandes obras de engenharia estão em andamento no Brasil como, por exemplo, a duplicação do trecho rodoviário entre as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo com 411 quilômetros.

Releva notar que na construção das rodovias brasileiras o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem aplica as mais avançadas técnicas de construção rodoviárias, com obediência às normas internacionais de engenharia e desenvolvimento de intensa pesquisa no setor.

No que se refere a obras de arte, o DNER inaugurou, recentemente, dentre dezenas de obras de vulto, a Ponte "Professor Maurício Joppert", com 2.550 metros de comprimento vencendo o rio Paraná, na divisa dos Estados de São Paulo e Mato Grosso, no Oeste brasileiro. A ponte sobre o rio Paraná, situada a 800 km do litoral, próximo à cidade de Presidente Prudente, apresenta grande interesse para as ligações Pan-Americanas, pois, através da Rodovia BR.267, será possível atingir com rapidez, por rotas pavimentadas, diversos pontos convenientes designados pelos Congressos Interamericanos de Estradas de Rodagem.

No campo dos projetos, o Brasil está, entre outros, formulando audacioso plano para a ligação da cidade do Rio de Janeiro com Niterói através de extensa ponte lançada sobre a baía de Guanabara, com 10 mil metros de obra sobre a água e 3.600 metros de acessos, num total de 13.600 metros. O projeto já está em vias de execução, tendo sido iniciados os trabalhos de sondagem geológica a cargo da empresa empreiteira nacional que venceu concorrência pública.

Internacionais

No terreno da cooperação internacional, o Brasil tem demonstrado realmente a sua preocupação em articular o seu sistema com os dos demais países da América, tornando efetivos os projetos rodoviários de interesse pan-americano previsto no Plano Nacional de Viação.

Como ponto alto dessa política nos últimos anos, o Brasil vem de construir a "Ponte da Amizade", sobre o rio Paraná, atingindo o Paraguai, e que se situa na Rodovia Transversal Pan-Americana, abrindo ao Paraguai e à Bolívia uma saída para o Oceano Atlântico pelo Pôrto de Paranaguá, através da Rodovia BR.277, que está sendo pavimentada.

A Rodovia Transversal Pan-Americana ligará o Atlântico ao Pacífico, começando no pôrto Paranaguá e passando por Curitiba, Foz do Iguaçu, no Brasil, Assunção, no Paraguai, La Paz, na Bolívia, e terminando em Lima, no Peru. Diversos lances dessa rodovia já estão totalmente concluídos, e nela se destaca a "Ponte da Amizade", uma das mais

belas e arrojadas obras de engenharia brasileira e mundial, no gênero. Os trabalhos no lado brasileiro da Rodovia Transversal Pan-Americana prosseguem em ritmo acelerado, esperando o Governo brasileiro terminá-la em 1968.

Concebida em termos de uma grande estrutura em concreto armado, a Ponte Internacional apresenta as seguintes características da maior expressão:

Comprimento	552,4 metros
Largura	13,5 metros
Pista	9,5 metros
Altura	78 metros
Flecha	63 metros
Vão teórico	290 metros
Eixo a eixo	303 metros

A Rodovia BR.277, trecho brasileiro da Transversal, mede 791 quilômetros até o acesso da "Ponte da Amizade", estando totalmente implantada e possuindo 310 quilômetros pavimentados.

Igualmente está o Brasil construindo a ligação rodoviária que unirá Brasília a Lima, de Cuiabá a Porto Velho, com 1.400 quilômetros já em trânsito e de Porto Velho à fronteira Brasil-Peru, em construção ou com estudos preliminares concluídos.

Está ainda o Brasil pavimentando em concreto asfáltico a ligação rodoviária de Porto Alegre a Uruguaiana (BR.200), com 740 quilômetros, em direção de Paso de Los Libres, para a Argentina e bem assim para o Uruguai, de Pelotas ao Chuí (BR.471), com 255 quilômetros, dos quais 105 já pavimentados.

Em cooperação com o Uruguai, o Brasil vai construir a Ponte Internacional de Quaraí a Artigas, para a qual já foi realizada concorrência pública e escolhida a empresa construtora. A ponte medirá, segundo os projetos aprovados, 750 metros de comprimento.

Através da Rodovia BR.377, que vai de Carazinho a Quaraí, a ponte abrirá passagem rodoviária entre Brasil, Uruguai e Argentina. No lado uruguaio, a estrada que sairá de Artigas chegará a barragem de Salto Grande, a 150 quilômetros de Quaraí e na fronteira com a Argentina, onde serão realizadas obras de usina hidrelétrica de grande importância para a região.

Desenvolvimento

Todo esse esforço que os povos americanos vêm realizando tem um objetivo grandioso: a superação dos níveis de subdesenvolvimento em que se debatem grandes áreas dos nossos territórios. Através de sistemas de transportes cada vez mais eficientes, nos quais se destacam, com papel preponderante, as nossas rodovias, conseguiremos dar às nossas populações crescentes melhorias de padrão de vida, através de um comércio ativo, de um intercâmbio cultural cada vez mais intenso, no caminho da sua redenção econômica e dos supremos ideais da liberdade.

O PROCESSO DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DA VENEZUELA

Ma'ior Inf.
HELIO COSTA

SUMÁRIO

1. Generalidades
2. Situação da Capitania-Geral da Venezuela (CGV) no início do Século XIX
3. O movimento precursor
4. A situação pré-revolucionária e revolucionária
5. A ação de BOLIVAR
 - 1) A retomada de CARACAS
 - 2) A luta desesperada para manter a República — Reconquista da Venezuela pela Espanha
 - 3) A arrancada definitiva
6. A situação da Venezuela em face da Grã-Colômbia
7. Conclusão.

DESENVOLVIMENTO

1. GENERALIDADES

A Venezuela atual, teve os primeiros reconhecimentos de suas costas litorâneas realizados entre 1498 e 1510. Sua conquista se realizou entre 1527 e 1546. De 1528 a 1546 foi governada pelos WELSERS tendo neste último ano sido suspenso esse privilégio e nomeado Governador da Província *Pedro Perez de Tolosa*, ficando subordinado à Audiência de S. Domingos.

Partindo-se de S. Domingos fundou-se a 1ª Base no litoral, a povoação de Coro por meio de uma Expedição oficial. Desta Base completou-se o reconhecimento do litoral para Oeste até a Colômbia e se fizeram profundas penetrações pelo interior, indo encontrar a Expedição que subia o Madalena, partindo de Santa Marta, em Bogotá. Partindo do estuário do Orenoco se intentou sem sucesso, conquistar o seu Vale.

NOTA DO AUTOR

O presente trabalho trata-se de uma compilação feita de um polígrafo do Gen Flamarion Barreto Lima sobre o mesmo assunto e de igual modo, do livro do Gen Aírton Salgueiro de Freitas que trata da emancipação política dos países sul-americanos. Nada tem de original, a não ser algumas conclusões. Visou o autor apenas "colocar em forma" país por país, o que existe naquelas duas excelentes fontes de consultas para o candidato à ECEME.

A conquista da Venezuela teve o caráter privado e foi fiscalizada pela Audiência de S. Domingos.

Em 1717 a pedido de um visitador, foi criado o Vice-Reinado de Nova Granada, que compreendia além de outras a Província da Venezuela, incorporando também as Províncias de Cumaná, Margarita, Trinidad, Guayana e Maracaibo. Suprimido em 1723 foi restabelecido definitivamente em 1739. Em 1777 ouvindo as Representações do VR de Nova Granada foi criada por Carlos III a Capitania-Geral da Venezue'la, com a Pruvíncia da Venezuela e as cinco já citadas, passando a depender da Audiência de S. Domingos, sendo organizada em 1786 uma Audiência tornando-se então autônoma.

Este é um pequeno resumo de sua formação histórica necessária ao melhor entendimento de seu Processo de Emancipação Política. Este Processo encarado de um modo mais amplo, apresenta aspectos semelhantes com o que aconteceu na HSA, em tôdas as antigas Colônias.

De fato, os ressentimentos criados pelos processos coloniais de Espanha, eram comuns em tôdas elas.

Deu-se o rompimento de clausura intelectual cujos efeitos logo se fariam sentir. Com isto as idéias de liberdade que agitavam o mundo, no final do Século XVIII, chegaram a HSA. Eram idéias sobre liberdade de Comércio, sobre a organização democrática dos Governos e tantas outras que enebriavam os americanos, desejosos de melhores dias.

Dêste modo, pouco a pouco se ia formando um clima pré-revolucionário e posteriormente de completa Revolução. O desmoronamento do Trono Espanhol, no início do Século XIX, em face da ação de NAPOLEÃO, originou uma oportunidade excepcional para o desencadeamento do movimento emancipador.

A fim de que se tenha uma visão mais ampla do Processo Venezuelano, mister se faz que, inicialmente seja mostrada a situação em que se encontrava a CGV, no início do Século XIX, principalmente as condições Politico-Sociais, decorrente do Processo Colonizador Espanhol.

O Movimento Precursor de Miranda e a repercussão da ação de Napoleão são necessárias, também ser conhecidos. Não se pode também deixar de mencionar a Campanha admirável de BOLIVAR e a formação e desagregação de seu sonho maior a GRÁ-COLÔMBIA, na parte que interessa a Venezuela.

2. SITUAÇÃO DA CGV NO INÍCIO DO SÉCULO XIX

A CGV criada em 1777, como vimos, tinha como sede a cidade de Caracas, onde havia uma Audiência. Sua população era de cerca de

600.000 habitantes. Essa população era mais densa na costa do que no interior. Os portos principais eram La Guaira e Puerto Cabello. O Comércio era ativo.

Havia um descontentamento generalizado dos crioulos que constituíam a elite Política, Econômica e Intelectual. Para os escravos negros ou os índios, era indiferente a mudança de Senhores. Na Venezuela a elite constituída de crioulos era francamente Republicana. Assim iriam agir os seus mais representativos líderes, dos quais se destacam MIRANDA E BOLIVAR.

3. O MOVIMENTO PRECURSOR: A TENTATIVA DE MIRANDA.

D. FRANCISCO MIRANDA é com justiça considerado o Precursor da Independência de sua Pátria. Inteligente, distinto, prestou a'ém do mais, bons serviços a causa da liberdade do Mundo de então. Queria a todo o custo libertar sua Pátria do domínio espanhol. Com esse fim, preparou nos EUA uma Expedição. Esperava contar na Venezuela com numerosos simpatizantes de sua causa. Ia partir Miranda para sua emérsa. No entanto um fato lhe ia ser adverso logo de início. O Ministro Espanhol nos EUA avisou ao Governador da CGV, sobre a Expedição de MIRANDA. Assim tão logo MIRANDA se aproximou da costa venezuelana, foi atacado por forças navais espanholas que o forçaram a refugiar-se na Ilha de TRINIDAD. MIRANDA no entanto, não desanimou. Naquela Ilha conseguiu a ajuda de COCRANE, Almirante Inglês, para realizar nova tentativa. Dêste modo, dispondo de 15 embarcações e 500 voluntários, desembarcou em costa venezuelana a 3 Agô 1806, ocupando logo a seguir a cidade de CORO. Tratou logo de lançar Proclamações em prol de sua causa, que era a luta pela Independência da Venezue'a. Mas não obteve os auxílios que necessitava. Os espanhóis eram numerosos (cêrca de 8.000 homens) e deram combate a MIRANDA que não suportando foi obrigado a novamente refugiar-se, agora em ORUBA. Ainda lhe restava a esperança de uma ajuda inglesa, que lhe fora prometida, mas que no final falhou. MIRANDA dissolveu então suas forças e se refugiou na INGLATERRA. Estava encerrado o seu sonho, que não seria o último, pois, posteriormente retornaria a sua Pátria imbuido dos mesmos sentimentos.

4. A SITUAÇÃO PRÉ-REVOLUCIONARIA E REVOLUCIONARIA (REPERCUSSÃO NA C G V DA AÇÃO DE NAPOLEÃO NA EUROPA)

Em 1808, quando Napoleão se apossou do trono espanhol, fazendo de seu irmão o Rei da Espanha e determinando a invasão daquele País por seu Exército, governava a CGV — D. JUAN DE LAS CASAS.

Em julho daquele ano (1808) um emissário de NAPOLEÃO chegou a CARACAS pedindo a adesão da Capitania ao novo Rei Espanhol. O povo venezuelano repeliu a proposta e o Cap Gen organiza uma Junta de Governo leal a Fernando VII, destronado por NAPOLEÃO. Assim se passa o ano de 1808.

O ano de 1809 iria se iniciar, apresentando logo no 1º semestre um fato que modificaria de muito a situação. Aquêlê fato foi a nomeação do novo Governador, de nome EMPARAN e que chegou a Caracas em 17 de maio. A agitação popular era evidente. EMPARAN, à título de reprimir o que se passava, efetuou muitas prisões e tomou medidas violentas que aumentaram de muito a agitação popular. Neste ambiente decorre o ano de 1809.

Em abril de 1810, chegou a Caracas a notícia de que NAPOLEÃO invadira novamente a Espanha a fim de submetê-la definitivamente.

Os patriotas aproveitaram a oportunidade da agitação reinante e organizaram uma JUNTA de Governo, em 19 de abril de 1810, em que ficou aliado o Gov. EMPARAN. As Províncias de CORO e MARACAIBO não reconheceram a Junta organizadora e se declararam fiéis a Regência instalada na Espanha, agora em Cadiz. Era necessário consolidar o poder da Junta de 19 de abril. Dêste modo, deu-se combate às Províncias dissidentes e emissários foram mandados a Londres e Estados Unidos da América do Norte, tratar do reconhecimento. Entre os emissários, estava BOLIVAR.

Entretentes, a Regência Espanhola declarou rebeldes os venezuelanos e determinou o bloqueio dos Portos.

Os patriotas não conseguiram submeter as Províncias dissidentes. Os emissários por sua vez também não tiveram êxito na missão. A situação pois, não era de completa segurança para a Junta Revolucionária.

Fazia-se necessário tomar-se uma medida definitiva. A Junta Revolucionária, resolveu então convocar uma ASSEMBLEIA que se reuniu em 2 de março de 1811, em Caracas. A 5 de julho de 1811, foi então proclamada a Independência das Províncias Unidas da Venezuela, livre de toda sujeição à Espanha, adotando-se a forma Republicana Federativa. Em 21 de dezembro de 1811, foi promulgada a Constituição da novel República. Isso apenas era o início de uma cruenta guerra. A Independência estava proclamada, mas, não assegurada. Com efeito, os realistas receberam novos reforços militares, entre os quais iriam destacar-se os comandados pelo Cap MONTEVERDE. Por esta época as forças patriotas já estavam comandadas por MIRANDA, pois esta retornara desde 1809.

Iniciam-se então as operações entre patriotas e realistas. Assim decorreu o ano de 1811. Em 1812, ocorreu um fato que iria modificar profundamente a marcha dos acontecimentos. Foi o terremoto, ocorrido

em 26 de março, fato este que foi explorado pelos padres que fizeram ver aos venezuelanos que "Deus estava contra os patriotas", visto que as únicas Províncias não atingidas foram exatamente as que não aderiram ao movimento (CORO e MARACAIBO).

MIRANDA a partir daí se sentiu sem força para prosseguir nas operações e pediu ao Governo da República que solicitasse a Paz. A capitulação foi firmada em 25 de julho de 1812. Caracas e toda a Venezuela voltavam ao domínio espanhol. Como resultado, MIRANDA foi mandado preso para Cadiz. BOLIVAR se assa em CARACAS e MONTEVERDE foi nomeado Capitão General da Venezuela. No entanto Bolívar não se deu por vencido. Iria partir para suas memoráveis CAMPANHAS. É o que veremos a seguir na parte que interessa a Venezuela.

5. AÇÃO DE BOLIVAR — 1. RETOMADA DE CARACAS

De Curaçau, Bolívar, resolveu embarcar para Cartagena e oferecer seus serviços aos revolucionários de NOVA GRANADA. Desembarcou naquela cidade em setembro de 1812. Aí publica seu famoso "Manifesto de Cartagena", em que analisa as causas do insucesso anterior em sua Pátria. Conseguiu do Governo de Cartagena autorização e apoio para prosseguir no seu movimento de libertação. Partiu então para as operações militares, na direção de CARACAS. Assim de combate em combate, entrou em Caracas no dia 6 de agosto de 1813. Constituiu logo em seguida um Governo Central Provisório, deixando cada Província sob a chefia de um Gov. Político e um chefe militar. No entanto, a segurança da República não estava definida. Era necessário concentrar todas as forças que a nascente República podia contar. Um fato era adverso a isso, pois, outro venezuelano, MARINO, não queria reconhecer a autoridade de Bolívar e se proclamou Chefe Supremo e Ditador do Oriente. Bolívar então iria travar a sua luta desesperada para manter a República.

(2) — A luta desesperada para manter a REPÚBLICA — Reconquista da Venezuela pela Espanha.

Bolívar, em Caracas recebeu de uma deputação do povo o título de "SALVADOR DA PÁTRIA E LIBERTADOR DA VENEZUELA". Era grande a sua responsabilidade em manter a novel República à qual novos e graves perigos ameaçavam. A par dos problemas de natureza política havia os de natureza militar. Deste modo, para enfrentar estes, teve que dispensar suas forças o que lhe era prejudicial.

Daí ter amargurado uma série de derrotas chegando os realistas a ameaçar Caracas. E surgiu o combate de LA PUERTA, em 3 de fevereiro de 1814, em que uma força lançada por Bolívar foi batida, passando Bolívar à situação defensiva. Agora era decisivo o auxílio de MA-

RINO. E felizmente BOLIVAR e MARINO se reuniram para tentar um supremo e decisivo esforço contra os realistas.

No entanto, logo depois Marino se rebelaria contra uma determinação de Bolívar o que ocasionou nova derrota em La Puerta, a 15 de junho de 1814.

Bolívar decidiu então evacuar Caracas por lhe faltar condições de segurança. Ainda faz outras tentativas de recuperar a situação, mas, terminou se dirigindo novamente a CARTAGENA, onde prestou no Congresso contas de sua missão.

Caracas e tóda a Venezuela estavam mais uma vez nas mãos dos espanhóis.

(3) — A arrancada definitiva.

Como vimos, em junho de 1814, Bolívar se retirou para Cartagena. Em 25 de setembro de 1814, o Governo daquela Província confiou forças à Bolívar destinadas a submeter o Governo de CUDINAMARCA. Depois de uma série de operações, Bolívar foi obrigado a refugiar-se na Ilha de Jamaica, foi aí que redigiu sua célebre "Carta de Jamaica". Aí passou o ano de 1815, sem nunca perder a esperança de realizar a libertação de sua Pátria. De Jamaica resolveu dirigir-se ao Haiti disposto a organizar nova expedição libertadora. Começava o ano de 1816.

Em 7 de fevereiro de 1816, ficou decidido que Bolívar chefaria novamente a campanha para libertação dos granadinos e venezuelanos. Foi então efetivamente organizada a expedição. A 3 de abril de 1816, Bolívar à Ilha MARGARITA. Aí a República foi novamente proclamada e se elegeu Bolívar seu Chefe Supremo (7 de abril de 1816). A 25 de abril a expedição deixou a Ilha Margarita e desembarcou em CARAPUANO. Após uma série de marchas e contramarchas, embarques e desembarques, regressou novamente ao Haiti. No entanto já em 21 Dez de 1816, partiu para novas operações, desembarcando em BARCELONA a 1 Jan 1817. Depois de uma série de operações ocupou ANGUSTURA (atual Ciudad Bolívar) a 18 de julho de 1817, onde estabeleceu seu Q.G. Estava assegurada uma Base Física para operações futuras de maiores vultos. Entrementes Marino se rebelou contra a autoridade de Bolívar. Mas, Bolívar termina prendendo-o. Estava consolidada assim, sua autoridade.

Tratou logo de reorganizar o Exército, feito isso, estava pronto para enfrentar os espanhóis, estes agora sob o comando do Gen PABLO MORILLO, que chegara desde 1815. Bolívar saiu de Angustura no dia 30 de dezembro de 1817. E assim durante todo o ano de 1818, operou contra as forças de Morillo. Em 24 de outubro de 1818, convocou um Congresso para 11 Jan 1819, recebendo por essa ocasião, oficialmente,

dos E.U.A., a promessa de que seria reconhecida a Independência da Venezuela. Regressou então a Angostura. Em 15 de fevereiro de 1819, finalmente, se reuniu o Congresso de Angostura. O Congresso confiou a Bolívar o Título de PRESIDENTE DA REPÚBLICA e General em Chefe, aumentando consideravelmente seus poderes políticos e militares.

Bolívar propôs nesse Congresso a união da Venezuela e da Colômbia. Estava então disposto a partir para a libertação de Nova-Granada, pois presumia que era a única maneira de conseguir consolidar definitivamente a Independência da Venezuela, pois sabia que lá encontraria recursos suficientes para organizar um Exército capaz de bater-se em igualdade de condição com o espanhol. Por essa ocasião soube que SAN MARTIN e O'HIGINS estavam preparando elementos para invadir o Peru e achou oportuno o momento para transpor os ANDES, em busca de seu objetivo. Assim no dia 27 de maio de 1819, deu início ao seu heróico feito. Realizada a travessia dos Andes a 7 de agosto de 1819, Bolívar travou a Batalha de Boyacá, que confirmou a Independência da Colômbia.

Em 17 de dezembro de 1819, Bolívar deu conta ao povo de suas atividades e impôs como fato consumado a reunião da COLÔMBIA e da VENEZUELA, numa só República. Assim passa o ano de 1820, ocorrendo então uma trégua entre realistas e patriotas que foi acordada, no dia 25 de novembro de 1820, com duração de seis meses. Em 17 de dezembro o Marechal Pablo Morillo, regressou a Espanha, passando o comando do Exército realista ao Marechal MIGUEL DE LA TORRE. No entanto logo a seguir a 28 de janeiro de 1821, o armistício foi rompido em face de um movimento na cidade de Maracaibo que se declarou ao lado dos patriotas ao qual Bolívar apoiou.

Iriam então reiniciar-se as hostilidades. E assim, chegaremos à BATALHA DE CARABOBO, travada em 24 de junho de 1821, que consolidou a Independência venezuelana com a vitória de Bolívar, que entrou triunfante em Caracas a 29 de junho de 1821.

6. A SITUAÇÃO DA VENEZUELA EM FACE DA GRÃ-COLÔMBIA

Após a Batalha de Boyacá, em 7 de agosto de 1819, em que ficou consolidada a Independência da COLÔMBIA, Bolívar retornou a Angostura. Nesta cidade, a 17 de dezembro de 1819, perante o Congresso reunido, Bolívar deu conta ao povo de suas atividades e impôs como fato consumado a reunião da Colômbia e da Venezuela numa só República. Era já a formação do sonho maior de Bolívar, a sua Grã-Colômbia. Um segundo Congresso reunido em CUCUTÁ, promulgou a 30 de agosto de 1821 (após CARABOBO) a Constituição da Grã-Bretanha. No entanto, desde aí que a Venezuela deu mostra imediata de descontentamento. Era a luta entre classes e entre indivíduos, herança natural da formação

espanhola. A Venezuela reagia a atitude centralizadora do Governo de BOGOTÁ. A situação dia após dia se agravava cada vez mais. E foi mais agravada ainda, quando o Congresso aceitou uma denúncia contra o Gen PAEZ suspendendo-o do cargo de Comandante Militar da Venezuela e chamando-o a Bogotá para justificar-se. PAEZ rebelou-se contra isso e convocou um Congresso para decidir sobre o rompimento da Venezuela com a União Colombiana. Bolivar no entanto, por esta vez, conseguiu apaziguar PAEZ e restabelecer a ordem na Grã-Colômbia. Malgrado a ação de Bolivar, o descontentamento dos venezuelanos persistia. E em 25 de novembro de 1829, uma Assembléia se reuniu em Caracas e proclamou a separação da Venezuela do Governo de Bogotá, investindo PAEZ no cargo de Chefe do Departamento da Venezuela.

Em 13 de janeiro de 1830, PAEZ convocou o eleitorado para eleger uma Assembléia Constituinte que se deveria reunir em Valência. Esse Congresso se instalou em 6 de maio de 1830.

A Constituição foi promulgada a 24 de setembro de 1830 e Paéz a jurou e mandou cumpri-la.

A Venezuela se separava definitivamente da Grã-Colômbia.

7. CONCLUSÃO

O Processo de Emancipação Política da Venezuela teve como condicionantes fatores diversos entre os quais julgamos necessário ressaltar como conclusão do estudo feito:

1) A situação político-social reinante na CGV no final do século XVIII para o início do séc XIX evidenciando um descontentamento generalizado, principalmente da elite política, econômico-social, constituída pelos "crioulos";

2) A oportunidade excepcional surgiu com a tomada do trono espanhol por Napoleão em 1818. O Governo organizado ainda guardava lealdade aparente a Espanha;

3) A 2ª investida de Napoleão sobre a Espanha, em 1810, encorajou novamente a que os venezuelanos prosseguissem no movimento emancipador agora em caráter de completa Independência;

4) O comportamento excepcional de Bolivar, sua visão esclarecida, sua tenacidade e perseverança e sua luta desesperada para manter a novel República;

5) A existência embora efêmera da Grã-Colômbia da qual surgiu totalmente unificada a VENEZUELA.

UM CHEFE

GENERAL JOSÉ LEOVIGILDO ALVES PAIVA

Gen (Res)

PEDRO AUGUSTO MENNA BARRETO

Existem datas convencionais para veneração de entidades religiosas às quais nos devotamos; dias assinalados para prestigiar vultos históricos da Pátria agradecida! Convenhamos, porém, qualquer momento é azado, todo o instante oportuno, para realçar aspectos sugestivos e fatos importantes de personalidades distintas, que dignificaram uma Classe, honrando uma Profissão!

Homenagens, quando devidas e gratidão quando sincera, são razões de orgulho para quem pratica e de envaidecimento para quem recebe. Orgulho maior, porém, é quando tal preito se dirige a quem não mais existe; que em nada pode retribuir a reverência que lhe é concedida, ou homenagem que lhe fôr prestada.

Sentimo-nos orgulhosos e desvanecidos, por ter a oportunidade de cultuar a memória de um singular tipo de soldado, exponencial figura de sua Arma e de máximo conceito em sua Classe!

Constitui, por certo, ousadia sem par algo dizer sobre personalidade relevante, após o eloquente panegírico feito pelo culto e saudoso General Malan D'angrone, bem como o do — não menos lembrado — Coronel Armando Paiva Chaves, constituindo prêmios magníficos do precioso livro do General Dilermando de Assis, sobre a inconfundível personalidade militar que foi o General José Leovigildo Alves Paiva, cujos fatos marcantes de sua vida tiveram como cenário principal as desoladas terras da histórica vila de São Luís das Missões.

Referidos Chefes Militares foram contemporâneos do insigne cabode-guerra que neste instante evocamos, privando de sua companhia e fruindo de sua amizade.

Pelas circunstâncias a que fomos levados, encarecemos sejam acolhidas com benevolência nossas palavras, simples e desvaliosas, tendo em vista a intenção com que são proferidas, pois, já pelo mérito em reconhecer a insuficiência de nossa capacidade, pensamos merecer "graça" para os frágeis conceitos emitidos e complacência no julgamento a que nos sujeitamos, pelas possíveis falhas supervenientes. Bem sabemos não terem elas o brilho irisado das prosas magnificentes, nem possuírem assinatura consagrada de escritores renomados, entretanto, asseguramos: foram escritas sob intenso sentimento de civismo, de intraduzível emoção, em reconhecimento à carreira que abraçamos com maior orgulho, por vocação irrefreável — acrisolado amor — hereditária tradição!...

Nossas Forças Armadas, como tôdas as demais congêneres, se inspiram no tradicionalismo histórico de suas estripes e na memória gloriosa de seus feitos! Nunca seria demasiado, por conseguinte, lembrarmos aos esquecidos que nelas mourejam e aos indiferentes que lhes constituem o cerne, exemplos de superlativa abnegação à carreira que outros como nós, abraçaram em passadas épocas, deixando como patrimônio imarcescível — gestos de altruísmo edificantes, exemplos de valor inconfundíveis!

É manifesto o conhecimento de varões que, depositários de excelsas virtudes, se recomendam à admiração de seus conterrâneos, conseguindo manter, até o *derradeiro instante*, um padrão de qualidades que os tornam merecedores do acatamento e respeito de seus concidadãos, que lhes reconhecem o valor e lhes admiram as virtudes. Esses são raros na época em que vivemos, constituem exceções nobilitantes!

Posições no mundo social, comandos elevados, encargos de natureza política, bens materiais, ... seduções de significado diverso, são fatores de suprema influência sôbre o espírito humano e, dificilmente, os indivíduos conseguem manter-se a cavaleiro dessas tentações, até o momento final de suas existências!

Bem sabemos, os sistemas políticos e os costumes sociais se transmudam, as leis comuns se modificam e, homens de tôdas as categorias e crenças, assumem, muitas vêzes, atitudes diversas, com características contrárias às ações da véspera! E, com estupefação, constatamos que criminosos de ontem são os decantados heróis de agora, ... o inconverso pecador do pretérito o venerado santo mais além. Mas, por contingências da própria vida, particularmente na carreiras das Armas, o ser humano se desgasta, a desassimilação se acentua acarretando sensível perda de vitalidade; músculos e nervos sem o "tonus" vivificador não mais possuem os necessários reflexos e, a Mente esclerosada e enfraquecida, não ordena com precisão e acêrto! É a senectude que o invalida para funções de Direção ou Postos de Comando!

Com acêrto, pois, proclamam os historiadores: Sômente o Tempo, trazendo o abrandamento das paixões, a sedimentação das idéias e o esclarecimento oportuno dos fatos, proporelona elementos de segurança para a pesquisa justa da Verdade Histórica porque, sabem eles, é imperativo do próprio desgaste fisiológico atitudes de senilidade, conduzindo o homem a constantes mutações em gestões, idéias e procedimentos, trazendo, inúmeras vêzes, escândalo ao seio de respeitáveis comunidades e desmoralização irremediável aos membros da organização em que milita! Por isso, necessário é proclamar, a todos os quadrantes da Nação, as exceções ilustrativas de tais eventos, que elevam o conceito de tais Chefes Dirigentes e dignificam o padrão de eficiência das classes que conduzem.

Estas as razões ponderáveis para que se não tente "CANONIZAR" superiores e "SANTIFICAR" autoridades, quando vivos, menos ainda em cargos de direção ou funções qualificadas.

Homenageamos, hoje, um Chefe Militar excepcional, de rara envergadura moral, que não mais se encontra em nosso meio, porque assim decidiram as simbólicas Parcas que fiam, tecem e cortam o Destino dos homens! Redivivo, sim! para nós outros, na nobreza de atitudes, na pureza de sentimentos: exemplos memoráveis de abnegação e disciplina, de que foi fiel confidente!

Morto para a pluralidade constituída de fariseus, "Que fazem da nobre profissão das armas, não um sacerdócio, mas fonte de abastecimento!"

Foi, sem dúvida, experimentado palinuro de peregrinas virtudes; sua conduta militar foi rastro candente de astro fulgurante, no horizonte longínquo da Pátria estremecida!

Leovigildo Paiva — na sua figura imponente de cavaleiro medieval, infundia respeito e cativante simpatia, no aprumo impecável de sua personalidade insinuante, na proporção exata de seus gestos comedidos, na dialética irretorquível de sua palavra convincente!

Sua vida militar foi rigoroso sacerdócio, onde a *Cruz do Dever*, entronizada no *Altar da Profissão*, foi credo por sempre venerado pelo ungido apóstolo do estoicismo, na longínqua "Missão de São Luís". E, naquela ara de humiladde, mas de valor preeminente e imperecível, o convicto e fervoroso penitente cumpria, genuflexo e inexorável, a rude liturgia da Disciplina — o ritual nobilitante da Lei!...

A Pátria é um complexo de ações continuas, escalonadas no tempo e graduadas no espaço, configuradas nas páginas da História pelos atos honrosos de seu povo e pelas ações isoladas de seus filhos...

O BAYARD das campinas verdejantes — o CID das planícies infinitas, fascinou os soldados de seu tempo, dominando o cenário duma época!... E, como um artista exímio de tragédia grega, encarnou, com indizível maestria, as tradições imorredouras de um povo, a pujança inquebrantável de uma raça, ... o sacrifício enobrecedor da Profissão!

Aqueles que desconhecem episódios invulgares de uma conduta militar insubornável, encarecemos a obra já citada do General Candido de Assis, nela os dignos camaradas irão, de plano, divisar panoramas jamais conjecturados, pois, ali se deparam, condensadas, aulas que não se aprendem nas Escolas e lições que não se encontram nos compêndios!

Paiva não foi só a autoridade elevada que chefia — o instrutor austero que leciona — o superior inacessível que doutrina, mas o Chefe compreensivo e generoso, que no comando pelo coração foi o leal companheiro do soldado — o fraterno amigo de seus homens! Sem atos de bravura estonteantes, ou atitudes quixotescas de romance, na inata modestia de um temperamento retraído, conseguiu pelo seu marcante valor profissional, pelas diamantinas qualidades de caráter, tornar-se conhecido e reverenciado por todos os Chefes Militares de seu tempo, embora passasse parte de sua vida militar, em São Luís das Missões, no tradicional e glorioso 5º Regimento de Cavalaria.

Paladino de ações beneméritas — soldado exemplar — seguro condutor de homens, sereno mas inflexível, foi sempre depositário integral da confiança de autoridades superiores, que *sentiam* na figura ímpolita de tão distinto camarada e nas ações enérgicas de seu comando eficiente, penhor de segurança para a fronteira Sul de nossa Pátria, uma decisiva proteção às Instituições de nossa terra!

Conquistou todos os postos superiores com merecimento insofismável, por exclusivo valor pessoal, sem dever favor a quem quer que fôsse! Validando o que acabamos de afirmar, com incontida ufania transcrevemos o "Boletim" *sui generis*, que lhe consagra a promoção a Coronel:

COMANDO INTERINO DA 3ª BRIGADA DE CAVALARIA — QUARTEL
EM BAGÉ, 11 DE FEVEREIRO DE 1918

BOLETIM N. 35

O Coronel José Leovigildo Alves Paiva, Comandante Interino, faz publicar o seguinte, para conhecimento da Brigada e fins devidos:

Promoção — Rio, 9 de fevereiro de 1918 — Coronel Leovigildo Paiva.
Com muito prazer acabo referendar decreto sua promoção, pelo que felicito.

Cordiaes saudações. Marechal Faria, Ministro da Guerra.

Rio, 9 de fevereiro de 1918 — Cel. Leovigildo Paiva.

Felicitações muito afetuosas pela honrosa e merecida promoção.

General Bento Ribeiro, Chefe do Estado-Maior.

Pôrto Alegre, 11 de fevereiro de 1918. Cel. Paiva.

Melhores felicitações excelente promoção.

General Ildefonso, Comandante da 7ª Região.

Os altos poderes do País vêm de favorecer, ainda uma vez, o último dos seus servidores e mais obscuro soldado, conferindo-lhe por decreto de 9 do corrente, mais um grau na hierarquia militar, a título de merecimento.

Por certo que a distinção me constrange e me confunde. Ela aumenta virtualmente as minhas responsabilidades, sobrecarrega a minha debilidade militar e agrava a insuficiência da minha capacidade profissional. Mas, não me deixa mal perante minha consciência e os camaradas; porque eu nada solicitei, eu disso não cogitei, direta ou indiretamente — alto e bom som o declaro. E, se o solicitei, que surja êsse a quem e tenha feito — públicamente o provoco, em público e raso o desafio, em honra do meu Governo.

Com Cesar Sampaio aprendi a não descer para subir, e quem o contrário supuser saiba que se equivoca, e quem o contrário referir sabe que mente.

Estas declarações eu me senti no dever de fazê-las e as faço, aos meus amigos, aos meus pares e aos meus comandados. Por isso, as deixo aqui registradas, de par com a minha profunda e imorredoura gratidão ao honrado Governo de minha Pátria.

a) *Leovigildo Alves Paiva* — Coronel

.....
.....
Suas palavras com sabor de poesia, eram sentenças de valor inestimável, que o tempo destrutor não abalou, nem a malícia dos homens perverteu!

Tudo que dêle se disser será, por certo, bem pouco do que era, e muito menos, ainda, do que foi!

Irrepreensível na conduta militar, rigoroso no cumprimento do Dever, jamais o desalento o abateu, porque "Não compreendia a vida militar sem sacrifícios", e êstes foram, pela vida em fora, o ázimo pão de cada dia, em sua faina desvelada do Quartel!

O "CALIX" da amargurada vida de soldado, jamais se apartou de seus lábios insaciáveis e, quando por momento o afastava de si, era para enchê-lo de novo com o fel inesgotável da Profissão!

Sempre comandou pelo exemplo e, se algumas vêzes castigava, era porque sabia: "O direito de punir é, também, um dever da autoridade, e o superior cumpre êsse dever quando o subordinado falta ao seu". Jamais demonstrou instabilidade em suas decisões ou dubiedade em suas atitudes, nos momentos de paz ou situações de guerra. Nas ações mais arriscadas, nos instantes decisivos, quando a morte insidiosa e traiçoeira rondava as cercanias de sua Tropa, êle como que pressentia a busca de ajuda e proteção nos olhos de seus subordinados, fitos em sua figura inconfundível: Bússola indeclinável — Luzeiro imperecível!

E a Bússola indicava o rumo certo!

E a Luz iluminava as margens do caminho!

Nos olhares de confiança de seus homens, estavam TÓDAS as recompensas de uma vida, pouca coisa talvez, para os que não compreendem os sentimentos do soldado e desconhecem o agridoce sabor da Profissão!...

E a confiança trazia a fé, ... e a fé produzia milagres — na transposição de elevados montes e profundos vales, sob o império da fome que enfraquece, do frio que tortura, do cansaço que desalenta!... E, por invios caminhos e alcantiladas penedias, construiu e nos legou um patrimônio de Virtudes Militares, a cuja memória sentimo-nos vergar sob o peso de tão esmagadora herança!

COFFEA «ROBUSTA» É CAFÉ?

Prof. VICTOR ZAPPI CAPUCCI

da Univ. do Estado da Guanabara

O café africano, variedade "robusta" não deve ser considerado café, no sentido genuíno da palavra. Entretanto, para se compreender o sentido desta afirmativa, façamos uma rápida incursão pela Botânica.

O cafeeiro, vegetal originário da África, pertence à Ordem dos Rubiales, Família das Rubiáceas, Gênero Coffea.

O Gênero Coffea abrange 66 espécies, englobadas em quatro grandes divisões: Eucoffea, Paracoffea, Mascara-coffea e Argocoffea.

A Eucoffea — a mais importante — desdobra-se em várias outras subdivisões, destacando-se a Erythrocoffea e a Pachycoffea, que abarcam as subespécies cultivadas pelo homem, a saber:

Coffea Arábica, Coffea Canephora (principalmente as variedades denominadas "Robustas") e a Coffea Libérica, citadas por ordem de importância econômica.

O Coffea Arábica, largamente difundido nas Américas, teve seu foco de dispersão nos vales das regiões montanhosas da Abissínia e áreas adjacentes. Já a região do Coffea Canephora abrange um vasto território da África, que vai da Libéria ao antigo território do Sudão Anglo-Egípcio, com grande concentração na região do ex-Congo Belga.

Quanto ao Coffea Libérica, de mínima importância comercial, sua distribuição geográfica somente se estende a regiões limitadas da África e da Guiana Holandesa.

Das espécies do Gênero Coffea, somente uma, a Arábica, produz realmente café, isto é, a bebida com as características organolépticas que conquistaram o paladar de milhões de pessoas.

E por que afirmamos que o Coffea Canephora, não deve ser considerado café de verdade?

Porque as variedades do *Coffea Canephora*, conhecidas pelo nome de "robustas" por causa da sua grande resistência ao mal da ferrugem, possuem características organolépticas muito inferiores às do Gênero *Arábica*, entendendo-se por propriedades organolépticas tudo aquilo que possa influenciar a bebida, tornando-a agradável ao paladar.

Quem prova a bebida preparada com as sementes do "robusta", "saborosa" um líquido negro, sem aroma nem paladar.

Comumente essa bebida é chamada "neutra", porque serve de lastro nas ligas com os cafés do tipo *Arábico*.

Aliás, a própria aparência do *Coffea Canephora* difere bastante das outras espécies. Seu caule tem o aspecto de um tufo de ramos, que saem do solo; folhas e flores são bem maiores que as do *Coffea Arábica*. A espécie é bem mais rústica que as demais; as folhas têm formato elítico, a floração é precoce e os grãos são arredondados.

Já a espécie *Libérica* é mais desenvolvida alcançando 10 a 15 metros de altura; folhas maiores e mais grossas, flores mais numerosas, formando buquês e frutos volumosos.

Quanto ao cafeeiro *arábico* também conhecido por cafeeiro comum ou do Brasil, possui êle tronco reto e liso, ramos longos e delgados, flores pequenas e curtas parecidas com as da laranjeira ou as do jasmim.

Este cafeeiro *arábico*, saindo do seu "habitat" na África adaptou-se às novas condições de clima e solo, apresentando subvariedades, que conservam, entretanto as propriedades organolépticas fundamentais de um bom café.

O Café africano em sua grande totalidade, é do tipo "robusta", bastante apreciada para a formação dos "blends" (misturas) dos norte-americanos que são os principais consumidores do café do mundo. Sua presença é preponderante na preparação dos cafés solúveis, dado que é perfeitamente associável a qualquer tipo de café, de qualquer procedência porque não afeta ou deturpa o paladar.

O Café africano vem manifestando aumento do poder competitivo, cada vez maior nos últimos anos, tendo sido muito grande o impulso dado à cultura cafeeira em várias das antigas colônias da África. Áreas que mal produziam a rubiácea para o consumo interno passaram a produzi-la em quantidades exportáveis. Angola e a Costa do Marfim (café robusta), Tanganica e Uganda (café *arábico*), além de outras regiões

africanas, aparecem hoje como produtores e abastecedores de grandes mercados europeus e norte-americanos.

Resumindo, a bebida preparada com o café arábico que, diga-se de passagem, constitui os cafêzais plantados no Brasil — exerce benéfica influência sobre o sistema nervoso, circulação, músculos, digestão e sobre a excreção renal. Um dos efeitos mais conhecidos do café é também o de retardar o aparecimento da fadiga muscular.

Conhecida como a bebida do soldado, tornou-se na Grande Guerra um elemento indispensável nas rações dos soldados, rações essas sempre aumentadas nas proximidades de uma campanha de maior envergadura.

Além dessa maior disposição para o trabalho muscular o café desenvolve a atividade cerebral. Recentemente o Dr. Samuel C. Prescott do Instituto Tecnológico dos EUA, que foi encarregado de pesquisar se o café é ou não prejudicial à saúde, assim se manifestou: "O café convenientemente preparado, é de um efeito estimulante admirável. Abaixa a fadiga, devido à ação da cafeína, que atua sobre o sistema nervoso central. A cafeína promove a atividade cardíaca, com grande suavidade, aumenta a força para os trabalhos musculares e desenvolve o poder de concentração para os esforços mentais e, eliminando a sensação de cansaço torna-se, assim, de eficaz auxílio para os trabalhos intelectuais prolongados (*). A atividade do organismo é aumentada por algum tempo, voltando em seguida ao nível normal, anterior à ação do estimulante não permitindo, entretanto, que o organismo decaia jamais da sua atividade ordinária.

Tais qualidades entretanto, não se encontram no café africano tipo Robusta, que, portanto, obviamente não deve ser considerado café, embora pertença à Família do Cafeeiro. A natureza ao brindar o Coffea Arábica, dentre as inúmeras variedades do gênero Coffea existente, com certas características intrínsecas que fizeram do café uma bebida nobre, atraente e uma delícia para o paladar, além de um estimulante de escol, fez surgir a frase famosa do Príncipe Tayllerand: Negro como o demônio, quente como o inferno e doce como o amor".

(*) A não ser em dose excessiva a cafeína não tem efeitos nocivos. Não prejudica o organismo e pode ser considerado sem objeções como um suave estimulante.

NOSSO APELO

VOCE, que tem idéias sôbre muitos problemas do Exército e do Brasil, ponha-as no papel e remeta-as para esta Redação. Use a sua tribuna para difundi-las.

VOCE, que estuda para a ECEME e organizou seu ponto, mande-nos para que seja publicado, servindo assim a todos.

VOCE, S 3 de unidade, que montou e executou um exercicio no terreno, envie-no-lo para ser publicado.

VOCE, oficial instrutor das inúmeras Escolas e Cursos do Exército, que redigiu um nôvo ponto de instrução, que leu um artigo interessante em revista estrangeira, que montou uma demonstração, que fêz algo nôvo, interessante, digno de ser divulgado e apresentado a todo o Exército, tome a iniciativa de nos mandar uma cópia, para inserirmos na Revista.

VOCÊS, sargentos, da tropa, das escolas, monitores, alunos, enviem-nos suas colaborações.

Serão bem-vindos!

A REDAÇÃO

CARTA À REDAÇÃO

A propósito de nosso Editorial, publicado no número de Set/Out 67, recebemos atenciosa carta do Marechal Reformado Tristão de Alencar Araripe, que temos o prazer de publicar para conhecimento de nossos leitores:

Rio, 13-XI-67

Mui prez^o cma. e am^o

Gen JOSÉ CAMPOS DE ARAGÃO

D. Diretor Presidente de A DEFESA NACIONAL

Cordiais cumprimentos

Sensibilizou-me profundamente a leitura do Editorial "Dia do Soldado", em A DEFESA NACIONAL, n. 614, de julho-agosto/67. Editorial bem lançado e equilibrado, consoante à finalidade a que se propôs (salvo na parte que me toca). E, por isso mesmo estou aqui para agradecer-lhe, pela inclusão do meu nome humilde entre os beneméritos que "se situaram no plano profissional e afirmaram seu valor na liderança, na cultura e no pensamento exclusivamente militares".

Graças a Deus, ainda há quem reconheça, nos meus 61 anos de vivência no Exército, que alguma coisa deixei construída, com o dedicado labor e amor à profissão. E, sem embargo da consciência tranqüila e do ânimo do cidadão que se sente realizado, me envaideço com o conceito emitido por A DEFESA NACIONAL, justamente um dos melhores instrumentos de minha atuação, como seu leitor desde 1914, colaborador a partir de 1920; redator, secretário e Diretor-Presidente no período 1927-1940; seu mantenedor e salvador na fase tormentosa de 1930.

Constituí padrão de imperecível orgulho, sem falsa vaidade, o ter contribuído para a formação e aperfeiçoamento profissional e cultural de milhares de camaradas, na ESI, na EAO e na ECEME, muitos dos quais alcançaram altos postos na Força Armada e em cujos íntimos deve persistir uma rêsia de reconhecimento por essa contribuição despreziosa.

Este conceito desassombrado de A DEFESA é prêmio opimo que vem a propósito, a essa altura do recesso compulsório quando deixei a

atividade, sem a menor manifestação de conforto, salvo a de dois amigos, um MASCARENHAS DE MORAES, ex-Chefe, e DECIO ESCOBAR, um discípulo.

Foi, reconheço piamente, generosa e benevolente, a Redação de A DEFESA em enfileirar-me, a propósito da justa homenagem póstuma a CASTELLO BRANCO, entre os servidores do Exército e da Nação, principalmente no quadro de consolidação da Justiça, não deixando cair no olvido os nomes dos nossos contemporâneos, entre os quais CASTELLO tinha lugar destacado e em cuja ascensão merecida tive regular parte.

Conto, a propósito, que ainda Tenente-instrutor da ESI em 1920, tive oportunidade de travar conhecimento com o ardoroso cadete CASTELLO, em uma reunião para tratar da ereção do monumento aos Heróis da Retirada da Laguna.

Nasceu daí a atenção com que acompanhei a vida do jovem Tenente e o ter contribuído, em 1926, para a sua indicação como auxiliar de Instrutor da Escola Militar do Realengo, onde CASTELLO firmou suas invulgares propensões para o ensino militar. Encontramo-nos novamente na Escola de Estado-Maior, eu Instrutor de Tática Geral e éle aluno; eu, Instrutor-Chefe de Curso, subdiretor de ensino, Diretor-Geral de Ensino e Comandante, éle Instrutor e Diretor do Ensino, meu imediato, sempre honesto e dedicado colaborador sob a experimentada orientação do velho batalhador do ensino que era eu.

Eis por que me envaideço dessa aproximação ocasional, reconhecida pelo Editorial de A DEFESA, a mais credenciada tribuna cultural do Exército, dos vultos que a revista reúne e enaltece com Justiça. Na verdade honro-me, no meu modesto retiro, de ter pertencido à equipe laboriosa que, de 1920 a 1964, batalhou pelo soerguimento cultural do Exército, cujos nomes repiso: KLINGER, SOUSA REIS, LEITÃO DE CARVALHO, J. B. MAGALHÃES, RENATO BATISTA NUNES, ALEXANDRES CHAVES, FERNANDO SABOIA BANDEIRA DE MELLO, CORRELA LIMA, JOSÉ PESSOA, MASCARENHAS DE MORAES, PANASCO ALVIM, J. B. DE MATTOS, ARMANDO B. GONÇALVES, FIUZA DE CASTRO, TASSO FRAGOSO, CASTELLO BRANCO e outros profissionais de princípios e de atitudes. (*)

A DEFESA NACIONAL, incluindo-me nessa relação de obreiros, mercê de evidente benevolência, torna-se alvo da gratidão do seu antigo colaborador e hoje leitor.

(a) T. de Alencar Araripe

(*) Permita-me o acréscimo de KLINGER, SOUZA REIS, SABOIA, PANASCO, MATOS, GONÇALVES,

PUBLICAÇÕES

Recebemos e agradecemos as seguintes publicações:

DE PAÍSES AMIGOS

- "TAM" (Terre-Air-Mer) — Paris, França
 "Revue de Défense Nationale" — Paris, França
 Edição da Embaixada da França no Brasil:
 — "A França em Revista"
 "Ejército" — Madri, Espanha
 "Guión" — Madri, Espanha
 "Boina Negra" — Madri, Espanha
 "Rivista Militare" — Roma, Itália
 "Revista Militar" — Lisboa, Portugal
 "Jornal do Exército" — Lisboa, Portugal
 "Educação Física, Desportos, Saúde Escolar" — Lisboa, Portugal
 "Memorial del Ejército de Chile" — Santiago do Chile
 "Armas y Servicios" (Revista del Suboficial) — Santiago do Chile
 "La Política y la Estrategia Militar en la Guerra Contrasubversiva en América Latina" — Gen Bda Edgardo Mercado Jarrin — Lima, Peru
 "Revista de las Fuerzas Armadas de la Nación" — Assunção, Paraguai
 "Resúmenes Analíticos de Bibliografía Militar" — Ano I — N. 4 — Centro de Publicaciones Navales — Florida 891 — Buenos Aires — Argentina
 "Revista de Publicaciones Navales" — Buenos Aires, Argentina
 "Revista del Suboficial" — Buenos Aires, Argentina
 "Revista del Circulo Militar" — Buenos Aires, Argentina
 "Guarda-Costas" — Buenos Aires, Argentina
 "Manual de Informaciones" — Buenos Aires, Argentina
 "Ejército" — Guatemala
 "Revista de las Fuerzas Armadas de Venezuela" — Caracas
 "Military Review" (edição brasileira) — Fort Leavenworth (EUA)
 "Revista de las Fuerzas Armadas Ecuatorianas" — Quito, Equador
 "Revista de las Fuerzas Armadas" — São Domingos, Rep. Dominicana

NACIONAIS

- "Revista Militar Brasileira"
 "Revista Marítima Brasileira"
 "Carta Mensal" (CNC — SESC)
 "Boletim Trimestral" — Banco do Brasil S.A.
 "Revista da Intendência".
 "Sadene" — Boletim de Estudos de Pesca — Recife, PE

COLABORAÇÕES

- 1 — Dattlografiados — em espaço 2 ou 3 — em um só lado do papel — máximo de 20 fôlhas (em principio).
- 2 — Gráficos, croquis, organogramas, desenhos em geral: em papel vegetal (ou semelhante), tinta nanquim (preta).
- 3 — Fotografias: cópias em prêto e branco; para reproduções, fotos já publicadas deverão ser suficientemente nitidas. Legendas numeradas, curtas e explicitas.
- 4 — Traduções: nome do autor e do tradutor — indicação completa da fonte — autorização (quando fôr o caso).
- 5 — Salvo em casos excepcionais, originais de colaborações não serão devolvidos.
- 6 — **IMPORTANTE!** Os originais devem ser entregues à Redação em condições adequadas, isto é: revisão da dattlografia — disposição correta de títulos, subtítulos, números, letras, etc. — referências oportunas a gráficos, fotos, etc. — clareza das correções feitas a mão — emprego apropriado de maiúsculas, grifos, carmim, etc.
- 7 — Abreviaturas — sômente as de uso consagrado, que não deixem margem a dúvidas; e as constantes do C 21-30, nos trabalhos cuja natureza as recomende.
- 8 — **AOS NOSSOS COLABORADORES!**

As páginas da A DEFESA NACIONAL estão abertas, como sempre estiveram, a todos quantos queiram colaborar conosco, enviando-nos seus trabalhos para publicação. Nem sequer é condição, para a aceitação de colaborações, que os seus autores sejam assinantes da Revista. Mas, é claro que preferiríamos que todos aquêles que ainda não tenham assinatura da "DEFESA" procurassem tomá-la, pois assim estariam ampliando a sua valiosa colaboração e, ao mesmo tempo, cooperando para a melhoria crescente e para o maior prestígio desta Revista, que já é "a sua Revista".



Preço deste exemplar

NCr\$ 0,60

S Ge Ex
IMPRESA DO EXÉRCITO
RIO DE JANEIRO — 1968